



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



**ADRIANA DA SILVA GOMES**

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENTRE RIOS E FLORESTAS:**  
as particularidades do acesso à Proteção Social Básica na comunidade ribeirinha Maria de  
Nazaré no município de Careiro Castanho/AM

MANAUS  
2026

ADRIANA DA SILVA GOMES

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENTRE RIOS E FLORESTAS:**  
as particularidades do acesso à Proteção Social Básica na comunidade ribeirinha Maria de  
Nazaré no município de Careiro Castanho/AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do grau de Mestre(a) em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

**Orientador(a):** Profa. Dra. Dayana Cury Rolim

**Linha de pesquisa:** Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas

MANAUS  
2026

#### Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

---

G633p      Gomes, Adriana da Silva  
A Política de Assistência Social entre Rios e Florestas: as particularidades do acesso à Proteção Social Básica na comunidade ribeirinha Maria de Nazaré no município de Careiro Castanho/AM / Adriana da Silva Gomes. - 2026.  
150 f. ; 31 cm.

Orientador(a): Dayana Cury Rolim.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Manaus, 2026.

1. Povos Tradicionais. 2. Assistência Social. 3. Proteção Social. 4. Território. 5. Famílias. I. Rolim, Dayana Cury. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título

---

ADRIANA DA SILVA GOMES

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENTRE RIOS E FLORESTAS:**  
as particularidades do acesso à Proteção Social Básica na comunidade ribeirinha Maria de  
Nazaré no município de Careiro Castanho/AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, sob a orientação da professora Dra. Dayana Cury Rolim, como requisito para obtenção do grau de Mestre(a) em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Aprovado(a) em 06 de abril de 2026.

**BANCA EXAMINADORA**

**Profa. Dra. Dayana Cury Rolim**  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM  
Presidente

**Profa. Dra. Maria do Perpétuo Rodrigues Chaves**  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM  
Membro Interno

**Prof. Dr. Patrício Azevedo Ribeiro**  
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM  
Membro Externo

Ao meu filho Fernando e ao meu esposo Célio, pelo amor, apoio e compreensão ao longo desta trajetória. Vocês foram meu suporte, incentivo e força para que este trabalho se tornasse possível. A vocês dedico esta conquista.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela força, sabedoria e perseverança ao longo desta trajetória.

À minha família, em especial ao meu filho Fernando e ao meu esposo Célio, pelo amor, apoio, paciência e compreensão nos momentos mais desafiadores. Vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

À minha mãe, Adelina, e ao meu pai, Dalvo, pelo apoio constante, especialmente nos momentos cruciais da pesquisa de campo, pela presença, incentivo e suporte essenciais para a realização deste trabalho.

Ao Secretário Eduardo Lucas, que, no início desta formação, possibilitou a flexibilização do meu horário de trabalho, tornando viável a realização desta pós-graduação.

À minha orientadora, Dra. Dayana Cury Rolim, pela orientação atenta, pelo rigor acadêmico e pela generosidade intelectual ao longo de todo o processo. Sua escuta sensível, incentivo constante e suas contribuições teóricas foram decisivos para o amadurecimento desta pesquisa e para minha formação acadêmica e profissional. Minha profunda gratidão pela confiança, apoio e compromisso com a construção deste trabalho.

À equipe técnica de referência do CRAS São José IV, pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência e, em especial, à Ana Carolina, pela parceria constante e pelo suporte nos dias mais difíceis.

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, pela formação qualificada, pelas reflexões críticas e pelo compromisso com a produção de conhecimento voltado à realidade amazônica. Agradeço, de modo especial, à Profa. Dra. Maria do Perpétuo Rodrigues Chaves e ao Prof. Dr. Patrício Azevedo Ribeiro, por integrarem minha banca de qualificação e defesa e pelas valiosas contribuições que enriqueceram este estudo.

Ao gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social de Careiro Castanho, pela autorização da pesquisa no CRAS; à equipe técnica e à senhora Marciana, pelo apoio durante a coleta de dados. Expresso também minha gratidão às famílias participantes da pesquisa, pela confiança e contribuição fundamental para a realização deste estudo.

Aos colegas da turma 2024/1, especialmente às minhas amigas Elzimar e Hildelene, agradeço o apoio e o companheirismo ao longo desta trajetória. Sem vocês, eu não teria conseguido.

Meus agradecimentos se estendem também a todos que contribuíram, direto ou indiretamente, para a realização dessa dissertação.

## RESUMO

A Amazônia brasileira é um território de grande riqueza ambiental, cultural e de diversidade de povos, onde coexistem modos de vida indígenas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, artesãos e comunidades quilombolas, cujos saberes tradicionais contribuem para a proteção da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, mais do que patrimônio natural, a região se constitui como espaço de diversidade e resistência, mas apresenta particularidades socioambientais que impõem desafios à efetivação das políticas públicas, especialmente da Assistência Social, como a extensa dimensão territorial, o deslocamento predominantemente fluvial, o isolamento geográfico e a sazonalidade dos rios. Esses fatores incidem diretamente sobre a implementação, a cobertura e o acesso aos serviços socioassistenciais nos territórios amazônicos. Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo foi analisar as particularidades vivenciadas pelas famílias da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré no acesso à Proteção Social Básica (PSB) da Política de Assistência Social (PAS), considerando os caminhos percorridos, as mudanças climáticas e a oferta do CRAS no município de Careiro Castanho/AM. Como objetivos específicos, buscou-se: (1) investigar os indicadores sociais e as particularidades geográficas do município de Careiro Castanho e da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré; (2) identificar a realidade institucional do CRAS na oferta dos serviços da PSB e os desafios enfrentados pelas famílias ribeirinhas no acesso aos serviços socioassistenciais; e (3) analisar como as mudanças climáticas impactam o acesso dessas famílias à PSB e as estratégias adotadas pelo CRAS diante dos eventos climáticos. A pesquisa adotou abordagem qualiquantitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, permitindo analisar a realidade em sua totalidade, considerando suas contradições e mediações. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, com base em livros, artigos, teses, dissertações, produções audiovisuais e marcos legais, como o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS 2022–2025) e o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil. A pesquisa de campo ocorreu na comunidade Maria de Nazaré, com a participação de quinze famílias, por meio da aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas, e no CRAS Careiro Castanho, com entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro técnicos de referência da PSB. O estudo seguiu os procedimentos éticos previstos, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os resultados evidenciam que o acesso à PAS na comunidade ribeirinha Maria de Nazaré é limitado, com distanciamento dos serviços socioassistenciais e ausência de equipes volantes para a busca ativa, restringindo o acesso aos direitos sociais. Em um contexto de acentuadas desigualdades territoriais e de intensificação das emergências climáticas na Amazônia, destaca-se a relevância da PAS na mitigação dos impactos que atingem as famílias ribeirinhas. Conclui-se que o acesso das famílias de comunidades ribeirinhas à PAS nos territórios amazônicos ocorre de forma fragilizada e reduzida a programas sociais. Os poucos investimentos estatais e as barreiras territoriais comprometem o acesso e a viabilização dos serviços da proteção social, evidenciando uma política insuficiente para responder às particularidades da Amazônia. Nesse sentido, os resultados da pesquisa contribuíram para o avanço do conhecimento sobre o funcionamento da PSB na região, ao evidenciar desafios enfrentados pelas famílias ribeirinhas, limitações estruturais do CRAS e estratégias adotadas diante das especificidades locais, ressaltando a necessidade de planejamento preventivo e maior articulação entre a Política de Assistência Social e a gestão de riscos socioambientais.

**Palavras-chave:** Povos tradicionais; Assistência Social; Proteção Social; Território; Família.

## ABSTRACT

The Brazilian Amazon is a territory of great environmental and cultural richness, and a diversity of peoples, where indigenous, riverside, extractive, fishing, artisan, and quilombola communities coexist, whose traditional knowledge contributes to the protection of nature and the sustainable use of natural resources. At the same time, more than just natural heritage, the region constitutes a space of diversity and resistance, but presents socio-environmental particularities that pose challenges to the effectiveness of public policies, especially Social Assistance, such as its extensive territorial dimension, predominantly fluvial displacement, geographic isolation, and the seasonality of the rivers. These factors directly affect the implementation, coverage, and access to social assistance services in the Amazonian territories. In this context, the general objective of this study was to analyze the particularities experienced by families in the riverside community of Maria de Nazaré in accessing Basic Social Protection (BSP) of the Social Assistance Policy (SAP), considering the paths taken, climate change, and the provision of the CRAS (Social Assistance Reference Center) in the municipality of Careiro Castanho/AM. As specific objectives, the study sought to: (1) investigate the social indicators and geographical particularities of the municipality of Careiro Castanho and the riverside community of Maria de Nazaré; (2) identify the institutional reality of the CRAS in the provision of PSB services and the challenges faced by riverside families in accessing social assistance services; and (3) analyze how climate change impacts these families' access to PSB and the strategies adopted by the CRAS in the face of climate events. This research adopted a mixed-methods approach, grounded in historical-dialectical materialism, allowing for the analysis of reality in its totality, considering its contradictions and mediations. Bibliographic and documentary research was conducted, based on books, articles, theses, dissertations, audiovisual productions, and legal frameworks such as the Municipal Social Assistance Plan (PMAS 2022–2025) and the State Civil Protection and Defense Plan. Field research took place in the Maria de Nazaré community, with the participation of fifteen families, through the application of questionnaires with open and closed questions, and at the Careiro Castanho CRAS (Social Assistance Reference Center), with semi-structured interviews conducted with four PSB (Basic Social Protection) reference technicians. The study followed the ethical procedures foreseen, through the signing of the Informed Consent Form (TCLE). The results show that access to social assistance in the riverside community of Maria de Nazaré is limited, with distance from social assistance services and an absence of mobile teams for active outreach, restricting access to social rights. In a context of marked territorial inequalities and intensified climate emergencies in the Amazon, the relevance of the PAS (Program for Sustainable Agriculture) in mitigating the impacts on riverside families stands out. It is concluded that access to PAS for families in riverside communities in Amazonian territories is fragile and limited to social programs. Limited state investment and territorial barriers compromise access to and the viability of social protection services, highlighting a policy that is insufficient to address the specific needs of the Amazon region. In this sense, the research results contributed to advancing knowledge about the functioning of the Brazilian Social Protection Policy (PSB) in the region, by highlighting challenges faced by riverside families, structural limitations of the CRAS (Social Assistance Reference Center), and strategies adopted in response to local specificities, emphasizing the need for preventive planning and greater coordination between the Social Assistance Policy and the management of socio-environmental risks.

**Keywords:** Traditional Peoples; Social Assistance; Social Protection; Territory; Family.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FIGURAS

|                                                                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1. Localização do município de Careiro Castanho.....                                                         | 45  |
| Figura 2. Localização da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré.....                                                 | 53  |
| Imagem 1. Período de cheia (2024).....                                                                              | 55  |
| Imagem 2. Período de seca (2024).....                                                                               | 55  |
| Figura 3. Famílias referenciadas a um CRAS.....                                                                     | 68  |
| Imagem 3. Secretaria Municipal de Assistência Social Careiro Castanho.....                                          | 90  |
| Figura 4. Ilustração do trajeto que as famílias percorrem para chegar até a sede do município Careiro Castanho..... | 110 |

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

|                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1- Critérios de elegibilidade dos sujeitos da pesquisa.....                           | 18  |
| Quadro 2- Histórico das COPs e seus objetivos.....                                           | 32  |
| Quadro 3- Principais eventos climáticos (2023-2025) no Estado do Amazonas.....               | 35  |
| Tabela 1- Indicadores da Educação no município de Careiro Castanho/AM.....                   | 48  |
| Tabela 2- Capacidade de atendimento nos CRAS no território.....                              | 66  |
| Tabela 3- Demonstrativo populacional e CRAS a nível do território nacional brasileiro..      | 73  |
| Quadro 4- Perfil profissional da Equipe Técnica do CRAS Careiro Castanho.....                | 87  |
| Tabela 4- Distribuição das famílias segundo ocupação profissional / atividade econômica..... | 104 |
| Tabela 5- Distribuição das famílias ribeirinhas segundo a fonte de renda.....                | 105 |
| Tabela 6- Infraestrutura das moradias na comunidade Maria de Nazaré.....                     | 106 |
| Quadro 5- Panorama do deslocamento das famílias ribeirinhas em período da seca dos rios..... | 109 |
| Quadro 6- Síntese da percepção dos ribeirinhos sobre as mudanças climáticas.....             | 123 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1- Distribuição percentual da naturalidade dos participantes..... | 102 |
| Gráfico 2 - Composição familiar.....                                      | 103 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|             |                                                                              |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------|
| BDTD        | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações                        |
| BPC         | Benefício de Prestação Continuada                                            |
| CAAE        | Certificado de Apresentação para Apreciação Ética                            |
| CAPES       | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                  |
| CEP         | Comitê de Ética em Pesquisa                                                  |
| CETI        | Centro Educacional de Tempo Integral                                         |
| CIB         | Comissão Intergestores Bipartite                                             |
| CNAS        | Conselho Nacional de Assistência Social                                      |
| CONEP       | Comissão Nacional de Ética em Pesquisa                                       |
| COP         | Conferência das Partes (reuniões internacionais sobre clima)                 |
| CRAS        | Centro de Referência de Assistência Social                                   |
| EJA         | Educação de Jovens e Adultos                                                 |
| IBGE        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                              |
| INEP        | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira       |
| INSE        | Indicador de Nível Socioeconômico                                            |
| IPCC        | Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas                          |
| LOAS        | Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742/1993)                       |
| MDS         | Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome |
| MDL         | Mecanismo de Desenvolvimento Limpo                                           |
| NASF        | Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica                         |
| NOB/RH/SUAS | Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS                         |
| NOB/SUAS    | Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social              |
| OMM         | Organização Meteorológica Mundial                                            |
| ONU         | Organização das Nações Unidas                                                |
| PAIF        | Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família                         |
| PAS         | Política de Assistência Social                                               |
| PBF         | Programa Bolsa Família                                                       |
| PIB         | Produto Interno Bruto                                                        |
| PMAS        | Plano Municipal de Assistência Social                                        |
| PNAS        | Política Nacional de Assistência Social                                      |

|        |                                                                                       |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| PPA    | Plano Plurianual                                                                      |
| PSBD   | Proteção Social Básica Domiciliar                                                     |
| RMA    | Relatório Mensal de Atendimento                                                       |
| SAGI   | Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação                                        |
| SBSTA  | Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico da<br>Convenção do Clima |
| SCFV   | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos                                   |
| SEAS   | Secretaria de Estado de Assistência Social                                            |
| SEMAS  | Secretaria Municipal de Assistência Social                                            |
| SGB    | Serviço Geológico do Brasil                                                           |
| SUAS   | Sistema Único de Assistência Social                                                   |
| SUDAM  | Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia                                       |
| TCLE   | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido                                            |
| UBS    | Unidade Básica de Saúde                                                               |
| UNFCCC | Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima                             |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                   |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                                                           | <b>15</b>  |
| <b>CAPÍTULO I – A AMAZÔNIA AMAZONENSE: ENTRE RIOS E FLORESTAS .....</b>                                                                                                                           | <b>22</b>  |
| 1.1 Amazônia: processos socioculturais e povos tradicionais .....                                                                                                                                 | 22         |
| 1.2 Desafios socioambientais da Amazônia e a questão das mudanças e emergências climáticas no Estado do Amazonas.....                                                                             | 29         |
| 1.3 Os banheiros da realidade ribeirinha no Amazonas: particularidades territoriais regionais e indicadores sociais do município de Careiro Castanho e da comunidade Maria de Nazaré ....         | 41         |
| <b>CAPÍTULO II – A PROTEÇÃO SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS BRASILEIRO E AMAZÔNICO .....</b>                                                                             | <b>57</b>  |
| 2.1 A configuração da Proteção Social Básica da Assistência Social no contexto brasileiro...                                                                                                      | 57         |
| 2.2 A relação do CRAS, território e vulnerabilidade social: movimentos da proteção social no território amazônico.....                                                                            | 64         |
| 2.3 Plano Municipal da Assistência Social do município de Careiro Castanho/AM: expressões da proteção social local.....                                                                           | 78         |
| <b>CAPÍTULO III – O ACESSO À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REALIDADE RIBEIRINHA DO MUNICÍPIO DE CAREIRO CASTANHO/AM.....</b>                                                    | <b>85</b>  |
| 3.1 Conhecendo o CRAS do município de Careiro Castanho: a realidade institucional na oferta dos serviços às comunidades ribeirinhas e as demandas dos usuários da comunidade Maria de Nazaré..... | 86         |
| 3.2 As peculiaridades que se apresentam no caminho, formas e condições de acesso das famílias ribeirinhas da comunidade Maria de Nazaré aos serviços do CRAS Careiro Castanho .....               | 102        |
| 3.3 A percepção da equipe técnica e coordenadora do CRAS sobre os desafios das mudanças climáticas na região para a execução da Política de Assistência Social.....                               | 115        |
| 3.4 Os impactos das mudanças climáticas na região sob o olhar das famílias da comunidade Maria de Nazaré.....                                                                                     | 121        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                                                                                  | <b>128</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                                                                          | <b>130</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>                                                                                                                                                                            | <b>140</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                                                                                                               | <b>148</b> |

## INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma região marcada pela grandiosidade de suas florestas, rios e ecossistemas que compõem a Bacia Amazônica (IBGE, 2010), constituindo-se como um dos principais espaços socioambientais e geopolíticos do mundo. Nesse território, coexistem múltiplos modos de vida profundamente articulados à natureza, expressos na diversidade cultural, social e ambiental de seus povos. Além de sua expressiva biodiversidade, a Amazônia abriga saberes ancestrais e práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais, fundamentais para a conservação dos ecossistemas e para o uso sustentável da fauna, flora e demais bens naturais pelos povos da floresta.

A região concentra municípios com comunidades em áreas rurais que apresentam dois ecossistemas: terra firme e várzea<sup>[1]</sup>, muito específicos da região. Ora vivenciam-se processos de vazante e seca, ora de enchente e cheia; dessas mudanças sazonais decorrem diversos desafios regionais e de infraestrutura no meio rural amazônico<sup>[2]</sup>, sobretudo em relação ao acesso às políticas públicas, afetando diretamente os usuários dos serviços, entre eles os povos ribeirinhos.

Ao tratar da Amazônia nas políticas públicas e sociais, é fundamental reconhecê-la como um território marcado por ampla diversidade étnica, cultural, racial e socioambiental, fortemente atravessado por saberes tradicionais e especificidades regionais. Essa complexidade territorial é diretamente impactada pelas mudanças climáticas, o que torna sua compreensão essencial para a formulação de políticas adequadas à realidade local.

As mudanças climáticas são definidas pelas Nações Unidas (2023) como fenômenos físicos e alterações de longo prazo nos padrões meteorológicos da Terra, incluindo o aumento da temperatura média e a irregularidade das chuvas. Esses processos têm provocado mudanças nos padrões sazonais, como a alteração dos ciclos dos rios, gerando impactos diretos e desafios para a formulação de políticas públicas e para o acesso aos serviços na região.

Como desdobramento desse processo, os eventos extremos como ondas de calor, secas, inundações, ciclones e incêndios florestais evidenciam a elevada vulnerabilidade de ecossistemas e sistemas humanos à variabilidade climática. Esses fenômenos têm provocado impactos significativos, como alterações ambientais, prejuízos à produção de alimentos e ao abastecimento de água, danos à infraestrutura e efeitos na saúde e no bem-estar das populações (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2014).

Nesse contexto de intensificação dos impactos ambientais, emerge a noção de emergência climática, que corresponde ao reconhecimento político e social dessa crise,

ênfatizando sua gravidade, urgência e a necessidade de ações imediatas (Nações Unidas, 2024). Esse conceito expressa um cenário crítico, marcado por riscos iminentes e pela redução do tempo disponível para evitar consequências mais severas. Trata-se de um processo histórico intensificado desde a Revolução Industrial, cujos efeitos climáticos são hoje inegáveis. Nesse sentido, a emergência climática evidencia a forma como o capitalismo contemporâneo organiza os territórios e limita a capacidade do Estado de garantir proteção social de forma equitativa.

Desta forma, a PAS deve promover estratégias para a garantia dos direitos sociais das famílias e indivíduos afetados pelos impactos das mudanças climáticas na Amazônia, através de ações da proteção social particularizada, com a oferta de programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais<sup>1</sup>, que assegurem a sobrevivência, a segurança, a defesa social da população mais vulnerável e o atendimento às suas reais necessidades, diante da realidade da região, que apresenta especificidades que requerem maior investimento às ações de prevenção e mitigação dos efeitos climáticos no modo de vida ribeirinho.

Nesse sentido, é fundamental destacar que os grupos sociais, entre eles os povos ribeirinhos, não são vulneráveis em si, mas encontram-se em condição de vulnerabilidade social e ambiental em razão de dinâmicas estruturais que aprofundam desigualdades, especialmente em territórios como a Amazônia.

Essa condição se expressa diretamente nas dificuldades de acesso às políticas e aos serviços públicos, uma vez que esse acesso é atravessado por múltiplos fatores. Entre eles, destacam-se a distância entre as comunidades ribeirinhas e os centros urbanos onde geralmente se concentram os serviços, além das barreiras geográficas e do alto custo de deslocamento, que limitam a viabilização dos direitos sociais.

Assim, apresenta-se como questão norteadora do estudo: quais são as particularidades que se apresentam nos caminhos percorridos pelas famílias da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré, no município de Careiro Castanho/AM, para acessar a Proteção Social Básica da Política de Assistência Social, considerando, nesse processo, a realidade das mudanças climáticas na Amazônia e a oferta do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) nessa região?

De acordo com a questão norteadora, o estudo tem o objetivo geral de analisar as particularidades vivenciadas pelas famílias da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré no acesso à Proteção Social Básica da Política de Assistência Social, considerando os caminhos

---

<sup>1</sup> De acordo com Colin e Jaccoud (2013, p. 55-56), “os serviços representam o campo de intervenção da assistência social que visa ampliar potencialidades, construir ativos sociais e enfrentar o risco de isolamento e abandono, além de situações de violação de direitos”.

percorridos, as mudanças climáticas e a oferta do CRAS no município de Careiro Castanho/AM.

Para tanto, apresentam-se como objetivos específicos: 1) investigar os indicadores sociais e as particularidades geográficas do município de Careiro Castanho e da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré; 2) identificar a realidade institucional do CRAS Careiro Castanho na oferta dos serviços da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social e as particularidades que se apresentam no caminho percorrido pelas famílias ribeirinhas da comunidade Maria de Nazaré para acessar os serviços; e 3) avaliar como as mudanças climáticas impactam as famílias da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré no acesso à Proteção Social Básica da Política de Assistência Social e as estratégias do CRAS diante dos eventos climáticos para o atendimento aos usuários.

Vale salientar que o interesse da pesquisadora pelo objeto de estudo surgiu a partir das relações pessoais e vínculos familiares construídos na comunidade onde o estudo foi realizado, bem como pela inquietação em desvelar as formas de acesso das famílias ribeirinhas à Política de Assistência Social, tendo como território a comunidade Maria de Nazaré, localizada às margens do Rio Mamori, no município de Careiro Castanho, Estado do Amazonas, e por se tratar de uma das zonas geográficas ribeirinhas com diversas vulnerabilidades que são intensificadas pelas mudanças climáticas. O estudo também dialoga com as reflexões construídas na disciplina de Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, que contribuiu para uma compreensão crítica acerca do acesso aos serviços à PAS no território amazônico.

Coerente com os objetivos da investigação ora apresentada, em relação aos procedimentos metodológicos deste estudo, esta pesquisa é do tipo quantiquantitativa, por considerar que são abordagens que se complementam, possibilitando uma melhor contribuição para compreender os fenômenos investigados, consideradas “inseparáveis e interdependentes” (Minayo, 2014, p. 25).

Destaca-se que foram cumpridos todos os procedimentos éticos previstos para este tipo de pesquisa, conforme as resoluções e normativas vigentes do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), e que ela pode ser consultada no site da Plataforma Brasil pelo CAAE 89197225.0.0000.5020.

O lócus da pesquisa centra-se no município de Careiro Castanho, especialmente junto ao CRAS Careiro Castanho e na comunidade ribeirinha Maria de Nazaré. Esta comunidade está constituída por 40 famílias, que dependem do rio e da floresta no seu cotidiano.

Quanto ao universo e amostra dos sujeitos da pesquisa, apresentam-se os seguintes:

1. **CRAS Careiro Castanho/AM:** a pesquisa considerou o total de 04 (quatro) técnicos que atuam no CRAS Careiro Castanho, não sendo necessário amostra, por se tratar de uma equipe mínima, sendo estes: 01 (uma) coordenadora, 01 (um) psicólogo e 02 (duas) assistentes sociais.
2. **Comunidade Maria de Nazaré:** há um universo de 40 (quarenta) grupos de famílias, destas, 15 (quinze) representantes das famílias participaram da pesquisa por estarem frequentando algum programa social mediado pelo CRAS Careiro Castanho. Os critérios para participar da pesquisa foram definidos conforme o quadro a seguir:

Quadro 1. Critérios de elegibilidade dos sujeitos da pesquisa

| SUJEITOS                                            | CRITÉRIOS DE INCLUSÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Famílias ribeirinhas da comunidade Maria de Nazaré. | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Famílias residentes de forma permanente na comunidade Maria de Nazaré;</li> <li>• Sujeitos que sejam públicos prioritários da Política de Assistência Social;</li> <li>• Sujeitos com faixa etária maior de 18 anos;</li> <li>• Famílias que tenham sido atendidas por um serviço socioassistencial da Proteção Social Básica no CRAS Careiro Castanho;</li> <li>• Famílias que sejam beneficiárias dos Programas Sociais como: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou outros;</li> <li>• Sujeitos que aceitem participar da pesquisa mediante a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não ter residência fixa na comunidade Maria de Nazaré;</li> <li>• Sujeitos que não sejam referenciados ao CRAS Careiro Castanho;</li> <li>• Pessoas com faixa etária menor de 18 anos;</li> <li>• Pessoas que estejam sob uso de qualquer substância que altere o estado de consciência;</li> <li>• Pessoas que não consentirem sua participação no estudo.</li> </ul> |

Fonte: Elaborado pela autora, (2025).

O estudo foi direcionado pela teoria social crítica de Karl Marx, que define três categorias centrais: contradição<sup>2</sup>, mediação<sup>3</sup> e totalidade<sup>4</sup>. Para tanto, o método possui uma relação intrínseca com a teoria, ou seja, a discussão teórica da pesquisa consiste na articulação

<sup>2</sup> A contradição “demonstra que a realidade é composta por questões antagônicas, que instigam a negação e estimulam a superação” (Richardson, 1999, p. 45).

<sup>3</sup> Lukács (1979) concebe não existir nenhum objeto (ou melhor, nenhuma objetivação) que não seja fruto das mediações humanas. Acrescenta ainda que a mediação é uma categoria de natureza ontológica e objetiva (e reflexiva), existindo na realidade independente do sujeito cognoscente.

<sup>4</sup> A categoria de totalidade significa (...) de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está de uma maneira ou de outra, em relação e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (Lukács, 2003, p. 240).

entre a escolha de um método, que sustentará a análise dos dados coletados, e a leitura construída sobre a realidade concreta do tema pesquisado.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas etapas bibliográfica, documental e de campo. Iniciou-se com o levantamento bibliográfico, incluindo livros, artigos, revistas, dissertações, teses, dentre outras referências que aprofundaram o debate sobre o tema. Conforme apontam Lakatos e Marconi (2010, p. 166), “a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas”. Portanto, este tipo de pesquisa se constitui em um processo contínuo no decorrer da elaboração inicial e final da pesquisa, promovendo o suporte às categorias teóricas centrais desse estudo.

No que se refere à pesquisa documental, ela permitiu a análise dos registros institucionais referentes aos serviços socioassistenciais ofertados através do CRAS Careiro Castanho, elaborados pela referida instituição pesquisada, a saber: o Plano Plurianual de Assistência Social (PPA), Plano Municipal de Assistência Social (PMAS, 2022-2025), Plano Anual de Trabalho 2025, bem como, as normativas, legislações, publicações e sistemas com dados públicos sobre a Assistência Social disponibilizados publicamente pelo atual Ministério da Cidadania, dentre outras fontes de pesquisa como a base de busca de descritores e dos bancos de dados de teses e dissertações (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD); Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e o Bancos de Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da área de conhecimento, a partir das categorias utilizadas, permitindo identificar pesquisas que estejam em consonância com a proposta do tema deste estudo.

No que se refere às técnicas de pesquisa, elencam-se as seguintes:

1. **Formulário semiaberto:** aplicado junto aos ribeirinhos residentes na comunidade lócus da pesquisa. Conforme definido por Lakatos e Marconi (2010, p. 205), “o formulário é um roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do pesquisado”.
2. **Entrevista semiestruturada:** realizada mediante visita institucional aos profissionais da área de Assistência Social, que exercem suas funções no CRAS, no Serviço da Proteção Social Básica (PSB), no município de Careiro Castanho. É uma técnica que estabelece uma conversação face a face, proporcionando ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária para subsidiar a análise de dados. Para Minayo (2014, p. 64), este método “combina perguntas fechadas e

abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

3. **Caderno de campo, registro fotográfico e fonográfico:** foram utilizados durante a pesquisa de campo mediante a autorização. Ressalta-se que as atividades de campo só tiveram início após todas as fases do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos, conforme as normativas das Resoluções n. 466/2012 e n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.
4. **Termo de Consentimento Livre Esclarecido:** foi elaborado em consonância com os critérios dispostos nas Resoluções n. 466/2012 e n. 510/2016, com o intuito de assegurar o respeito aos direitos dos participantes e a observância dos princípios éticos que orientam a pesquisa.
5. **Observação indireta:** a pesquisadora realizou algumas visitas na comunidade para observar a sua dinâmica e demais aspectos que contribuíssem com o estudo.

Este estudo fundamenta-se nas categorias de análise povos tradicionais na Amazônia, assistência social e território, permitindo compreender a relação entre as comunidades amazônicas, como os ribeirinhos, os desafios socioterritoriais e a efetividade da PAS, destacando a necessidade de adequar a oferta de serviços às demandas específicas dessas comunidades.

E por fim, realizou-se a organização e a sistematização dos dados em forma de gráficos e quadros, que juntamente com o referencial teórico, deu sustentação para a análise das informações coletadas na pesquisa de campo.

A estrutura da dissertação está organizada em três capítulos, sendo o Capítulo I, intitulado “A Amazônia Amazonense: entre rios e florestas”, que tece uma análise sobre algumas particularidades da Amazônia, em especial do Estado do Amazonas, destacando sua complexidade regional e territorial.

O Capítulo II, denominado “A Proteção Social da Política de Assistência Social nos territórios brasileiro e amazônico”, que apresenta inicialmente uma discussão sobre os aspectos conceituais sobre a Política de Assistência Social do Brasil e como esta política é compreendida e executada na região Amazônica, a partir de suas particularidades e vulnerabilidades territoriais.

O Capítulo III, traz como debate o “Acesso à Proteção Social Básica da Assistência Social na realidade ribeirinha do município de Careiro Castanho/AM”, que proporciona uma

reflexão crítica sobre as formas de acesso aos serviços e benefícios sociais, frente aos desafios da logística local.

Por fim, este trabalho busca contribuir com a gestão da PAS do município de Careiro Castanho/AM, ao visibilizar a realidade ribeirinha. Embora a Proteção Social apresente avanços, ainda é necessário que alcance a Amazônia em sua dimensão de totalidade, reconhecendo os direitos de acesso às políticas públicas e sociais aos povos amazônicos, independentemente da região em que estejam localizados. Nesse sentido, torna-se fundamental a presença do Estado nos territórios amazônicos, por meio de ações intersetoriais, planejamento descentralizado e fortalecimento da rede socioassistencial, de modo a promover a ampliação da cobertura e a efetividade dos serviços da proteção social.

## CAPÍTULO I – A AMAZÔNIA AMAZONENSE: ENTRE RIOS E FLORESTAS

*A Amazônia, longe de ser homogênea, é uma região extremamente complexa e diversificada. Contrasta com a visão externa à região, homogeneizadora, que a vê como Natureza, como Floresta, como atrasada, como Reserva de Recursos, como o Futuro do Brasil, com o presente vivido, em seus diferentes contextos socioculturais específicos por populações que forjaram seu patrimônio de conhecimentos na convivência com os mais diferentes ecossistemas (Gonçalves, 2021).*

A Amazônia é habitada por uma grande diversidade de povos, com modos de vida, línguas, culturas, histórias e relações com a natureza distintas entre si. Assim, não pode ser reduzida apenas à condição de floresta ou de reserva de recursos, invisibilizando os povos que a habitam, mas compreendida, sobretudo, como uma região viva e plural, onde diferentes povos constroem cotidianamente formas próprias de existência e resistência (Gonçalves, 2021).

Portanto, o debate sobre a “Amazônia Amazonense: entre rios e florestas” está organizado nos seguintes itens: 1.1 Amazônia: processos socioculturais e povos tradicionais; 1.2 Desafios socioambientais da Amazônia e a questão das mudanças e emergências climáticas no Estado do Amazonas; 1.3 Os banzeiros da realidade ribeirinha no Amazonas: particularidades territoriais regionais e indicadores sociais do município de Careiro Castanho e da comunidade Maria de Nazaré.

### **1.1 Amazônia: processos socioculturais e povos tradicionais**

A incursão histórica sobre a Amazônia permite afirmar que essa região ocupa uma área de mais de 6,5 milhões de km<sup>2</sup>, na parte norte da América do Sul, composto por nove países, sendo estes: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa, conjunto denominado Pan-Amazônia. Trata-se de uma região multifacetada, que engloba uma rica variedade de fauna e flora, uma diversidade de ecossistemas com florestas tropicais úmidas, savanas e montanhas. Abriga ainda diferentes culturas e povos indígenas que habitam a região há milênios, mantendo tradições e modos de vida profundamente vinculados ao ambiente natural, não sendo possível deixar de considerar a grande Amazônia, na formulação de uma política global (Batista, 2007).

Portanto, a Amazônia é caracterizada por processos socioculturais resultantes das transformações sociais e das relações entre homem, meio ambiente e cultura, o que faz emergir um debate voltado à reafirmação da identidade do povo amazônico. Nesse sentido, o termo

sociocultural refere-se aos processos relacionados aos aspectos sociais e culturais da sociedade construída historicamente pelos sujeitos que a compõem.

Examinam-se situações históricas, sujeitos sociais, conflitos, identidades e práticas sociais, em sua relação com formas de dominação específicas, em várias escalas, e, sobretudo, sua articulação com as políticas desenvolvimentistas implementadas no país e nas suas fronteiras políticas que ocupam larga faixa da Pan-Amazônia (Castro, 2012, p. 16).

A Amazônia brasileira corresponde a nove Estados, a saber: Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins, perfazendo uma área de 5.015.086 km<sup>2</sup> (IBGE, 2021), também conhecida como Amazônia Legal, um conceito político que, segundo Locatelli (2009, p. 107), é um termo estabelecido por definição jurídica:

(...) criado pela Lei n. 1806, de 6 de janeiro de 1953, que regulamentou a Constituição Federal de 1946, art. 199. Desde quando se falou pela primeira vez na história brasileira de Plano de Desenvolvimento para a Amazônia, a concepção de “Amazônia Legal” foi adotada oficialmente. A abrangência territorial da Amazônia Legal variou de acordo com alterações ocorridas na divisão política do país, e, atualmente, observando-se a Lei Complementar n. 124, de 2007, que criou a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), corresponde à totalidade dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e à porção do Estado do Maranhão, a oeste do meridiano 44°.

Essa referência apresenta a origem e a evolução do conceito de Amazônia Legal, uma definição que surge no contexto de um plano de desenvolvimento para a região, considerando não apenas fatores geográficos, mas também políticos e econômicos. Esse contexto dialoga com Gonçalves (2021), que chama a atenção para as particularidades da Amazônia brasileira, uma Amazônia profunda que envolve sua história, sua formação sociocultural e econômica e a resistência dos modos de vida de seus povos, marcada pela heterogeneidade e pela complexidade de cada Estado. Tal diversidade faz com que cada território apresente especificidades próprias, tornando-os distintos entre si.

Dessa forma, é importante compreender que “a Amazônia não se trata de uma região homogênea, mas extremamente complexa e diversificada, o que a qualifica como Amazônia” (Gonçalves, 2021, p. 9).

Para Gonçalves (2021, p. 10), “a pluralidade de várias Amazônia na Amazônia, muitas delas contraditórias entre si”, evidencia a diversidade interna da região, marcada por múltiplas dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais que coexistem e, por vezes, se contrapõem. O autor destaca que essa pluralidade torna qualquer análise ou intervenção no

território mais complexa, exigindo a consideração das diferentes realidades e relações que se articulam na região amazônica.

A formação sociocultural da Amazônia brasileira envolve a atuação fundamental de indígenas, ribeirinhos, quilombolas, migrantes nordestinos e outros grupos que construíram uma rede diversa de interações sociais e culturais. Essa diversidade revela diferentes formas de ocupação do território e evidencia conflitos entre projetos externos de desenvolvimento e práticas tradicionais.

Loureiro (2002) pontua que o processo sócio-histórico da Amazônia tem sido construído a partir de dois eixos: o primeiro revela-se a partir dos mitos sobre a região; o segundo aponta para a violência gestada na realidade da exploração predatória da natureza.

O avanço da lógica capitalista na região estabelece relações de poder e interesses voltadas ao uso predatório e desordenado da natureza, o que, conseqüentemente, afeta os povos que nela vivem e coloca em risco a vida no território amazônico.

Na visão de Benchimol (2009), o processo de colonização na Amazônia tem provocado, até os dias atuais, diversos conflitos na região, diante das tensões oriundas das relações entre os povos tradicionais e os chamados “colonizadores”, na disputa pela conquista e defesa dos territórios, frequentemente apropriados pelos interesses do capital, que buscam suprimir os direitos historicamente constituídos dos povos originários na região.

Ao destacar os primeiros habitantes da Amazônia, Benchimol (2009, p. 17) pontua que:

O conhecer, o saber, o viver e o fazer na Amazônia Equatorial e Tropical inicialmente foi um processo predominante indígena. A esses valores de culturas foram sendo incorporados, por via de adaptação, assimilação, competição e difusão, novas instituições, instrumentos, técnicas, incentivos e motivações transplantados pelos seus colonizadores e povoadores. Entre eles: portugueses, espanhóis, em particular, europeus, com algumas contribuições africanas, semíticas e asiáticas, além de novos valores aqui aportados por migrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras.

Desse modo, a formação da identidade cultural amazônica pode ser compreendida como um processo contínuo de interação entre diversos grupos, incluindo indígenas, colonizadores europeus e migrantes nordestinos, que se estabeleceram em diferentes áreas da região amazônica, especialmente ao longo do rio Amazonas, atraídos pelas riquezas e recursos naturais da floresta e dos rios. Assim, a região passou a reunir uma grande diversidade de povos, línguas e etnias que, ao se entrelaçarem, contribuíram para a constituição da complexa e rica cultura que caracteriza a Amazônia.

Os sobreviventes dessa rica multidiversidade cultural (que foi capaz de gerar mais de duzentas línguas e dialetos, somente na Amazônia brasileira) lutam hoje por suas terras e reservas e pelo direitos de manter a própria identidade, mesmo sabendo que o processo de aculturação fatalmente irá destruir, mais tarde ou mais cedo, os seus valores culturais e a riqueza e seus saberes naturais, produto do convívio e da experiência secular de contato com a floresta, os rios, os animais, os peixes, as plantas e a própria terra (Benchimol, 2009, p. 20).

Sobre a migração na Amazônia, Benchimol (2009) considera que o fluxo migratório interno do Brasil para a região representou uma base de interesses econômicos e políticos, articulada à configuração e à expansão do capitalismo<sup>[7]</sup>. O autor aponta que a migração do Nordeste para a Amazônia não teve como objetivo resolver os problemas da região, mas atender a interesses políticos e econômicos, servindo à expansão do capital e à exploração dos recursos amazônicos, sem considerar soluções sustentáveis para a realidade local.

As populações atraídas para a Amazônia comumente eram direcionadas para territórios já ocupados por populações tradicionais, gerando choques culturais entre os povos originários e aqueles provenientes de outras regiões do Brasil e do exterior, o que resultou em profundas transformações nos modos de vida da população local (Batista, 2007). Desse modo, “o processo sociocultural da região faz referência aos habitantes originários da Amazônia e de todos os movimentos introduzidos pelo capital” (Silva, 2012, p. 173).

Os movimentos introduzidos pelo capital impulsionaram transformações na Amazônia por meio das demandas decorrentes do desenvolvimento econômico e da expansão capitalista, resultando em processos de exploração e em mudanças profundas no território e na vida de seus povos.

A história dos homens na Amazônia tem sido construída a partir de dois eixos norteadores, mas conflitantes: de um lado, a visão paradisíaca criada pela magia dos mitos da região e sobre a região; de outro, a violência cotidiana gestada pela permanente exploração da natureza e desencadeada pelos preconceitos em relação a ambos – homem e natureza (Loureiro, 2002, p. 3).

Ao passo que a formação sociocultural na região Amazônica traz profundas marcas do capitalismo, também expressa a luta dos movimentos dos “Povos da Floresta” que, como indica sua própria autodesignação, consideram que na floresta há gente e que ela não constitui um “vazio demográfico”, conceito colonial, diga-se de passagem, que transformaram a luta pelo direito ao território em luta pela dignidade e pela vida (Gonçalves, 2017, p. 26).

Diante do movimento do capital, Chaves et al. (2023) apontam a Amazônia no cenário das commodities, destacando que a região, devido à sua riqueza natural, é frequentemente percebida sob o olhar externo como um celeiro de matérias-primas para o capital. Essa visão,

voltada essencialmente à exploração econômica, tende a desconsiderar as múltiplas dimensões socioculturais e históricas da região, reforçando a necessidade de abordagens que reconheçam a complexidade da Amazônia em suas diferentes territorialidades.

Essa discussão também é trabalhada por Loureiro (2002), que enfatiza como a Amazônia tem sido historicamente construída e percebida a partir de interesses externos, especialmente no que se refere à exploração de seus recursos naturais. Para a autora, a região não pode ser compreendida apenas como um espaço de produção econômica para o capital, mas deve ser analisada considerando suas dimensões sociais, culturais e ambientais, bem como as relações de poder que estruturam sua ocupação.

Desse modo, emerge a importância de se conhecer a Amazônia, para além de suas florestas e de sua paisagem natural, muitas vezes representada de forma harmônica e romantizada. Trata-se também de paisagens socialmente construídas, marcadas por contrastes e contradições, que perpassam as diversas culturas de seus povos, sobretudo da população ribeirinha, que vive em áreas rurais às margens dos rios e retira desse ambiente natural parte significativa de sua sobrevivência.

Nesse processo histórico e de transformações sociais da Amazônia, as populações constroem, organizam e transformam a vida social e cultural dentro do território amazônico. Esse processo vai muito além da floresta ou dos recursos naturais, pois envolve relações humanas, tradições, modos de produção e formas de interação com o ambiente. Contudo, ao longo da história, essas dinâmicas também têm sido impactadas pelos interesses econômicos do capital, provocando transformações, desigualdades e conflitos sociais. Diante disso:

(...) a luta pela floresta igualmente não pode ser desconectada da percepção de que precisamos de um modelo de sociedade, não mais assentada na busca do lucro, mas do verdadeiro desenvolvimento humano, na qual os seres humanos possam se desenvolver plenamente e estabelecer relações não contraditórias e/ou degradantes com a natureza. Uma outra condição necessária para que se estabeleça outra relação entre sociedade e natureza é que se construa uma nova relação entre os seres humanos, desta vez pautada na igualdade social. Aqui deve residir nossa fonte de otimismo (Marques, 2019, p. 29).

Uma sociedade construída sob o viés do desenvolvimento humano na Amazônia, e não sob a lógica do lucro, requer o debate sobre a complexidade dos processos naturais e socioculturais, além da reflexão acerca da identidade cultural de seu povo, marcada por saberes e tradições próprias da região. Contudo, ao longo do tempo, essa identidade tem sido fortemente ameaçada pela presença expansiva do capital, afetando de forma significativa as dimensões

socioculturais de indivíduos e famílias. Assim, a Amazônia não é apenas um espaço geográfico, mas um espaço de convivência, solidariedade e diversidade (Teixeira, 2013).

Nesse sentido, pensar a Amazônia requer um esforço imensurável, por se tratar de uma região rica em biodiversidade natural, mas também marcada pela diversidade de povos e agrupamentos culturais que compõem a identidade amazônica.

Assim sendo, a identidade sociocultural na Amazônia é constituída por uma diversidade de grupos tradicionais que ocupam a região, como indígenas e não indígenas, ribeirinhos, caboclos, castanheiros, seringueiros e pescadores, entre outros. Tal diversidade, segundo Chaves e Rodrigues (2016, p. 7), “é fruto da miscigenação constituída a partir de povos de diferentes continentes, com maior incidência entre europeus, indígenas e nordestinos”.

Para as autoras, a expansão e a formação sociocultural na Amazônia expressam o resultado das interações entre diferentes culturas, atribuídas tanto aos povos nativos quanto às populações provenientes de outras regiões do país, que produziram e incorporaram novas culturas, dando origem a complexas e, por vezes, conflitantes relações socioculturais.

Pode-se afirmar que o homem amazônico é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias. Tal intercâmbio possibilitou uma herança que se revela nas mais diferentes manifestações socioculturais expressas pelo homem amazônico na vida cotidiana, quais sejam: as relações de trabalho, a educação, a religião, as lendas, os hábitos alimentares e familiares (Chaves; Rodrigues, 2016, p. 7).

Esse contexto representa o reconhecimento de que as comunidades tradicionais são protagonistas na valorização da cultura e da biodiversidade amazônica, ao mesmo tempo em que enfrentam e incorporam transformações históricas de alcance mundial. Assim:

(...) os povos tradicionais, que compõem a sociobiodiversidade amazônica, são detentores de identidades socioculturais diversificadas e dinâmicas, cujo modo de vida singular no interior das comunidades tradicionais se reconfiguram e subsistem num processo histórico que não está alheio às transformações sócio-histórica em nível global. Estes povos abrangem diversos grupos sociais, ribeirinhos, varjeiros, pescadores, extrativistas (castanheiros, balateiros, seringueiros) e quilombolas, dentre outros (Chaves; Almeida; Chaves, 2024, p. 46).

Os povos e comunidades tradicionais<sup>5</sup> são formadas por grupos que apresentam estruturas organizacionais específicas e modos de vida singulares, nos quais ocupam e utilizam os territórios e os recursos naturais para preservar sua cultura, economia, religiosidade e

---

<sup>5</sup> Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (inciso I, art. 3º do Decreto n. 6.040/2007).

ancestralidade. O uso desses recursos é orientado por conhecimentos, práticas e inovações desenvolvidos no interior do próprio grupo e incorporados ao cotidiano por meio da tradição.

Destaca-se que, nesse contexto, reside a heterogeneidade sociocultural das ricas e multifacetadas conexões culturais entre a Amazônia e o mundo, moldadas por saberes, símbolos, valores e modos de vida dos povos tradicionais, influenciados desde o período colonial e profundamente ligados à relação com o rio, a floresta e a terra.

Os povos e comunidades tradicionais na cena Amazônica,

(...) convivem, de forma dual, com a contradição entre grande riqueza natural e diversidade sociocultural, ao mesmo tempo, em que apresentam alto índice de problemas sociais e ambientais (com destaque para acelerado processo de desmatamento, assoreamento e contaminação de rios, lagos e igarapés), formando uma parte significativa do contingente que vive em condições de exclusão social e extrema pobreza na região. Na região, identificam-se diversas formas de violação de direitos sociais e humanos que decorrem de processos históricos e coetâneos da natureza desenvolvimentista dos programas governamentais, que buscam ampliar a integração da região aos circuitos do capital nacional e internacional (Chaves; Almeida; Chaves, 2024, p. 46).

Dentre as comunidades tradicionais, este estudo tem como sujeitos da pesquisa as populações ribeirinhas, conhecidas também como povos das águas, que, segundo Scherer (2004, p. 2):

(...) diferentemente dos caboclos da terra firme, os ribeirinhos vivem em pequenas comunidades em sua maioria à beira dos rios, dos igarapés, dos igapós e dos lagos que compõem o vasto e complexo estuário amazônico. Espacialmente, estão dispersos em vários agrupamentos de 20 a 40 casas de madeira construídas em palafitas, mais adequadas ao sistema de cheias dos rios que estão mais ou menos dispersas, chamadas de comunidades e localizadas próximas aos rios, igarapés, furos e lagos.

São várias as particularidades dos povos que vivem às margens dos rios da Amazônia, os quais dependem economicamente, e para a sua subsistência, tanto da terra para a agricultura quanto da água para a atividade de pesca. Entretanto, apesar da rica biodiversidade, o território enfrenta ameaças como o desmatamento, as queimadas, as invasões de terras e o extrativismo irregular, fatores que intensificam as desigualdades na região.

As populações indígenas e tradicionais têm resistido a essas ameaças por meio da conservação de conhecimentos e da defesa de seus territórios. Nesse sentido, Chaves (2016), destaca que essas populações mantêm formas próprias de organização e uso dos recursos naturais, baseadas em saberes tradicionais, evidenciando estratégias de resistência frente às limitações estruturais e às pressões de um modelo de desenvolvimento predatório.

A autora menciona que os atuais conflitos na Amazônia são reflexo das lutas históricas dos povos locais pela defesa de seus territórios frente à exploração do capital sobre as riquezas naturais. Essa disputa revela a negligência em relação aos direitos dessas populações, em um contexto no qual florestas, rios, bioma, clima e seres humanos estão profundamente interligados.

Dessa forma, torna-se necessário o compromisso social e ambiental com a proteção dos ecossistemas vitais, bem como a adoção de ações contundentes por parte do poder público para mitigar os efeitos decorrentes dos processos ocupação na Amazônia e os desafios postos à proteção da vida na região. Nesse cenário, é fundamental reconhecer a importância da floresta e de sua biodiversidade diante da ação humana nos processos de conservação ambiental. Para tanto, ouvir a voz dos povos e comunidades da floresta, suas demandas, necessidades e experiências com a floresta constitui um caminho para o fortalecimento da sustentabilidade na Amazônia.

É necessário ressaltar que em nenhum plano de desenvolvimento ou empreendimento a população local foi chamada a opinar, mas quem conhece a riqueza e os segredos da floresta e rios, sobrevive com menos de um salário mínimo mensal, resiste às diversas formas de violência, produz num solo frágil e quase sem nenhum apoio público, certamente tem muito a dizer (Marques, 2019, p. 283).

O autor sustenta que o desenvolvimento na Amazônia não pode ser imposto de forma externa e verticalizada, sendo indispensável a participação efetiva das populações locais, com reconhecimento de seus saberes, experiências e direitos.

Sob essa perspectiva, observa-se que os planos de desenvolvimento para a região foram historicamente formulados em uma lógica top-down, com baixa participação das comunidades tradicionais. Dessa forma, a realidade amazonense revela um conjunto de desafios socioambientais inseridos em um processo histórico de ocupação do território, marcado por fluxos migratórios intensos e por relações complexas entre sociedade e natureza, que estruturam os modos de vida dos povos amazônicos.

## **1.2 Desafios socioambientais da Amazônia e a questão das mudanças e emergências climáticas no Estado do Amazonas**

Ao longo das últimas décadas, foram várias as discussões, os estudos e as previsões sobre os impactos do aquecimento global em decorrência da “concentração de gases de efeito estufa e também das mudanças no uso da terra” (Blank, 2015, p. 161). Os estudos de diversos

centros de pesquisa apontam dados que têm visibilizado a emergência do tema, gerando recomendações urgentes voltadas à mitigação das mudanças climáticas, bem como produzindo informações para a adaptação de políticas públicas a essas mudanças.

O Brasil vem enfrentando eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes e intensos com impactos notados e sentidos em diversos setores (energéticos, hídricos, agricultura etc.) das regiões do país. Ao se apresentar como um desafio global, as mudanças climáticas estão na pauta mundial, exigindo avanços em compromissos nos acordos entre países sobre o clima (Rolim, Gomes, Sassaki, 2025).

Uma das regiões que têm sido afetadas severamente pelas mudanças climáticas é a Amazônia, que tem sido cenário de inúmeras transformações socioambientais em suas mais variadas expressões. Assim, infere-se a necessidade de ampliar o debate em torno dos desafios relacionados às mudanças e às emergências climáticas que atingem a região amazônica. Trata-se de uma discussão que está no centro da agenda mundial e que vem desafiando a humanidade, sendo “possível argumentar com solidez que a humanidade tem, nas mudanças climáticas, sua maior crise existencial de todos os tempos” (Chomsky; Pollin, Robert, 2020, p. 7).

São inúmeros os avanços e conquistas da civilização contemporânea, como a geração de eletricidade, os sistemas de transporte e a ampliação da produção de alimentos, todos fortemente associados a processos que envolvem a emissão de gases de efeito estufa. Nesse contexto, Klabin (2010, p. 2) afirma que “a atenuação dos efeitos das mudanças climáticas globais e a adaptação são os maiores desafios da humanidade neste início de século (...), a elevação na temperatura média do planeta já é uma realidade”, evidenciada também pela ocorrência crescente de eventos climáticos extremos, como estiagens prolongadas, enchentes intensas e alterações nos regimes hidrológicos.

O autor acrescenta que os efeitos das mudanças climáticas se manifestam por meio da intensificação de:

(...) chuvas intensas, vendavais e furacões, marés meteorológicas e grandes secas – representam as forças com maior poder de destruição. À intensidade desses eventos soma-se a dificuldade de gerenciamento de planos para a adaptação e a atenuação de seus efeitos, devido à impossibilidade de prevê-los com exatidão. O Furacão Catarina, que atingiu a costa brasileira em 2004, foi o primeiro registrado no Atlântico Sul, sendo um exemplo bastante representativo do caso em questão (Klabin, 2010, p. 2).

A análise do autor demonstra que a intensificação de eventos extremos revela não apenas uma transformação ambiental, mas também os limites da capacidade institucional de previsão e resposta. Fenômenos como secas, chuvas intensas e furacões evidenciam a crescente

vulnerabilidade dos territórios e a necessidade de fortalecer estratégias de adaptação e planejamento. Nesse contexto, a crise climática assume também uma dimensão social, pois seus impactos atingem de forma mais severa populações e regiões com menor infraestrutura e acesso a políticas públicas.

Nessa perspectiva das mudanças do clima, a Defesa Civil do Estado do Amazonas, no Plano de Ação da Operação Estiagem (2024, p. 7), considera que as mudanças climáticas constituem:

Um fenômeno global crescente, têm impulsionado a ocorrência de desastres naturais de grandes proporções. Entre eles, destacam-se aqueles relacionados a aspectos hídricos e meteorológicos, como a estiagem, evento primário que frequentemente tem desencadeado desastres secundários, como incêndios florestais, que resultam em um aumento do desmatamento e impactos significativos na qualidade do ar devido à queima da vegetação. Além disso, as erosões de margem fluvial, conhecidas nas comunidades ribeirinhas como “terras caídas”, e os deslizamentos de terra em áreas urbanas, são fenômenos que também se intensificam durante períodos de estiagem prolongada.

A partir dessa consideração, pode-se observar que os impactos são diversos e que as mudanças climáticas não são apenas ambientais, mas também sociais, econômicas e até éticas, desafiando profundamente a forma como a humanidade tem se relacionado com o planeta. Os desafios atuais que envolvem as mudanças climáticas somente podem ser enfrentados por meio da cooperação global, uma vez que seus impactos afetam toda a humanidade.

Assim, as mudanças climáticas exigem acordos efetivos entre os países, especialmente aqueles que mais emitem gás de efeito estufa, bem como demandam novos modelos de produção e consumo capazes de garantir a sobrevivência e o bem-estar das futuras gerações, conforme orienta a ONU, responsável por coordenar os principais eventos e acordos mundiais voltados para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Entre esses eventos, destaca-se a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, considerada a primeira reunião da ONU a abordar o meio ambiente em âmbito global. Posteriormente, em 1979, realizou-se em Genebra, na Suíça, a Primeira Conferência Mundial do Clima, com colaboração da ONU. Já em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu a Eco-92, marco fundamental nas discussões das mudanças climáticas, que resultou na criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e que tem a Conferência das Partes (COP), como seu principal evento anual (Observatório do Clima, 2024).

As chamadas Conferências das Partes, que ocorrem todos os anos desde 1995, são a instância suprema da UNFCCC. Os encontros, que percorrem o mundo, reúnem os altos representantes diplomáticos das nações integrantes da Convenção-Quadro. As

COPs se encarregam de transformar em texto diplomático as recomendações da ciência, traduzidas pelo órgão subsidiário de assessoramento científico e tecnológico (SBSTA, na sigla em inglês), bem como planejar a implementação da convenção, seja por meio da regulamentação de instrumentos existentes, seja pela produção de novos acordos, como o de Paris. Uma das principais tarefas da COP é revisar tanto as comunicações quanto os inventários de emissões de gases de efeito estufa apresentados pelos pares e feitos de acordo com as diretrizes do IPCC. Com base em todos esses dados é que se faz a avaliação das medidas tomadas pelas partes e o progresso em relação ao objetivo final da convenção (Observatório do Clima, 2024, p. 24).

A seguir apresenta-se um quadro com informações sobre as COPs, desde a sua primeira edição:

Quadro 2. Histórico das COPs e seus objetivos

| EDIÇÃO       | LOCAL                          | OBJETIVO PRINCIPAL                                                                                               |
|--------------|--------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>COP1</b>  | Berlim, Alemanha (1995)        | Iniciar negociações para metas de redução de emissões de gases de efeito estufa.                                 |
| <b>COP2</b>  | Genebra, Suíça (1996)          | Estabelecer obrigações legais de metas de redução e apoio financeiro a países em desenvolvimento.                |
| <b>COP3</b>  | Kyoto, Japão (1997)            | Adotar o Protocolo de Kyoto, com metas obrigatórias de redução de emissões para países desenvolvidos.            |
| <b>COP4</b>  | Buenos Aires, Argentina (1998) | Criar um plano de ação para implementar o Protocolo de Kyoto.                                                    |
| <b>COP5</b>  | Bonn, Alemanha (1999)          | Discutir mecanismos de implementação e financiamento para países em desenvolvimento.                             |
| <b>COP6</b>  | Haia, Países Baixos (2000)     | Negociar detalhes do Protocolo de Kyoto.                                                                         |
| <b>COP7</b>  | Marrakech, Marrocos (2001)     | Finalizar regras de implementação do Protocolo de Kyoto.                                                         |
| <b>COP8</b>  | Nova Déli, Índia (2002)        | Discutir estratégias para implementação do Protocolo de Kyoto.                                                   |
| <b>COP9</b>  | Milão, Itália (2003)           | Avaliar progresso na implementação do Protocolo de Kyoto.                                                        |
| <b>COP10</b> | Buenos Aires, Argentina (2004) | Avaliar progresso na implementação do Protocolo de Kyoto.                                                        |
| <b>COP11</b> | Montreal, Canadá (2005)        | Estabelecer o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o Fundo de Adaptação.                                   |
| <b>COP12</b> | Nairobi, Quênia (2006)         | Discutir financiamento para adaptação às mudanças climáticas.                                                    |
| <b>COP13</b> | Bali, Indonésia (2007)         | Adotar a "Estratégia de Bali", preparando o caminho para um acordo pós-2012.                                     |
| <b>COP14</b> | Poznań, Polônia (2008)         | Preparar negociações para o Acordo de Copenhague.                                                                |
| <b>COP15</b> | Copenhague, Dinamarca (2009)   | Tentar alcançar um acordo global vinculativo, sem sucesso pleno.                                                 |
| <b>COP16</b> | Cancún, México (2010)          | Estabelecer o "Pacote de Cancún", com compromissos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa. |
| <b>COP17</b> | Durban, África do Sul (2011)   | Iniciar negociações para um acordo global vinculativo pós-2020.                                                  |
| <b>COP18</b> | Doha, Catar (2012)             | Estabelecer o segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto.                                              |
| <b>COP19</b> | Varsóvia, Polônia (2013)       | Discutir financiamento climático e mecanismos de adaptação.                                                      |
| <b>COP20</b> | Lima, Peru (2014)              | Preparar o terreno para o Acordo de Paris.                                                                       |
| <b>COP21</b> | Paris, França (2015)           | Adotar o Acordo de Paris, com metas para limitar o aquecimento global a 1,5°C.                                   |

|              |                                          |                                                                                                    |
|--------------|------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>COP22</b> | Marrakech, Marrocos (2016)               | Implementar o Acordo de Paris.                                                                     |
| <b>COP23</b> | Bonn, Alemanha (2017)                    | Avançar na implementação do Acordo de Paris.                                                       |
| <b>COP24</b> | Katowice, Polônia (2018)                 | Finalizar regras de implementação do Acordo de Paris.                                              |
| <b>COP25</b> | Madri, Espanha (2019)                    | Discutir financiamento climático e mecanismos de adaptação.                                        |
| <b>COP26</b> | Glasgow, Reino Unido (2021)              | Reforçar compromissos de redução de emissões e financiamento climático.                            |
| <b>COP27</b> | Sharm El Sheikh, Egito (2022)            | Discutir financiamento para perdas e danos climáticos.                                             |
| <b>COP28</b> | Dubai, Emirados Árabes Unidos (2023)     | Avaliar progresso na implementação do Acordo de Paris.                                             |
| <b>COP29</b> | Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos (2024) | Continuar discussões sobre financiamento climático e adaptação.                                    |
| <b>COP30</b> | Belém, Brasil (2025)                     | Realizar a primeira COP no Brasil, destacando a importância da Amazônia nas discussões climáticas. |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, (UNFCCC, 1995-2025).

A realização da COP30<sup>6</sup>, ocorrida em Belém do Pará (Brasil), com agenda em novembro de 2025, marcou um momento histórico para o contexto brasileiro, pois foi a primeira vez que o país sediou uma Conferência das Partes. Esse evento destacou a relevância da Amazônia nas discussões globais sobre as mudanças climáticas, reconhecendo sua importância ecológica e os desafios enfrentados pela região, representando um marco histórico nas Conferências das Partes ao colocar, de forma inédita, a Amazônia no centro das negociações climáticas globais, simbolizando seu papel estratégico no equilíbrio climático do planeta diante da crise socioambiental.

No entanto, apesar do forte caráter simbólico e político, o evento também evidencia contradições da governança climática internacional, especialmente quanto à participação efetiva de povos indígenas, ribeirinhos e comunidades tradicionais nos espaços decisórios e à incorporação de suas demandas. Além disso, reafirma desafios já presentes em outras COPs, como a distância entre compromissos e sua implementação e as desigualdades de poder entre países e atores sociais, evidenciando os limites da governança climática em assegurar justiça ambiental e respostas concretas às emergências socioambientais.

Entre os diversos questionamentos acerca da COP30, Marques (2019) destaca a seguinte reflexão: Temos no horizonte a tomada de decisões importantes favoráveis ao clima, ao planeta e aos seus povos? Aceitarão as principais potências reduzir seus ganhos em troca da proteção ao planeta? Ao que tudo indica, o cenário não é dos mais esperançosos.

---

<sup>6</sup> É a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes), um encontro global anual onde líderes mundiais, cientistas, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil discutem ações para combater as mudanças do clima. É considerado um dos principais eventos do tema no mundo (Portal Gov.br).

Países como China, Estados Unidos, Índia e a União Europeia estão entre os que mais contribuem para a emissão de gases de efeito estufa, intensificando a crise climática. “As nações em desenvolvimento, especialmente China e Índia, que não tinham metas de redução, ficaram livres para continuar aumentando suas emissões com vistas ao seu próprio crescimento” (Observatório do Clima, 2009, p. 12).

O Brasil também figura entre os emissores globais de gás carbônico e outros gases de efeito estufa, provenientes de setores como agropecuária, indústria, resíduos, energia e desmatamento, principalmente na Amazônia, inclusive, “o Brasil ocupa a posição de quinto maior emissor do mundo por conta do desmatamento, segundo o IPCC, com base nos inventários entregues pelos próprios países” (Observatório do Clima, 2009, p. 12).

Além dos eventos internacionais sobre o clima, destacam-se também documentos, acordos e relatórios científicos e técnicos, como o Protocolo de Kioto (1997), o Acordo de Paris (2015) e os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC), entre outros (Observatório do Clima, 2024).

Os principais acordos internacionais sobre as mudanças climáticas evidenciam desafios que ultrapassam fronteiras, envolvendo dimensões locais, nacionais e globais, e exigindo cooperação multilateral e compromissos coletivos. No Brasil, especialmente na Amazônia, observa-se um conflito entre a exploração econômica como desmatamento, mineração e agropecuária e a urgência de preservar bens comuns planetários, fundamentais para o equilíbrio do clima global, para a biodiversidade e para a sobrevivência das populações locais.

Os acordos e ações globais representam possibilidades de redução das emissões de gases de efeito estufa. Caso contrário, as próximas gerações poderão enfrentar uma grave crise climática, marcada por mudanças no bioma e pela intensificação de eventos extremos, como secas prolongadas, ondas de calor e inundações intensas, que poderão gerar impactos devastadores não apenas para a biodiversidade, mas também para a própria humanidade.

As frequentes secas severas já vêm ocorrendo com maior intensidade e duração em diversos biomas. Casos recentes podem ser observados no Estado do Amazonas, onde se registrou o maior nível de cheia em 2021 e as maiores secas em 2023 e 2024 desde o início das medições, em 1902. Essas últimas estiagens severas provocaram níveis críticos nos rios, evidenciando a necessidade de refletir sobre a atuação do poder público a construção de alternativas de adaptação e mitigação diante das mudanças climáticas, com foco na garantia dos direitos sociais das comunidades que mais sofrem os impactos dessas transformações.

Não existem dúvidas de que o clima do planeta realmente está mudando, o que aumenta a probabilidade de catástrofes climáticas extremas. Mantido o atual padrão de desenvolvimento, essas mudanças climáticas trarão graves consequências para a economia, saúde, qualidade de vida e sustentabilidade dos ecossistemas naturais (Marengo, 2013, p. 37).

A Amazônia é um território onde o avanço de práticas predatórias, como desmatamento, mineração e agronegócio, se conecta diretamente à exclusão social e à fragilidade das condições de vida. Não se trata de problemas isolados, mas de dimensões interligadas de uma mesma crise estrutural que ameaça tanto o equilíbrio ambiental quanto a justiça social. Para Teixeira (2008, p. 13), “a destruição do meio ambiente, a pobreza e a insustentabilidade são questões contemporâneas profundamente relacionadas hoje no Brasil e muito presente na Amazônia”.

As mudanças climáticas na Amazônia e as consequências desse processo sobre a vida humana e de toda a biodiversidade da floresta amazônica vão além da necessidade da conservação desse bioma. Elas requerem ações concretas do poder público voltadas à prevenção e à mitigação dos efeitos desse processo sobre as comunidades vulneráveis que vivem e dependem dos recursos naturais que a floresta e os rios oferecem para sua sobrevivência.

Marengo (2013) analisa que a seca na Amazônia é um fenômeno natural, mas que, atualmente, tem sido agravado pela ação humana, especialmente pelo desmatamento e pelas queimadas, que alteram o regime climático local. Além disso, os fenômenos como o El Niño intensificam as secas e atrasam as chuvas, causando impactos na agricultura, na pesca, nos ecossistemas e no clima global.

No quadro a seguir apresentam-se os eventos climáticos extremos (2023-2024) no Estado do Amazonas:

Quadro 3. Eventos climáticos extremos (2023-2024) no Estado do Amazonas

| ANO  | EVENTO EXTREMO                     | EFEITOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|------|------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2023 | Seca extrema                       | Na Amazônia foi considerada a mais grave dos últimos 120 anos, com os níveis dos rios atingindo mínimos históricos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| 2023 | Calor intenso e altas temperaturas | Registros do INMET mostram máximas extremas (por exemplo, 39,3°C em Manaus, em setembro de 2023) e episódios repetidos de calor intenso nos anos de 2023-2024, contribuindo para estresse térmico em pessoas, animais e ecossistemas aquáticos. Essas ondas de calor têm relação direta com o aquecimento global e foram potencializadas pelo El Niño.                                                                |
| 2023 | El Niño 2023-2024                  | Classificado entre os mais intensos dos últimos anos, atuou como catalisador de secas e calor na Amazônia ocidental e central (redução de chuvas, maior evaporação), criando condições favoráveis a incêndios e estresse hídrico. Pesquisas e boletins climáticos atribuem parte importante da severidade das secas recentes ao acoplamento entre El Niño, anomalias do Atlântico e mudanças de base do clima global. |

|      |                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2023 | Mortes de fauna aquática e silvestre            | Crises de mortalidade de botos e peixes (por exemplo, Lago Tefé). Em setembro/outubro de 2023, o lago registrou aquecimento anômalo da água (valores em torno de 39,0-39,1°C), seguido de mortalidade massiva de botos e peixes (dezenas a centenas de indivíduos conforme levantamento inicial), atribuída a hipertermia, baixa de oxigênio e colapso de qualidade da água durante a seca extrema. Esse é um exemplo dramático dos impactos ecossistêmicos diretos do aquecimento e da variabilidade hídrica.                                  |
| 2024 | Secas extremas / vazantes históricas            | A crise hídrica se tornou ainda mais crítica. Em setembro de 2024, todos os 62 municípios do Amazonas estavam em emergência ambiental devido à seca, que afetou 747 mil pessoas e 187 mil famílias. O Rio Negro, em Manaus, registrou níveis muito abaixo da média, atingindo mínimas históricas registradas pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB) por volta de 12,26-12,32m, em outubro de 2024, o que levou decretos de emergência em municípios e impactos diretos no abastecimento, transporte fluvial e atividades econômicas ribeirinhas |
| 2024 | Aumento das queimadas, desmatamentos e emissões | Em agosto de 2024, o Amazonas registrou o pior agosto em relação a queimadas dos últimos 26 anos, com "ondas de fumaça" cobrindo Manaus e outras cidades.<br>A Amazônia apresentou níveis excepcionais de focos de queimadas em 2024, com picos em regiões do chamado "arco do desmatamento". O Copernicus e monitoramentos satelitais mostraram emissões de carbono elevadas durante a temporada de incêndios de 2024. Esses incêndios têm ligação direta com desmatamento e abertura de novas áreas para pecuária/agricultura.                |
| 2024 | Mortandade da fauna aquática                    | A elevada temperatura da água dos rios, devido à seca e alinhamento com o aquecimento global, foi associada à morte de golfinhos e outros animais aquáticos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| 2024 | Impactos sociais e econômicos no Amazonas       | As comunidades ribeirinhas e populações urbanas (Manaus e municípios rios acima) enfrentam interrupção de transporte fluvial e terrestres, escassez de água potável, riscos à subsistência, à saúde e acirramento de vulnerabilidades socioeconômicas. A alternância de cheias e secas também pressiona infraestrutura (portos, estradas e serviços públicos), de acordo com boletins SGB, Defesa Civil do AM, reportagens locais.                                                                                                              |

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório da Defesa Civil do Estado do Amazonas, (2023-2024).

Esse quadro evidencia um cenário emergencial no Estado do Amazonas frente às mudanças climáticas, demandando ações urgentes de mitigação e prevenção diante dos efeitos extremos do fluxo das águas, que impactam diretamente municípios, comunidades ribeirinhas e povos amazônicos residentes em territórios vulneráveis, tornando imprescindível a integração de políticas públicas baseadas no conhecimento local de cada região.

Na análise de Borma e Nobre (2013, p. 5):

Na Amazônia, pode-se dizer que a vida, em todas as suas dimensões, depende dos pulsos de cheia e vazante, e esses parecem ser sensíveis às mudanças ambientais originadas em outros cantos do planeta. Por essas e outras razões, entender as causas e consequências dos eventos climáticos extremos na Amazônia é de fundamental importância.

As estiagens severas e as cheias históricas têm impactado municípios, comprometendo a infraestrutura urbana, o abastecimento de água e o transporte fluvial, essencial para a circulação de pessoas e mercadorias. Os povos amazônicos que habitam territórios vulneráveis são os mais afetados, enfrentando a escassez de recursos naturais, a perda de produção agrícola, a insegurança alimentar e o agravamento de problemas sociais já existentes.

O Plano Tático de Estiagem no Amazonas (2024, p. 7) aponta que, no Estado do Amazonas, “a estiagem é o segundo maior desastre natural, superado pelas inundações, que tipicamente têm a peculiaridade de afetar extensas áreas, alcançando simultaneamente diversos municípios”.

Um dos impactos decorrentes das mudanças climáticas relaciona-se às estiagens de grandes proporções, visto que os rios apresentaram o ano mais seco em três décadas, segundo o Relatório sobre o Estado dos Recursos Hídricos Globais (2023), da Organização Meteorológica Mundial (OMM), que constata que os ciclos da água são cada vez mais erráticos devido às mudanças climáticas.

Ainda de acordo com a OMM (2023), entre as regiões mais caracterizadas por secas severas e condições de baixa vazão dos rios está a Amazônia, apresentando níveis recordes de água abaixo da média no rio Amazonas. Esse cenário torna preocupante a vida na região diante das mudanças climáticas cada vez mais severas, além de evidenciar e aprofundar a desigualdade social e a pobreza da população que nela habita, comprometendo o futuro das próximas gerações diante de incertezas e ameaças crescentes que violam os direitos dessa população.

Nesse sentido, Chaves (2001, p. 80) destaca que:

As enchentes periódicas alagam as áreas de várzea que margeiam os rios, o que requer alterações no padrão produtivo e alimentar dessas populações e, principalmente, versatilidade no uso dos recursos fluviais e silvestres, na divisão do tempo e nas formas de cultivo. Os principais fatores que geram as variações nas atividades produtivas são mudanças de estações climáticas (chuvas ou estiagem) e o regime das águas que gera mudanças no volume dos rios (cheia, vazante e seca).

Para a autora, as comunidades ribeirinhas mantêm uma relação complexa e interdependente com o ambiente fluvial e climático. O regime das águas, a variabilidade das estações climáticas e as mudanças ambientais exigem uma capacidade constante de adaptação e resiliência nas atividades produtivas. Esse modo de vida não é estático, mas dinâmico, dependendo da versatilidade e da diversidade nas estratégias de uso dos recursos naturais e nas formas de cultivo. Porém,

(...) a estiagem no Estado do Amazonas tem causado impactos ambientais, sociais e econômicos significativos. A redução dos níveis dos rios da Amazônia afeta diretamente a biodiversidade, resultando na morte de peixes e mamíferos aquáticos devido à falta de oxigênio na água. Socialmente, as comunidades locais enfrentam escassez de água potável e dificuldades de navegação, essenciais para o transporte e a comunicação entre cidades e comunidades ribeirinhas. Economicamente, a estiagem compromete a produção agrícola e a pesca, atividades fundamentais para a economia local. Além disso, intensifica os incêndios florestais, que destroem habitats e liberam grandes quantidades de CO<sub>2</sub>, contribuindo para o aquecimento global. Diante desses desafios, torna-se crucial a implementação de políticas públicas eficazes para a gestão dos recursos hídricos e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas (Plano Tático Estiagem Amazonas, 2024, p. 10).

Destaca-se que a realidade do Amazonas requer ações concretas frente às consequências das mudanças climáticas, com o objetivo de prevenir e/ou mitigar os efeitos catastróficos desse processo que tem atingido, sobretudo, a população mais vulnerável, ou seja, aqueles que menos contribuem para os danos à natureza.

O Plano Tático de Estiagem do Amazonas (2024, p. 10-11) expõe que:

Os principais desafios enfrentados pelas comunidades no Amazonas durante a estiagem incluem a escassez de água potável e a dificuldade de navegação, vitais para a sobrevivência e a economia local. A redução drástica dos níveis dos rios afeta não apenas o transporte e a comunicação, mas também a pesca e a agricultura, comprometendo a segurança alimentar da região. O fenômeno das “terras caídas” aumenta o risco de desmoronamento nas margens dos rios, ameaçando diretamente as comunidades ribeirinhas.

Dessa forma, a crise ambiental materializada pelas mudanças climáticas evidencia também um conjunto de processos que segregam e isolam as populações ribeirinhas, gerando medo e insegurança quanto à permanência nos territórios onde habitam. Muitas dessas populações são, inclusive, forçadas a deixar suas casas diante das incertezas quanto às condições de vida e sobrevivência nesses locais, situação agravada pelo modo de produção capitalista presente na região.

Desde a Revolução Industrial, as atividades humanas, especialmente a queima de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás, têm liberado grandes quantidades de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e o metano (CH<sub>4</sub>), na atmosfera. Essa intensa liberação de poluentes tem acelerado o aquecimento global e alterado os padrões climáticos, gerando impactos significativos em ecossistemas e na sociedade, o que exige uma mobilização urgente para mitigar seus efeitos (Nobre, 2016 apud Plano Tático de Estiagem do Amazonas, 2004, p. 16).

Portanto, observa-se que esse fenômeno climático tem alterado o cotidiano das populações em diversas dimensões. No âmbito econômico, há impacto direto na agricultura familiar, comprometendo os meios de produção e sobrevivência. Ademais, o direito de ir e vir

é afetado, uma vez que a locomoção dos ribeirinhos pelas “estradas fluviais” se torna dificultada, prejudicando ou inviabilizando o acesso dessa população aos bens e serviços das políticas públicas.

A estiagem, também conhecida como período de seca, é uma catástrofe natural. É entendida como uma condição física transitória caracterizada pela escassez de água, associada a períodos extremos de reduzida precipitação, mais ou menos longos, com repercussões negativas e significativas nos ecossistemas e nas atividades socioeconômicas. Os danos humanos ocasionados pela estiagem são menores quando comparados com os provocados pelas chuvas intensas, mas os prejuízos econômicos e sociais são grandes, uma vez que esse tipo de desastre tem efeitos prolongados sobre uma sociedade (Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil, 2024, p. 15).

Neste sentido, diante dos riscos climáticos aos quais a sociedade está exposta, e considerando o sistema capitalista como elemento central das problemáticas apresentadas, observa-se que a realidade social da população que vive às margens dos rios vem sendo significativamente modificada. Assim, faz-se necessário discutir as ações, omissões e/ou insuficiências das respostas do poder público para a garantia do acesso aos serviços básicos das políticas públicas e sociais frente a ocorrência das mudanças climáticas na Amazônia.

A perda desses serviços não apenas compromete a saúde dos ecossistemas, mas também afeta diretamente a qualidade de vida das comunidades que dependem desses recursos naturais. Portanto, é urgente implementar políticas de conservação e manejo sustentável que visem mitigar esses impactos e promover a resiliência dos ecossistemas diante das mudanças climáticas (Plano Tático de Estiagem do Amazonas, 2024, p. 18).

Em face disso, o Relatório da Defesa Civil do Estado do Amazonas (2023) aponta que a estiagem no Estado tem gerado uma série de impactos ambientais, sociais e econômicos significativos. A redução dos níveis dos rios da Amazônia tem afetado diretamente a biodiversidade, ocasionando a morte de peixes e mamíferos aquáticos devido à falta de oxigênio na água. No campo social, as comunidades locais sofrem com a escassez de água potável e a dificuldade de navegação, que constitui meio essencial de transporte das comunidades ribeirinhas.

As mudanças climáticas têm influenciado significativamente os modos de produção e a qualidade de vida das populações residentes na região amazônica, levando em consideração a realidade regional e social dos habitantes. Esse fenômeno apresenta desafios substanciais, especialmente diante das consequências cada vez mais intensas observadas no Estado do Amazonas, o que evidencia um contexto de desproteção social.

Dessa forma, as mudanças climáticas também configuram violações de direitos, sendo o Estado responsável por garantir sua efetivação. Nesse cenário, destacam-se as lutas sociais dos povos amazônicos, frente às relações estabelecidas pelo capital e à necessidade de políticas públicas e sociais atendam, de forma universal e igualitária, às demandas apresentadas.

Para Chaves et al. (2023, p. 107), “na Amazônia, a lógica predatória de apropriação de recursos e de expansão de fronteiras pelo capital, causa abalos que alteram o *modus vivendi* dos povos tradicionais e da qual sobrevivem consequências devastadoras às práticas laborais”.

Assim, as mudanças climáticas e seus impactos ameaçam uma ampla gama de direitos humanos, levando à insegurança alimentar decorrente da escassez de alimentos provenientes da natureza. Além disso, comprometem o direito de ir e vir, provocando o isolamento social, bem como o direito à água potável e o acesso aos bens e serviços das políticas públicas.

Nesse contexto, a pesca, atividade essencial para a subsistência e geração de renda das famílias ribeirinhas encontra-se ameaçada pelos eventos extremos, comprometendo o direito à alimentação. Sobre essa realidade, Chaves (2021) destaca que a precariedade das políticas públicas e as limitações no acesso aos bens e serviços sociais afetam a sustentabilidade das práticas tradicionais e a garantia das necessidades básicas dessas populações.

Dessa forma, compreende-se que a crise da pesca não se restringe a um problema ambiental, mas também à insuficiência da atuação do Estado. Embora os eventos extremos impactem diretamente a disponibilidade de pescado, seus efeitos são agravados pela fragilidade das políticas públicas e sociais.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que os impactos das mudanças climáticas comprometem a garantia de direitos fundamentais, evidenciando a insuficiência das respostas estatais e a necessidade de ações estruturais orientadas pela justiça ambiental.

Krenak (2019, p. 43) ressalta que:

(...) estamos tentando abordar o impacto que nós, humanos, causamos neste organismo vivo que é a Terra, que em algumas culturas continua sendo reconhecida como nossa mãe e provedora em amplos sentidos, não só na dimensão da subsistência e na manutenção das nossas vidas, mas também na dimensão transcendente que dá sentido à nossa existência.

Desta forma, as mudanças climáticas e sua relação com a produção e reprodução capitalista representa uma emergência para a sociedade contemporânea, frente as consequências cada vez mais agudizada pelo capitalista. Para Silva (2008, p. 32) há “uma contradição crescente entre as necessidades de expansão da produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento”.

Parte-se, portanto, do entendimento de que a Amazônia deve constituir pauta prioritária na agenda de debates do poder público, cabendo ao Estado brasileiro implementar medidas e ações governamentais voltadas à proteção e mitigação dos efeitos desastrosos das mudanças climáticas, considerando, sobretudo, o modo de vida das populações que habitam o Estado do Amazonas, suas particularidades regionais e locais, bem como o ecossistema e toda a biodiversidades da região.

### **1.3 Os banzeiros da realidade ribeirinha no Amazonas: particularidades territoriais regionais e indicadores sociais do município de Careiro Castanho e da comunidade Maria de Nazaré**

Pesquisar a realidade ribeirinha no contexto amazônico, no que tange às informações qualificadas referentes aos municípios do Estado do Amazonas, torna-se um desafio diante da escassez de produções acadêmicas sobre o tema. Nesse cenário, a principal fonte de dados disponível é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se configura como importante canal para a busca de informações sobre o município de Careiro Castanho, tanto na área urbana quanto na rural, especialmente no que se refere à população residente em comunidades ribeirinhas.

Os ribeirinhos possuem uma relação direta com o rio, e as águas traduzem o cotidiano dessa população, influenciando seus modos e condições de vida. Neste contexto, as particularidades territoriais e regionais dessas comunidades revelam os vínculos que esse grupo social estabelece com a natureza, sobretudo por meio de atividades como a pesca artesanal e a agricultura, que representam importantes meios de sobrevivência para essas famílias.

Sobre a relação existente nesse processo, Cruz (1999, p. 4) analisa que:

Rio e ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas, o ribeirinho lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d'água, a cobra-grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem.

A autora enfatiza a relação de interdependência entre rio e ribeirinho, na qual o rio fornece alimento e sustento, integrando a natureza à vida cultural, espiritual e social dessas populações. Por sua vez, o ribeirinho contribui para a proteção desse ambiente por meio de crenças, mitos e práticas culturais que expressam respeito à natureza. Esse vínculo reflete uma profunda

integração entre cultura e ambiente, em que ser humano e natureza se configuram como elementos indissociáveis.

Essa relação também é vivenciada pela própria pesquisadora em contato direto com seu objeto de estudo, permeada por experiências familiares e pelo cotidiano junto aos rios e à floresta. Tal vivência demonstra que a natureza não se configura apenas como um cenário externo à sua identidade, mas como uma extensão de sua própria vida, na qual as interações sociais se entrelaçam e constituem uma rede de vínculos culturais, ecológicos e afetivos desde a infância.

Nesse sentido, a trajetória familiar da pesquisadora se entrelaça profundamente com os modos de vida ribeirinhos, transmitidos de geração em geração por seus avós e preservados no cotidiano de seus pais, por meio de práticas fundamentadas no respeito, no cuidado e na reciprocidade com o meio ambiente. Ao recordar as histórias narradas pelos avós sobre seres encantados das águas, a força espiritual dos rios e a vitalidade das árvores, a pesquisadora compreende que esses saberes ultrapassam meras expressões culturais, constituindo um conhecimento profundamente enraizado na memória afetiva e na sabedoria tradicional dos povos ribeirinhos.

Essa herança simbólica e afetiva confere ao olhar científico da pesquisadora uma perspectiva particular, que não se limita à observação externa, mas se fundamenta em uma vivência íntima e sensível, articulada entre a memória familiar, experiência cotidiana e sabedoria tradicional dos povos ribeirinhos, transformando sua interpretação da Amazônia em um conhecimento que articula ciência, cultura e afetividade.

Diante do exposto, este estudo busca refletir sobre a realidade ribeirinha e suas particularidades territoriais e regionais no município de Careiro Castanho, considerando os desafios enfrentados pelas famílias no acesso aos serviços e bens das políticas públicas e sociais na região amazônica.

Contudo, é importante destacar que a metáfora “Banzeiros<sup>7</sup> da realidade ribeirinha” representa o movimento do contexto histórico da Amazônia ribeirinha, bem como a relação que esses grupos sociais estabelecem com a natureza e com o seu entorno. O termo também remete ao movimento das águas dos rios e aos impactos que esse fenômeno provoca no modo de vida desse povo. Popularmente, os banzeiros são compreendidos como ondulações e/ou agitações

---

<sup>7</sup> O banzeiro aparece para demonstrar o poder e agitação das águas da Amazônia. É um termo regional que se refere ao movimento das águas ocasionado pelas forças naturais, no caso, o evento, porém, se falar o termo fora da Amazônia, a maioria não vai entender, porque em outros Estados o fenômeno se chama onda (Portal Amazônia, 2022).

das águas, formadas pela ação dos ventos ou pelo deslocamento das embarcações, cujos efeitos variam conforme as características de cada região, seja em áreas de terra firme ou de várzea. Assim, é possível compreender que o termo banzeiro se relaciona diretamente às particularidades territoriais e regionais das comunidades ribeirinhas, que convivem com as constantes mudanças nos caminhos dos rios e com a instabilidade de suas águas. Atualmente, essas populações já não podem se orientar exclusivamente pela sazonalidade tradicional dos rios, devido aos eventos extremos observados ao longo dos últimos anos.

Este estudo analisa indicadores do município de Careiro Castanho (IBGE, 2022) para compreender a realidade da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré e a organização social de suas famílias às margens do rio Mamori. Nesse contexto, Chaves (2001, p. 8) define comunidade como um conjunto de relações de produção e organização política entre os sujeitos e com a natureza, destacando a interligação sociedade-natureza e a diversidade interna das comunidades, marcadas por dinâmicas sociais e culturais distintas.

Contribuindo para a compreensão do termo comunidade, Wagley (1957, p. 43-44) concebe esse conceito amazônico da seguinte forma:

Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade, a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade.

Wagley (1957) demonstra que a comunidade constitui um sistema dinâmico e integrado, no qual os aspectos sociais, culturais, econômicos e religiosos estão interligados. Assim, a comunidade não se resume apenas a um agrupamento geográfico de pessoas, mas representa um espaço de construção de relações sociais e culturais.

Nesse sentido, Neto e Furtado (2015) definem o ribeirinho como uma identidade sociocultural ligada à vida às margens dos rios e à relação com o meio ambiente. Segundo os autores:

O termo ribeirinho, contudo, busca identificar um perfil sociocultural de grupos caboclos que se estabeleceram às margens dos rios, num espaço dinâmico que articula as relações de sociabilidade e culturais dentro das particularidades desse espaço, onde a marca dessa configuração pode ser vista nos comportamentos, na maneira de viver, em sua alimentação, nas crenças, em sua religiosidade etc., específicos daquele espaço (Neto; Furtado, 2015, p. 160).

Para os autores, o conceito de ribeirão é uma construção sociocultural complexa, na qual ambiente, cultura e relações humanas se articulam para formar modos de vida adaptados ao espaço fluvial. Essa identidade envolve saberes tradicionais, práticas coletivas e uma convivência ética com a natureza.

Na mesma perspectiva, Chaves (2001, p. 78) define os ribeirinhos, como aqueles que:

(...) vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzea, nos barrancos, os saberes sócios históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas, concorrem para a determinação da identidade sociocultural desses atores.

Para a autora, os ribeirinhos são uma população tradicional amazônica, organizada a partir da relação direta com os rios e seus ciclos naturais, o que lhes confere uma identidade territorial própria. Trata-se de um grupo com formas específicas de organização social e de interação com a natureza, estruturadas pela sociobiodiversidade do território amazônico.

A partir dessa compreensão, é possível caracterizar as comunidades ribeirinhas como grupos sociais que vivem em áreas rurais amazônicas e estabelecem uma relação intrínseca com o meio ambiente. Essa relação incide diretamente na construção de interesses coletivos e na constituição de uma identidade sociocultural própria, formada ao longo do processo histórico de ocupação e reprodução da vida nessas comunidades, marcada pela interação contínua com os rios e com os ciclos naturais do território.

(...) foi determinada pela interferência de diversos fatores que variaram ao longo da histórica com algumas diferenciações intra-regionais. A origem das comunidades na região foi marcada pela organização sociocultural das populações indígenas em aldeias, enquanto as populações caboclas viviam em famílias isoladas ao longo dos rios ou pequenos agrupamentos (Chaves, 2001, p. 72.).

Assim, a autora ressalta que a Amazônia, marcada por sua diversidade social e cultural, apresenta modos de vida moldados por processos históricos e pelas condições naturais do território. Compreender essas diferenças é fundamental para analisar as identidades e as dinâmicas sociais da região, reconhecendo o papel central das comunidades ribeirinhas na diversidade amazônica. Desse modo, a organização social na Amazônia não pode ser entendida de forma uniforme, mas como resultado da trajetória histórica de seus povos.

Nessa direção, Scherer (2004, p. 5) discorre que as comunidades ribeirinhas amazônicas possuem características próprias, destacando que:

Cada comunidade tem sua igreja, que pode ser católica ou evangélica, um salão comunitário, onde acontecem as assembleias e as festas. Atualmente, algumas comunidades têm escola, que em geral chega até a quarta série do ensino fundamental e que atende também às comunidades vizinhas. Às vezes as comunidades contam com um agente de saúde.

Esses conceitos fundamentam-se em Chaves (2016) e Scherer (2014), que permitem diferenciar rural e ribeirinho na Amazônia como expressões de modos de vida distintos. Para Chaves, o rural é uma categoria ampla e heterogênea, que reúne diferentes formas de ocupação do espaço não urbano. Já Scherer destaca o ribeirinho como uma especificidade amazônica, marcada pela relação direta com os rios, pelos ciclos de cheia e vazante e pela organização da vida nas áreas de várzea. Assim, o rural é uma categoria geral, enquanto o ribeirinho constitui uma identidade socioterritorial própria da Amazônia.

É nesse contexto que se situam as particularidades territoriais e regionais e os indicadores sociais do município de Careiro Castanho e da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré. Para compreender essa realidade, torna-se necessário apresentar os aspectos geográficos do município, considerando que ele integra a Calha dos rios Negro e Solimões, sendo um dos 15 municípios que compõem essa região.

O mapa a seguir ilustra a localização do município de Careiro Castanho.

Figura 1. Localização do município de Careiro Castanho



Fonte: Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, (PLAMSAN, 2012, p. 14).

Com base nos dados do IBGE (2022), em relação à delimitação geográfica, o município de Careiro Castanho possui área territorial de 6.096,212 km<sup>2</sup> e está localizado a aproximadamente 124 km ao sul da capital amazonense, Manaus. O espaço urbano do município é subdividido em bairros como Centro, Vista Alegre, Nova Esperança, Novo Horizonte, Sebastião Borges, Conjunto Sirzinando (Conjunto Caixa) e Distrito.

O município de Careiro Castanho está situado às margens do rio Castanho. O acesso por via fluvial, saindo de Manaus, leva aproximadamente quatro horas. Já por via terrestre, a rodovia BR-319 é responsável por ligar o município à capital do Estado e aos municípios de Autazes, Careiro da Várzea, Manaquiri e Borba.

Segundo informações do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (2012, p. 20), no município de Careiro Castanho “a população rural está distribuída em seis distritos, cujos três maiores são Araçá, Purupuru e Sumaúma, e 106 aglomerados rurais, cujos maiores são Trilheiro, P. A. Panelão e Comunidade do Km 22”. No entanto, conforme o Anuário Estatístico do Estado do Amazonas de 2009-2010, Careiro não possui distritos segundo a divisão administrativa do Governo Federal.

De acordo com o Plamsan (2012, p. 20):

Encontram-se no município cinco aldeias indígenas cujas maiores etnias são Muras e Apurinãs (Prefeitura de Careiro, 2011). Segundo o Anuário Estatístico do Estado do Amazonas, de 2009-2010, existem na região as terras indígenas Lago do Marinheiro, Vista Alegre e Rio Jumas, sendo que a última ocupa uma área de 8.862 ha.

A predominância da etnia Mura ainda perdura na região, sendo observada especialmente nas comunidades do Juma e Piranha, com uma aldeia também localizada na comunidade do Marinheiro, situada no Lago do Marinheiro, próximo à comunidade Maria de Nazaré, na zona rural do município de Careiro Castanho, no Estado do Amazonas.

De acordo com dados do Censo do IBGE (2022), o município de Careiro Castanho destaca-se pela diversidade de sua população. Uma particularidade do município refere-se à existência de cinco aldeias indígenas e 106 aglomerados rurais em sua zona rural, que preservam saberes e práticas culturais relacionadas às formas de organização social e à relação com o meio ambiente. Nesse cenário, os povos Muras, Ticunas e Apurinãs destacam-se por características próprias que marcam suas identidades: os Muras valorizam a pesca como prática social e cultural; os Ticunas preservam rituais e expressões artísticas que fortalecem os vínculos comunitários; e os Apurinãs mantêm uma relação sustentável com a floresta, utilizando plantas nativas tanto para alimentação quanto para a medicina tradicional.

Dessa forma, a presença dos povos indígenas em Careiro Castanho está intimamente ligada ao meio ambiente, no qual a floresta e os rios não apenas garantem a subsistência, mas também estruturam práticas culturais, fortalecem vínculos comunitários e sustentam a identidade coletiva desses povos.

Nesse sentido, torna-se imprescindível enfatizar, no âmbito deste estudo, os aspectos históricos de Careiro Castanho, a começar pela origem do seu nome. Conforme o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (2012, p. 11), o termo Careiro significa “caminho do índio”, estando vinculado ao traçado do rio que corta a região.

Inicialmente Careiro tornou-se distrito da capital do Amazonas, Manaus, em 1938, através do Decreto-Lei n. 176, que instituiu diversos distritos e municípios no Estado. Uma característica peculiar refere-se à inclusão do termo Castanho no nome do município, adotado para diferenciá-lo de outro município amazonense denominado Careiro da Várzea (Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, 2012, p. 11).

A emancipação política e territorial do Careiro ocorreu apenas em 1955, quando o território foi desmembrado do município de Manaus e passou a constituir um município autônomo. Pelo mesmo ato, a Vila do Careiro, então sede do lugar, foi elevada à categoria de cidade, tornando-se oficialmente município por meio da Lei Estadual n. 99, de 19 de dezembro de 1955. Posteriormente, em razão de sua localização em área de várzea, a sede municipal foi transferida em 1977 para uma área de terra firme, situada no km 102 da rodovia BR-319, local que passou a abrigar o principal núcleo urbano do município (Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, 2012).

A dimensão populacional do município de Careiro, de acordo com estimativa populacional IBGE (2025), corresponde a 32.336 habitantes, com densidade demográfica de aproximadamente 5,05 habitantes por quilômetro quadrado.

Segundo informações contidas no Plamsan (2012, p. 11):

Registra-se como primeiro morador da região, em 1870, o caboclo Francisco Ferreira, mais conhecido como Chico Macucu. Em 1877, parte dos retirantes nordestinos que chegam a Manaus vem fixar-se no Careiro, incrementando o povoamento da região. Em 11.01.1890, pela Lei Estadual n. 9, são criadas as colônias de Santa Maria do Janauacá e de Treze de Maio, para a fixação da população nordestina que aflui para a região. Os colonos foram sustentados pelo governo do estado, durante seis meses, tendo antes recebido, cada um, seu lote de terra para trabalhar. Com o decorrer dos tempos, Careiro e Cambixe receberam vários habitantes, tornando-se a zona agropecuária do Amazonas. Não há ali terras devolutas e raras são as baldias. O trabalho do homem criou a riqueza e a fartura. Aquela gente humilde, mas corajosa transformou as florestas em campos de criação e de cultura, construiu boas casas residenciais, levantou “marombas” para a defesa de seu gado.

Esses dados permitem compreender alguns indicadores sociais e econômicos relacionados à dinâmica populacional da região, especialmente no que se refere aos processos migratórios para outras cidades do estado, principalmente para a capital Manaus. Tais movimentos podem estar associados a diversos fatores, entre eles as mudanças climáticas, que têm impactado o modo de vida de famílias e indivíduos residentes em áreas de difícil acesso, como as comunidades ribeirinhas.

A mobilidade em Careiro Castanho apresenta desafios específicos em função das condições variáveis dos rios, que impactam diretamente a locomoção da população ribeirinha. Eventos extremos, como secas prolongadas e cheias intensas, dificultam o direito de ir e vir e influenciam diretamente o modo de vida local, evidenciando que a dinâmica dos rios conduz, em grande medida, as relações sociais e econômicas da região.

De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Careiro (2007), o acesso ao município ocorre por vias terrestre e fluvial. No transporte terrestre, é necessário realizar a travessia de balsa a partir do porto da CEASA, em Manaus, até o porto da Vila do Careiro da Várzea, seguindo posteriormente cerca de 102 km pela rodovia BR-319 até a sede de Careiro Castanho. Esse trajeto evidencia os desafios logísticos enfrentados pelo município, considerando a necessidade das travessias fluviais e as condições da rodovia para o deslocamento de pessoas e o escoamento de mercadorias.

No que se refere aos indicadores educacionais, o município conta atualmente com duas escolas estaduais em funcionamento, um Centro de Ensino de Tempo Integral (CETI) e duas creches. Na zona rural, localizam-se duas escolas estaduais, situadas nas comunidades de Purupuru e Araçá, além de 45 escolas municipais distribuídas em diversas comunidades do território.

Tabela 1. Indicadores da Educação no município de Careiro Castanho/AM

| INDICADOR                                          | REFERÊNCIA       |
|----------------------------------------------------|------------------|
| Creche                                             | 637 matrículas   |
| Pré-escola                                         | 1.081 matrículas |
| Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) | 3.345 matrículas |
| Anos finais do ensino fundamental (Rede pública)   | 2.724 matrículas |
| Ensino Médio                                       | 1.709 matrículas |
| EJA                                                | 997 matrículas   |
| Ensino Especial                                    | 276 matrículas   |
| Número de estabelecimento de Ensino Infantil       | 03 unidades      |
| Número de estabelecimentos de Ensino Fundamental   | 45 unidades      |
| Número de estabelecimentos de Ensino Médio         | 7 unidades       |

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Censo Escolar 2024 e INSE 2021 – INEP – Careiro Castanho/AM e do PMAS, (2022/2025).

A tabela acima traz um panorama importante da estrutura educacional do município, revelando tanto o número de matrículas por etapa de ensino quanto a distribuição de professores e estabelecimentos escolares. Observa-se maior concentração de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, o que é esperado, considerando a obrigatoriedade da educação básica e a maior demanda nessa faixa etária. Em seguida, aparecem os anos finais do fundamental, indicando certa continuidade no fluxo escolar, embora com uma leve redução no número de alunos em relação aos anos iniciais, o que pode sugerir evasão escolar ou migração de estudantes para outras localidades.

No ensino médio, verifica-se uma redução mais significativa em relação ao ensino fundamental, apontando para possíveis desafios relacionados à permanência dos jovens na escola até a conclusão da educação básica. Essa diminuição também pode estar associada ao número reduzido de unidades escolares que ofertam essa etapa de ensino apenas cinco em comparação às 47 unidades de ensino fundamental, o que limita o acesso, sobretudo para estudantes residentes na zona rural.

Outro dado relevante refere-se ao número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que totaliza 997 estudantes. Esse número revela a necessidade de políticas de correção de fluxo escolar, além de indicar a presença de uma parcela da população que não concluiu os estudos na idade considerada adequada. Já a presença da educação especial, com 276 matrículas, demonstra a existência de atendimento voltado à inclusão, ainda que em proporção reduzida diante do total de estudantes.

O Censo Demográfico do IBGE (2022) indica que 97% da população entre 6 e 14 anos frequenta a escola. Contudo, 12,9% das pessoas com 15 anos ou mais no município não são alfabetizadas, o que representa um desafio significativo para a educação e para o desenvolvimento social da região.

De modo geral, os dados evidenciam desafios estruturais na educação local, como a concentração de escolas no ensino fundamental, a redução de matrículas no ensino médio e a necessidade de fortalecer políticas de permanência escolar. Além disso, destacam a importância da EJA e da educação especial, que evidenciam a diversidade das demandas educacionais existentes na população.

Outro aspecto de grande relevância refere-se à relação entre a educação e a assistência social, especialmente no que diz respeito às condicionalidades do Programa Bolsa Família. Nesse contexto, a educação constitui uma das três condicionalidades do programa, exigindo que as famílias matriculem e mantenham seus filhos frequentando a escola. Já na dimensão da assistência social, as famílias devem manter atualizados seus dados no Cadastro Único,

realizando o cadastramento a cada dois anos. Segundo informações da Prefeitura de Careiro, o município conta com 42 unidades de ensino fundamental, quatro unidades de ensino médio e duas unidades de ensino superior.

Quanto aos indicadores econômicos do município, dados do IBGE (2022) demonstram que, em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$ 10.180,17. Em comparação com outros municípios do estado, Careiro Castanho ocupava a posição 38 entre os 62 municípios do Amazonas e a posição 4.840 entre os 5.570 municípios brasileiros.

Já o percentual de receitas externas em 2024 foi de 95,71%, colocando o município na posição 25 entre os 62 municípios do estado e na posição 311 entre os municípios do país. No mesmo ano, o total de receitas realizadas foi de R\$ 254.891.351,85, enquanto o total de despesas empenhadas foi de R\$ 269.175.388,62, posicionando o município nas colocações 15 e 14 entre os municípios do estado e nas posições 823 e 736 entre os municípios brasileiros.

Dessa forma, os indicadores econômicos do município de Careiro Castanho evidenciam avanços, mas também revelam desafios estruturais para o desenvolvimento local. Esse cenário indica que, embora exista uma base econômica estabelecida, ainda há espaço significativo para ampliar a geração de riqueza e diversificar as atividades produtivas, de modo a aumentar a renda da população.

No campo da saúde, o município conta com um hospital, 16 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e dois Núcleos de Atenção à Saúde da Família (NASF) (CNES; PMAS 2022-2025). Embora o município não esteja entre os mais críticos em termos de indicadores de saúde, persistem vulnerabilidades relacionadas ao saneamento, à prevenção de doenças e ao atendimento infantil, que podem ser reduzidas por meio de investimentos e da ampliação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde preventiva.

Destaca-se, ainda, a relação intrínseca entre educação, saúde e assistência social no que se refere à intersetorialidade das políticas públicas, especialmente no contexto das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF). Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS, 2024), na dimensão da saúde, as famílias beneficiárias devem ser acompanhadas pelos serviços de atenção básica como condição para o recebimento do benefício.

Conforme destaca a Cartilha do Programa Bolsa Família (2024, p. 15), “as condicionalidades são compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias nas áreas de saúde e de educação. Elas existem para reforçar o direito de acesso das famílias aos seus direitos sociais básicos”.

No que se refere à infraestrutura, o município enfrenta desafios significativos decorrentes de seu contexto territorial e logístico, marcado pela presença de extensos rios, florestas densas e estradas precárias. Essas condições dificultam o acesso da população a serviços públicos essenciais, como saúde, educação, abastecimento de água e coleta de resíduos, especialmente nas comunidades mais isoladas.

Tais limitações impactam diretamente a qualidade de vida da população local, ao aumentar os custos e as dificuldades de acesso a serviços básicos. Além disso, essas fragilidades estruturais interferem no desenvolvimento econômico e social do município. Para superar esses desafios, torna-se necessário investir em estratégias de mobilidade adaptadas à realidade regional, priorizando a integração entre zonas rurais e urbanas, a melhoria das estradas e pontes, bem como a ampliação do transporte fluvial seguro e regular.

Outro aspecto relevante refere-se à gestão de resíduos sólidos no município, que apresenta deficiências significativas. Esse cenário revela desafios críticos relacionados ao saneamento e à gestão ambiental, com impactos diretos sobre o meio ambiente e a saúde da população, demandando ações urgentes para garantir a saúde pública, a conservação ambiental e a sustentabilidade.

O município não possui aterro sanitário, e os resíduos produzidos na sede e em diversos distritos são descartados em lixões a céu aberto, aumentando os riscos de contaminação ambiental e de proliferação de doenças. Nas demais comunidades rurais, o tratamento dos resíduos ocorre, em geral, por meio da queima ou do enterro inadequado, o que gera poluição e impactos ambientais que afetam principalmente as populações mais vulneráveis.

Segundo dados do IBGE (2022), 33,7% das residências no estado do Amazonas não possuem acesso à rede geral de distribuição de água tratada. Dessa forma, parte da população depende de fontes alternativas de abastecimento, como poços, nascentes, cisternas e outras formas de captação de água. No município de Careiro Castanho, não há sistema de esgotamento sanitário estruturado.

Os indicadores ambientais e de infraestrutura urbana do município evidenciam a precariedade de serviços básicos e da qualidade do espaço público. De acordo com dados do IBGE (2022), apenas 14,4% dos domicílios possuem esgotamento sanitário considerado adequado. Além disso, a arborização das vias públicas urbanas atinge apenas 11,4%, enquanto a urbanização completa das ruas incluindo bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio alcança 23,1%. Esses números indicam desafios significativos na promoção de condições urbanas e ambientais adequadas, refletindo vulnerabilidades relacionadas à saúde pública, ao conforto urbano e à sustentabilidade ambiental.

Outro indicador importante no município de Careiro Castanho refere-se ao Cadastro Único. De acordo com dados do sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD), existem 9.608 (nove mil seiscentos e oito) famílias cadastradas no CadÚnico. Destas, 4.915 (quatro mil novecentos e quinze) encontram-se em situação de pobreza, 1.829 (um mil oitocentos e vinte nove) estão em situação de baixa renda e 2.864 (dois mil oitocentos e sessenta e quatro) possuem renda per capita mensal acima de meio salário-mínimo (Referência Fev./2026).

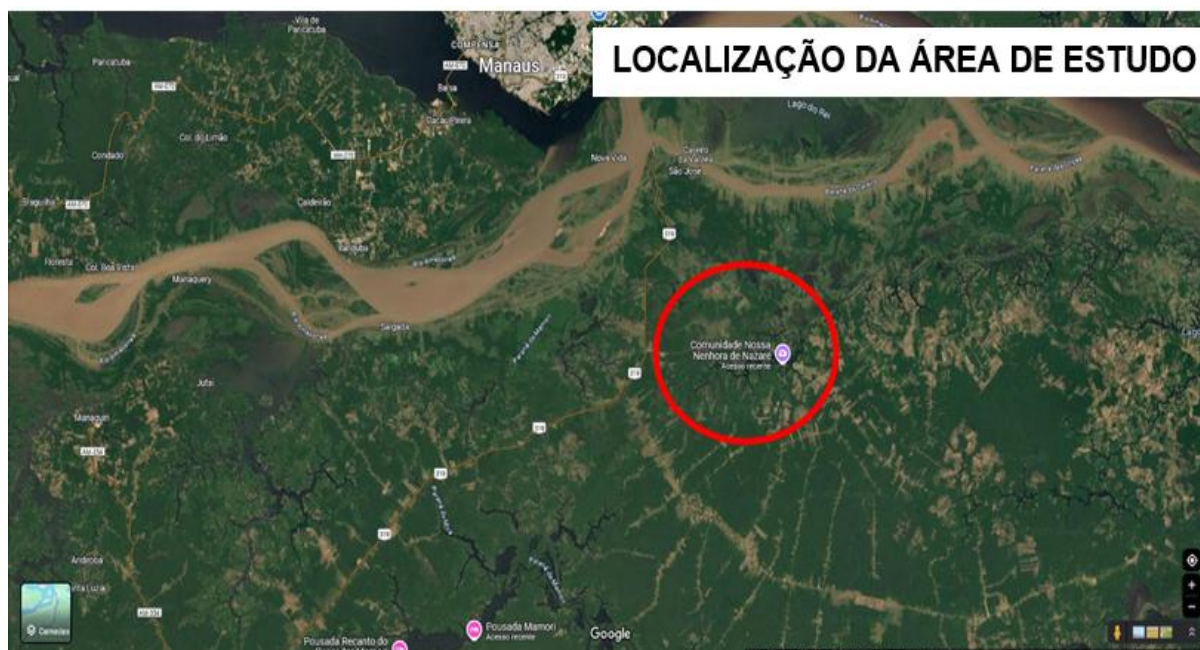
Entre os grupos populacionais tradicionais do município, destacam-se as comunidades ribeirinhas, que contam com 129 famílias cadastradas no CadÚnico, sendo 71 beneficiárias do Programa Bolsa Família. Em relação à população indígena, 252 pessoas estão cadastradas, das quais 175 recebem o benefício do Bolsa Família. Ressalta-se que não há registro de comunidades quilombolas cadastradas no CadÚnico no município (MDS, Fev. 2026).

As formas de acesso da população aos serviços socioassistenciais do CRAS ocorrem por meio de demanda espontânea, busca ativa, principalmente na área urbana, e encaminhamentos realizados pela rede socioassistencial, no âmbito do sistema de referência e contrarreferência, bem como por outras políticas públicas. Cabe destacar que o município também conta com um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e um Centro Estadual de Convivência do Idoso.

O CRAS está localizado na área urbana do município, de modo que as comunidades rurais precisam deslocar-se de seus territórios para acessar os serviços socioassistenciais. Além disso, as equipes não conseguem abranger todas as comunidades do território municipal, o que evidencia desafios no acesso da população ribeirinha às políticas públicas de assistência social.

A comunidade Maria de Nazaré, localizada às margens do rio Mamori, destaca-se pela rica biodiversidade e pelas belezas naturais da região amazônica. O acesso à comunidade ocorre por meio de trajetos fluviais que passam pelos rios Negro e Solimões, na região do encontro das águas, seja por balsas ou lanchas que partem do porto da Ceasa, na cidade de Manaus. Posteriormente, o deslocamento segue pela BR-319, com acesso pelo ramal 14, totalizando aproximadamente 70 km a partir da capital amazonense. O tempo de viagem pode variar entre quatro e seis horas, dependendo do período sazonal do ano. De forma semelhante, esse percurso também é realizado pelos moradores da comunidade Maria de Nazaré quando precisam se deslocar até o município de Careiro Castanho.

Figura 2. Localização da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré



Fonte: Google Maps, (2025).

Esse circuito terrestre e fluvial é amplamente conhecido pelos ribeirinhos da comunidade, que utilizam pequenas embarcações, como rabetas, voadeiras (com motores de popa) e canoas a remo. Por meio desses meios de transporte, percorrem entre uma e três horas pelo rio Mamoré até chegar ao ramal 14 ou à comunidade do Araçá, enfrentando uma travessia desafiadora para acessar o transporte terrestre que os conecta a outros municípios, como Manaus e Careiro Castanho.

A comunidade ribeirinha Maria de Nazaré é composta por aproximadamente 40 famílias que residem em casas construídas predominantemente em madeira, localizadas às margens do rio. Trata-se de moradias simples, muitas delas com limitações estruturais. Não existe sistema de abastecimento de água potável na comunidade, sendo o consumo realizado principalmente por meio de poços artesanais, cuja água não recebe qualquer tipo de tratamento. Essa condição pode ocasionar diversos riscos à saúde da população. Em alguns casos, os moradores percorrem longas distâncias para adquirir água para consumo. Ressalta-se ainda que poucas famílias possuem poços na região e, durante períodos de estiagem severa, muitos desses poços secam ou apresentam água imprópria para consumo.

O fornecimento de energia elétrica é realizado pela empresa Amazonas Energia, porém de forma precária, com frequentes interrupções no serviço, muitas vezes sem aviso prévio. Em determinadas situações, a falta de energia pode perdurar por vários dias, até que o problema seja solucionado. Essa instabilidade provoca diversos prejuízos aos moradores e pequenos

comerciantes locais, como a perda de alimentos perecíveis e danos a equipamentos eletrodomésticos. Diante disso, as famílias buscam alternativas para conservar os alimentos; em alguns casos, utilizam técnicas tradicionais, como a salga do pescado, a fim de prolongar seu tempo de conservação.

No que se refere ao acesso à saúde, a comunidade Maria de Nazaré não dispõe de posto de atendimento médico. As famílias contam apenas com o acompanhamento de duas agentes comunitárias de saúde, que realizam visitas periódicas para monitoramento de condições básicas de saúde, como aferição de pressão arterial, realização de testes rápidos e orientações preventivas. Em situações de emergência ou quando há necessidade de atendimento especializado, os moradores precisam se deslocar até o hospital localizado na sede do município de Careiro Castanho ou até a capital do estado, Manaus, o que implica percorrer longas distâncias até obter atendimento. Dessa forma, o acesso à saúde apresenta-se bastante limitado, tanto pela distância quanto pelos custos envolvidos no deslocamento.

No campo da política de educação, a comunidade não dispõe de unidade escolar própria. As escolas mais próximas localizam-se na comunidade indígena Marinheiro e no ramal do 14, a cerca de 5 km de distância, com deslocamento aproximado de 30 minutos de barco. Nessas unidades, a oferta contempla alfabetização e ensino fundamental nos turnos matutino e vespertino, e ensino médio no período noturno. Contudo, o acesso à educação é impactado pelas condições do território amazônico, especialmente nos períodos de vazante dos rios, quando a navegabilidade é reduzida, e nas chuvas intensas, que dificultam o deslocamento dos estudantes.

Outras características singulares das famílias ribeirinhas da comunidade Maria de Nazaré, destaca-se a forte vinculação ao manejo dos recursos naturais para a subsistência. As atividades produtivas baseiam-se principalmente na pesca, na caça, no extrativismo e na agricultura familiar. Dessa forma, as famílias vivem a partir do uso direto dos recursos naturais disponíveis na floresta, nos rios e na terra, estabelecendo uma relação intrínseca entre as atividades humanas e o meio ambiente.

As características socioeconômicas da comunidade evidenciam também limitações relacionadas à comercialização e ao escoamento da produção agroextrativista, que inclui produtos como farinha, limão, macaxeira, cupuaçu, banana e pescado. Essas dificuldades estão diretamente relacionadas à distância dos centros urbanos e aos elevados custos logísticos do transporte fluvial, fatores que dificultam até mesmo a comercialização em pequena escala. Nesse contexto, o Programa Bolsa Família constitui uma importante fonte de renda para as

famílias, especialmente em períodos marcados por eventos climáticos extremos, que tendem a intensificar as vulnerabilidades socioambientais.

O acesso aos serviços PSB ocorre, majoritariamente, mediante deslocamento até o CRAS localizado em Careiro Castanho ou para centros urbanos próximos, como Manaus e Manacapuru. Essa dinâmica impõe custos elevados às famílias, reduz a regularidade do atendimento e amplia as desigualdades no acesso às políticas públicas.

Essa realidade é ainda mais condicionada pela dinâmica hidrológica observada na região, evidenciada na imagem que retrata os períodos de cheia e de seca na comunidade Maria de Nazaré. Essas variações influenciam diretamente a mobilidade da população, o acesso a serviços e a organização socioeconômica local.

É fundamental fortalecer o esforço coletivo e a participação cidadã no enfrentamento da estiagem, das ondas de calor e das grandes enchentes na Amazônia. Nesse contexto, prevenção, planejamento e preparo para a oferta de serviços são medidas essenciais para reduzir vulnerabilidades e minimizar impactos socioambientais. Assim, os efeitos das emergências climáticas na região não podem ser analisados isoladamente, mas em relação às desigualdades sociais, econômicas e territoriais historicamente construídas, que moldam as condições de vulnerabilidade das comunidades ribeirinhas e tradicionais.

Imagem 1. Período de cheia (2024)



Fonte: Registro fotográfico/arquivo próprio, (2025).

Imagem 2. Período de seca (2024)



Fonte: Registro fotográfico/arquivo próprio, (2025).

Essas oscilações hidrológicas sazonais, especialmente quando agravadas por eventos climáticos extremos, tendem a aprofundar vulnerabilidades socioambientais historicamente constituídas. Tal cenário evidencia a necessidade de arranjos institucionais e estratégias de intervenção mais adequadas às especificidades territoriais, sociais e ambientais da comunidade Maria de Nazaré.

Diante desse cenário, marcado pelas consequências das mudanças climáticas, a dinâmica de vida da população ribeirinha tem se tornado um tema relevante no âmbito da formulação de políticas públicas e da implementação de ações emergenciais voltadas ao fortalecimento das políticas sociais. Tais iniciativas mostram-se fundamentais frente à realidade vivenciada por indivíduos e famílias que residem em contextos rurais amazônicos, especialmente em territórios caracterizados por vulnerabilidades socioambientais e limitações no acesso a serviços públicos.

Nesse contexto, torna-se essencial que a população ribeirinha tenha maior visibilidade no planejamento das políticas públicas, sendo reconhecida como grupo prioritário na garantia de acesso digno a bens e serviços. Isso implica promover sua participação ativa na elaboração de estratégias de prevenção e mitigação dos impactos das mudanças climáticas, por meio de ações descentralizadas e participativas, que respeitem a cultura, o modo de vida e as especificidades territoriais da região amazônica.

## **CAPÍTULO II – A PROTEÇÃO SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS BRASILEIRO E AMAZÔNICO**

*A assistência social deve ser compreendida como uma política pública de proteção social que se expressa no território, onde se reconhecem as desigualdades e se constroem direitos (Sposati, 2007).*

As reflexões apresentadas acerca da relação entre a proteção social no âmbito da Política de Assistência Social e o território referem-se ao conjunto de ações, serviços e estratégias que visam garantir direitos e reduzir vulnerabilidades sociais, considerando as especificidades de cada contexto territorial. Nesse sentido, a atuação da política deve estar voltada à realidade local de cada território, promovendo o acesso aos direitos sociais mesmo em áreas de difícil acesso ou que apresentam características socioterritoriais particulares.

Dessa forma, compreende-se que um dos grandes desafios postos à PAS nos territórios consiste em consolidar-se como política pública dotada dos investimentos necessários para contribuir efetivamente no enfrentamento das desigualdades sociais. Tal desafio relaciona-se à necessidade de responder às demandas sociais que emergem no contexto de expansão do sistema capitalista, configurando-se como resultado de um processo histórico intrinsecamente vinculado às transformações sociais.

Nessa direção, o presente capítulo está dividido em três itens, a saber: 2.1 A configuração da Proteção Social Básica da Assistência Social no contexto brasileiro; 2.2 A relação entre CRAS, território e vulnerabilidade social: movimentos da proteção social no território amazônico; e 2.3 Plano Municipal de Assistência Social do município de Careiro Castanho/AM: expressões da proteção social no âmbito local.

### **2.1 A configuração da Proteção Social Básica da Assistência Social no contexto brasileiro**

No contexto brasileiro, o sistema de proteção social é resultado de um processo histórico de lutas sociais, protagonizado sobretudo pela classe trabalhadora, por meio de mobilizações e reivindicações por melhores condições de vida e trabalho. Essas mobilizações buscaram exigir do Estado respostas às demandas sociais emergentes diante das transformações ocorridas nos cenários político, econômico e social.

Diante desse contexto de intensificação das demandas sociais e da necessidade de intervenção estatal, especialmente em resposta às lutas da classe trabalhadora e aos movimentos sociais, foram estabelecidos importantes marcos institucionais a partir da Constituição Federal

de 1988, que consolidou a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. Posteriormente, em 1993, após intensos debates e vetos, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que instituiu as bases da política pública de assistência social no país.

Nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, reafirma o papel da Assistência Social como parte integrante do sistema de proteção social brasileiro no âmbito da seguridade social, ao destacar que “expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social” (Brasil, 2004, p. 7).

Assim, a LOAS reafirma, em seu art. 1º, que:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993)

Nesse processo histórico de consolidação da assistência social no Brasil, surge também a PSB como componente da PAS, estruturada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído em 2005. Esse processo é fortalecido ainda pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) e pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), atualizada em 2012, que aprofundou as diretrizes referentes à gestão, ao financiamento e às responsabilidades federativas do sistema.

A PSB situa-se no campo da prevenção, tendo como objetivo “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2004, p. 27).

Dessa forma, a PSB organiza-se nos territórios por meio de unidades públicas de referência da assistência social, que funcionam como porta de entrada para o acesso aos serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Nesses espaços são executados o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, entre outros, tendo como foco a prevenção de situações de risco social e o fortalecimento da função protetiva das famílias.

Essas unidades desempenham papel fundamental na identificação das situações de vulnerabilidade e risco presentes no território, no planejamento de ações que considerem as especificidades locais e na articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, como as

políticas de saúde, educação, trabalho e habitação. Dessa forma, contribuem para a ampliação do acesso a direitos, para a construção de estratégias coletivas de enfrentamento das desigualdades sociais e para a promoção da autonomia das famílias.

Assim, a PSB deve atuar de maneira territorializada, próxima à realidade da população, reconhecendo que a pobreza e a vulnerabilidade social não se reduzem apenas à ausência de renda, mas envolvem também dimensões relacionais, culturais e comunitárias. A partir dessa perspectiva, busca-se não apenas responder às demandas imediatas, mas também fortalecer vínculos, desenvolver potencialidades e promover a participação social, garantindo proteção e inclusão cidadã de famílias e indivíduos.

A Política de Assistência Social, de caráter não contributiva e direcionada para quem dela necessitar, tem, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2004, e no Sistema Único de Assistência Social (Suas), em implantação no Brasil desde 2005, os dois instrumentos políticos e normativos mais recentes (Couto; Yazbek; Raichelis, 2017, p. 32).

Para as autoras, a implementação da PNAS e do SUAS representou avanços históricos na consolidação da assistência social no Brasil, ao estabelecer níveis claros de proteção social, estruturar serviços padronizados e instituir unidades de referência. Contudo, apesar desses avanços, a política ainda enfrenta desafios significativos, como desigualdades regionais, insuficiência de recursos e precarização das condições de trabalho, fatores que limitam a universalidade e a qualidade dos serviços ofertados (Couto; Yazbek; Raichelis, 2017).

As autoras destacam ainda que a PAS representa uma mudança significativa na forma como a assistência social é concebida no país. Diferentemente de modelos anteriores, baseados em práticas assistencialistas ou caritativas, a política estabelece que a assistência social é um direito de todos e um dever do Estado, não estando vinculada a contribuições prévias (Couto; Yazbek; Raichelis, 2017).

Nesse sentido, os serviços da PSB são executados por meio de unidades públicas de referência instaladas em territórios marcados por situações de vulnerabilidade e risco social, assumindo papel central na oferta de atendimentos em uma perspectiva preventiva às populações em maior situação de fragilidade. Assim, destaca-se que “a proteção social básica deve se orientar por uma escala progressiva de cobertura de famílias em maior vulnerabilidade, até alcançar a todos os que dela necessitarem, em territórios sujeitos à vulnerabilidade social” (Brasil, 2004, p. 95).

Dessa forma, a PAS estabelece que, em um primeiro momento, devem ser priorizadas as famílias em maior situação de vulnerabilidade, ampliando-se progressivamente a cobertura até alcançar todas aquelas que necessitam da política. Assim, a expansão da proteção social não ocorre de maneira imediata e universal, mas de forma planejada, considerando critérios de vulnerabilidade territorial e social.

Além disso, a PSB integra dimensões econômicas e sociais, reconhecendo que a proteção social deve atuar na redução das desigualdades e na promoção da inclusão social. A política também fortalece a participação da sociedade na formulação e gestão das ações, permitindo que os usuários influenciem nas decisões e contribuam para que os serviços respondam às necessidades reais da população.

Entretanto, apesar das conquistas alcançadas pela PAS, a ampliação das desigualdades sociais e a redução da intervenção estatal têm comprometido sua efetividade, afetando especialmente as populações mais vulneráveis. Nesse cenário, a PSB, organizada pelo SUAS no âmbito municipal, atua com o objetivo de prevenir vulnerabilidades, fortalecer vínculos familiares e comunitários, garantir direitos e promover autonomia e participação social (Brasil, 2004).

Assim, a Proteção Social Básica:

(...) tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos) e, ou, fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (Brasil, 1993, p. 27).

Nesta direção, a PSB busca incorporar as demandas de atendimento de forma progressiva e organizada, priorizando inicialmente as famílias em situação de maior vulnerabilidade e ampliando gradativamente sua cobertura até alcançar todos aqueles que dela necessitam. O atendimento deve considerar as características do território, dando atenção especial às áreas que apresentam maiores desigualdades, riscos sociais ou dificuldades de acesso aos serviços, “significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração” (Brasil, 2004, p. 9), garantindo, assim, a universalidade de direitos dessa política.

Ressalta-se que a PSB também pode ser ofertada de forma indireta por entidades e organizações de assistência social, as chamadas OSCIP<sup>8</sup> (Organização da Sociedade Civil de

---

<sup>8</sup> Art. 1º. Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no

Interesse Público). Tal situação ocorre, muitas vezes, diante da insuficiência do Estado para responder às crescentes demandas da PAS, o que acaba por transferir à sociedade civil parte das responsabilidades inerentes ao poder público. Nesse sentido, “os serviços, programas, projetos de atenção às famílias e indivíduos poderão ser executados em parceria com as entidades não governamentais de assistência social, integrando a rede socioassistencial” (Brasil, 2004, p. 36).

Destaca-se que os serviços ofertados pela PSB devem potencializar a família como unidade de referência, fortalecer seus vínculos familiares e comunitários, por meio do protagonismo, promovendo à convivência, à socialização e ao acolhimento, com vista a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social.

Nesse sentido, constitui o público usuário da PAS:

(...) cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Brasil, 2004, p. 27).

Portanto, fortalecendo o debate no que se refere à PSB no contexto da Política de Assistência Social, pode-se reconhecer que a assistência social se orienta pela:

Primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridades àquelas com registro de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimização entre seus membros (Brasil, 2005, p. 28).

Desse modo, a família e o território constituem eixos estruturantes da PAS. A centralidade da família se justifica por ser o espaço onde se constroem vínculos, identidades e relações afetivas, mas também onde se manifestam desigualdades, fragilidades, violências e rupturas. Por essa razão, a política toma a família como referência para a organização das ações socioassistenciais. Da mesma forma, o território de vivência assume papel fundamental, pois corresponde ao espaço concreto em que as desigualdades sociais se expressam. Essa perspectiva territorial aproxima a política da realidade local e possibilita a valorização das especificidades culturais, sociais e econômicas, o que se torna ainda mais relevante em contextos complexos, como o da Amazônia.

---

mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999.

Assim, a prioridade às situações de maior vulnerabilidade reafirma a Assistência Social como um direito universal, operacionalizado de modo a garantir atenção imediata aos segmentos mais fragilizados, prevenindo riscos, fortalecendo vínculos familiares e comunitários e assegurando direitos fundamentais diante de tendências regressivas.

Estudos mais recentes sobre a Política de Assistência Social brasileira mostram processos de tendência regressiva, desmanche, desconfiguração (...) correm risco de regressão, benefícios e serviços disponibilizados a mais de 30 milhões de famílias referenciadas nos CRAS, exatamente nessa conjuntura de recessão e avanço da pobreza, quando mais se amplia a demanda pela universalização da Seguridade Social Pública (Yazbek, 2020, p. 263).

A autora alerta que a PAS no Brasil enfrenta uma tendência regressiva, com risco de desmantelamento de estruturas, serviços e benefícios sociais, podendo afetar um número expressivo de famílias em situação de vulnerabilidade social. Esse retrocesso ocorre justamente em um contexto de recessão econômica e aumento da pobreza, quando a demanda pela universalização da Seguridade Social pública se torna ainda mais necessária.

A partir desse cenário, Silva (2017, p. 63) expressa a concepção de que:

Se por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da desigualdade social, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social.

Compreende-se, portanto, que, embora o marco constitucional tenha ampliado direitos e fortalecido a participação social, a dinâmica econômica neoliberal ameaça tais avanços, criando um cenário de tensão entre a ampliação de direitos e o enfraquecimento da ação do Estado na proteção social.

Assim, diante dos avanços e retrocessos na legislação e na implementação da PSB, e considerando os desafios postos para a efetividade da PAS no contexto brasileiro, Couto et al. (2017, p. 69) reforçam que:

Nesta concepção, evidenciam-se condições de pobreza e vulnerabilidade associadas a um quadro de necessidades objetivas e subjetivas, onde se somam dificuldades materiais, relacionais, culturais que interferem na reprodução social dos trabalhadores e de suas famílias. Trata-se de uma concepção multidimensional de pobreza, que não se reduz às privações materiais, alcançando diferentes plano e dimensões da vida do cidadão.

Seguindo a análise da autora, a pobreza e a vulnerabilidade social não podem ser compreendidas apenas como falta de recursos materiais, mas a partir de uma visão multidimensional, na qual a pobreza deve ser entendida de forma integral, considerando tanto aspectos materiais quanto subjetivos, que influenciam diferentes dimensões da vida das pessoas.

Trata-se, portanto, de um cenário de profundas transformações e desigualdades sociais, o que reforça a necessidade de ações mais contundentes de prevenção e enfrentamento por parte da PAS, visando à consolidação do SUAS em nível nacional e à construção de um sistema de proteção social mais efetivo e abrangente.

De acordo com Silva (2017, p. 98), “o nível de gestão do SUAS expressa a capacidade gerencial do município para implementar a PNAS”. Para a autora, o nível de gestão do SUAS funciona como um reflexo da capacidade administrativa do município, demonstrando até que ponto ele consegue transformar a política em ações concretas para atender sua população.

A autora ainda afirma que:

Trata-se, portanto, de um nível de gestão que exige uma estrutura operacional mais ampla em termos de alocação de recursos financeiros, estruturação de equipamentos sociais e instancias de gestão e controle social, bem como uma política de recursos humanos. Apesar dos limites e dificuldades presentes no processo de implementação do Suas no país, a situação da gestão da PNAS nos municípios expressou o empenho na institucionalização dessa Política Pública (Silva, 2017, p. 98-99).

Destaca-se que a gestão da PAS no âmbito do SUAS é complexa e exige uma estrutura operacional robusta, envolvendo recursos financeiros, equipamentos sociais, instâncias de gestão e controle social, além de políticas de recursos humanos. Apesar das limitações, como desigualdades regionais, insuficiência de recursos e desafios na implementação, os municípios têm demonstrado esforços na institucionalização da política.

Silva (2017, p. 109) também analisa que:

Dos principais serviços da Proteção Social Básica (PSB) ofertados nos municípios destacaram-se: Programa Bolsa Família, apontando por 42% dos municípios, embora se tenha conhecimento que o Bolsa Família encontra-se em desenvolvimento em todos os municípios brasileiros; Programa Agente Jovem, indicado por 31,4% dos municípios; Benefício de Prestação Continuada (BPC) registrada em 30% dos municípios; Apoio à Pessoa Idosa presente em 25,8%; PAIF referido por 24,4%, embora seja esperado que todo CRAS disponha desse serviço; Renda Cidadã em 17,4% e Benefícios Eventuais em 11,8% dos municípios. Os dados registrados mostram que os principais serviços da PSB, inclusive o Bolsa Família e o PAIF, não foram registrados, sequer, pela maioria dos municípios que possuíam o CRAS, (...) em alguns casos, possivelmente, defasagem na oferta dos serviços em muitos municípios.

A autora constata que, embora os serviços essenciais da PSB existam formalmente em todos os municípios do país, muitos não registram sua oferta, o que pode indicar fragilidades na implementação e no acesso a esses serviços, comprometendo a efetividade da proteção social prevista pela PNAS.

Nessa perspectiva, a efetividade da oferta dos serviços socioassistenciais revela que a trajetória histórica do sistema de proteção social brasileiro tem sido marcada por disputas entre a afirmação e a negação dos direitos sociais, expressas nas dificuldades em garantir o acesso universal às políticas públicas para populações que vivem em territórios marcados por vulnerabilidades, especialmente por meio das ações desenvolvidas nos CRAS.

## **2.2 A relação do CRAS, território e vulnerabilidade social: movimentos da proteção social no território amazônico**

A relação entre o CRAS, o território e a vulnerabilidade social no contexto amazônico<sup>9</sup> constitui um eixo de análise para compreender os movimentos da proteção social nessa região. Esse contexto apresenta desigualdades sociais, especificidades socioambientais e dificuldades de acesso às políticas públicas, que incidem sobre as condições de vida das famílias e sobre a organização da oferta socioassistencial.

Nesse cenário, o CRAS configura-se como unidade de referência da PSB, mediando a relação entre a política pública e os territórios e possibilitando a operacionalização da PAS, a partir das dinâmicas locais. Assim, o debate considera o território como uma dimensão social, histórica e política que influencia as expressões da vulnerabilidade social e a organização das respostas da proteção social na Amazônia.

O disposto na Lei n. 12.435, de 06 de junho de 2011, que altera a Lei Orgânica de Assistência Social, estabelece em seu art. 6º-C, §1º, que:

O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

Ao analisar o índice de instalação de CRAS no Brasil, observa-se que foram contabilizadas, em todo o território nacional, cerca de 8.088 (oito mil e oitenta e oito) unidades

---

<sup>9</sup> A ausência expressa pela limitação de acesso, precariedade ou carência de bens e serviços sociais para atender às necessidades e interesses (...) são produto das transformações societárias e, na condição de construtos sociais, assumem diferentes contornos de acordo com os condicionantes históricos (Chaves, 2023, p. 107-108).

de referência da PSB (Censo SUAS, 2024). No entanto, embora esse número seja significativo, pode ainda ser insuficiente para atender à população de forma efetiva, especialmente em regiões marcadas por desigualdades territoriais e desafios relacionados à infraestrutura, à disponibilidade de recursos humanos e à articulação intersetorial.

Nessa perspectiva, a PNAS (2004) estabelece que a implantação dos CRAS deve considerar a identificação de famílias e territórios em situação de vulnerabilidade, com base em indicadores como concentração de pobreza, número de famílias referenciadas, presença de situações de risco e vulnerabilidades sociais específicas, como desemprego e trabalho infantil. O objetivo é garantir a presença da PSB nos territórios de maior demanda social.

Entretanto, observa-se que, embora os critérios normativos reconheçam a necessidade de cobertura adequada, na prática a realidade territorial impõe limites significativos à efetivação dessa diretriz, especialmente em territórios amazônico, tensionando a relação entre o que está previsto na política e o que é possível realizar no território.

Nesse contexto, a NOB/SUAS (2012) também busca estruturar a PSB de forma planejada, definindo critérios para a instalação de CRAS conforme o porte populacional do município e o número de famílias referenciadas. Essa normatização é relevante, pois estabelece parâmetros mínimos para a organização da rede socioassistencial, garantindo, por exemplo, que municípios com até 20.000 habitantes contem com pelo menos um CRAS, promovendo uma cobertura mínima da assistência social em áreas de vulnerabilidade.

O desafio é conhecer a realidade do município e nela atuar, priorizando as situações de maior vulnerabilidade, dada a complexidade dos processos sociais de desproteção social e a extensão de necessidades e demandas a serem atendidas. Assim, a definição dos territórios de vulnerabilidade e o planejamento, no tempo (curto, médio e longo prazos), da instalação de CRAS em todos os territórios, deve necessariamente ser objeto do Plano, já que a universalização da proteção básica é importante objetivo a ser alcançado pela Política Nacional de Assistência Social. Além do conhecimento da incidência de situações de vulnerabilidade e risco, é relevante que se tenha um levantamento de todas as unidades da rede socioassistencial já existentes ou necessárias para o atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social de determinada localidade, partindo do pressuposto de que é preciso planejar o hoje e o amanhã (Brasil, 2009, p. 16).

Entretanto, apesar da clareza das normativas, persistem desafios práticos na implementação dos CRAS. A simples previsão de um CRAS para cada conjunto de 2.500 famílias referenciadas, por exemplo, pode revelar-se insuficiente em municípios nos quais as famílias se encontram geograficamente dispersas, especialmente em regiões como a Amazônia, onde o acesso aos territórios é frequentemente dificultado pela predominância de rios como vias de deslocamento e pela precariedade das estradas.

Além disso, a normatização não garante, por si só, a qualidade ou a regularidade na oferta dos serviços socioassistenciais, tampouco resolve problemas estruturais recorrentes, como a insuficiência de recursos humanos qualificados, a precariedade da infraestrutura física das unidades ou o subfinanciamento da política em âmbito municipal.

A tabela abaixo demonstra que os atendimentos realizados nos CRAS são definidos a partir do porte populacional de cada município brasileiro e da localização das unidades em áreas de maior vulnerabilidade social, considerando também o número de famílias referenciadas aos serviços ofertados nas respectivas unidades.

Tabela 2. Capacidade de atendimento nos CRAS no território

| <b>PORTE DO MUNICÍPIO</b> | <b>QTD. MÍNIMA CRAS</b> | <b>CLASSIFICAÇÃO POPULACIONAL</b> | <b>FAMÍLIAS REFERENCIADAS</b> | <b>CAPACIDADE DE ATENDIMENTO ANUAL</b> |
|---------------------------|-------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|----------------------------------------|
| Pequeno porte I           | 01                      | Até 20.000h hab.                  | Até 2.500                     | 500 famílias                           |
| Pequeno porte II          | 01                      | De 20.001 a 50.000 hab.           | 3.500                         | 750 famílias                           |
| Médio porte               | 02                      | De 50.001 a 100.000 hab.          | 5.000                         | 1.000 famílias                         |
| Grande porte              | 04                      | De 100.001 a 900.000 hab.         | 5.000                         | 1.000 famílias                         |
| Metrópoles                | 08                      | Mais de 900.000 hab.              | 5.000                         | 1.000 famílias                         |

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações da PNAS, (2004).

Apesar da PAS sinalizar que os CRAS devem estar localizados em territórios caracterizados por situações de vulnerabilidade social, ao mesmo tempo estabelece parâmetros relacionados ao número mínimo de habitantes para a implantação dessas unidades. Tal critério pode resultar na exclusão de inúmeros territórios amazônicos que, embora apresentem demandas sociais e indicadores de vulnerabilidade significativos, não atingem o quantitativo populacional mínimo previsto para a instalação do equipamento, mesmo necessitando da presença de profissionais qualificados para atuar nesses territórios.

Nesse sentido, evidencia-se a importância da adoção de estratégias e metodologias de trabalho específicas para a realidade amazônica, considerando suas particularidades geográficas e sociais. Entre essas estratégias destacam-se a oferta de embarcações itinerantes, bem como investimentos em equipes volantes capazes de acessar localidades distantes das sedes municipais ou das capitais, ampliando a cobertura da política socioassistencial em áreas de difícil acesso.

Ao reconhecer essas dificuldades, o Caderno de Orientações Técnicas que trata sobre os CRAS, orienta que “nos municípios de pequeno porte I e II, o CRAS pode localizar-se em áreas centrais, ou seja, áreas de maior convergência da população, sempre que isso representar acesso mais facilitado para famílias vulneráveis das áreas urbanas e rurais” (Brasil, 2009, p. 34). Essa

orientação busca garantir que famílias em situação de vulnerabilidade, tanto das áreas urbanas quanto das zonas rurais, possam acessar de forma mais facilitada os serviços socioassistenciais.

Na Amazônia, e especialmente no Estado do Amazonas, a PSB deve assumir um papel estratégico diante das especificidades regionais, como o acesso dificultado aos serviços públicos, decorrente da extensa área territorial, da dispersão populacional e das condições socioeconômicas historicamente marcadas por vulnerabilidades.

Um exemplo dessa realidade pode ser observado no município de Careiro Castanho, que, segundo dados do IBGE (2025), possui uma população estimada de 32.336 habitantes e conta atualmente com duas unidades do CRAS: uma localizada na sede municipal e outra situada no Distrito do Purupuru. Ressalta-se que essa segunda unidade não possui classificação como área rural, embora as famílias por ela atendidas estejam distribuídas ao longo da rodovia AM-254, entre os quilômetros 0 e 32, da BR-319, bem como na comunidade do Km 22, além de abranger todo o território do Purupuru, incluindo vilas, estradas e vicinais.

Desse modo, as comunidades ribeirinhas, como é o caso da comunidade Maria de Nazaré, encontram-se referenciadas ao CRAS da sede municipal, considerando-se a localização geográfica que torna essa unidade o equipamento “mais próximo” para o acesso dos moradores ribeirinhos.

Destaca-se que o CRAS da sede de Careiro Castanho possui em sua base de dados 9.608 (nove mil seiscentos e oito) famílias no CadÚnico (referência de fev. 2026) e 639 (seiscentos e trinta e nove) famílias em acompanhamento PAIF (no período de Jan. a Dez. de 2025).

Diante desses dados, observa-se que o número de CRAS necessários para garantir uma cobertura adequada no município poderia ser estimado da seguinte forma:

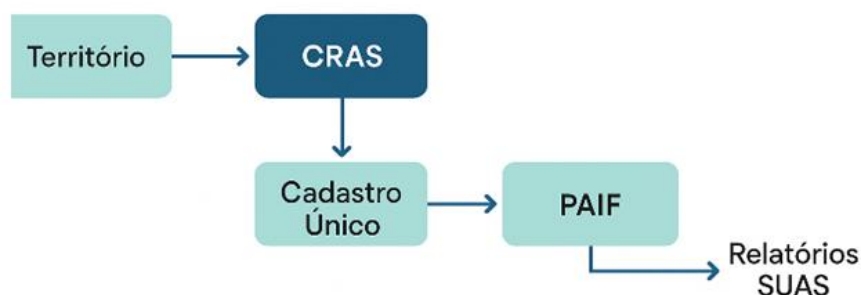
- **Pelo critério de referência ideal (3.500 famílias/CRAS):** seria necessária a existência de pelo menos três unidades CRAS, considerando a relação aproximada de 9.345 famílias cadastradas ( $9,500 / 3.500 \approx 2,67$ ), a fim de garantir maior qualidade no atendimento e proximidade com as comunidades, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

Portanto, o município deveria planejar a implantação de, no mínimo, mais uma unidade do CRAS, considerando a organização territorial e as diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social, de modo a assegurar a qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais. Tal planejamento está em consonância com a NOB/SUAS, que define que cada unidade deve atender, em média, até 3.500 famílias referenciadas.

Nesse contexto, cabe informar que a definição de "famílias referenciadas a um CRAS" está detalhada no Manual de Instruções do Censo SUAS (2023), publicado MDS. Segundo esse documento, as famílias referenciadas são todas aquelas que residem no território de abrangência

do CRAS e que são elegíveis ao atendimento/acompanhamento pela unidade, conforme disposto na NOB/SUAS (2012).

Figura 3. Famílias referenciadas a um CRAS



Fonte: Elaborado pela autora com base em fontes administrativa do CRAS e do sistema de informações do MDS.

Em suma, cada CRAS atende um território definido no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), e as famílias são referenciadas geograficamente de acordo com a localização de domicílios dentro dessa área de abrangência. Assim, as famílias podem acessar programas, benefícios e serviços através do PAIF e do CadÚnico, ou seja, as famílias referenciadas correspondem àquelas que pertencem ao território atendido pelo CRAS e que constam nos registros do CadÚnico e do serviço PAIF, independentemente da frequência contínua de atendimento.

Outro indicador que evidencia a necessidade de implantação de, no mínimo, mais um CRAS no município, preferencialmente em área rural, refere-se à distribuição populacional: 58% dos habitantes residem em áreas rurais, enquanto 42% vivem em áreas urbanas. Essa desigualdade territorial reforça a importância da implantação de um CRAS em área rural, capaz de garantir o acesso das famílias localizadas nessas regiões, que enfrentam diversas barreiras para usufruir dos serviços socioassistenciais. Dessa forma, a cobertura atual revela-se insuficiente frente à complexidade geográfica e socioeconômica do município.

A ampla dispersão populacional em áreas rurais, ribeirinhas e de difícil acesso evidencia desafios significativos na garantia da PSB, uma vez que o deslocamento até o equipamento para acesso aos serviços, acompanhamentos e benefícios torna-se oneroso e, em muitos casos, inviabilizado por barreiras logísticas e ambientais. As comunidades ribeirinhas, por sua natureza geográfica, implicam deslocamentos fluviais ou por ramais não pavimentados, o que dificulta significativamente o acesso aos equipamentos de assistência social.

Esse cenário reforça a necessidade de replanejamento da rede socioassistencial, com vistas à ampliação da oferta territorial por meio de estratégias como a implantação de novas

unidades de CRAS, o fortalecimento dos serviços itinerantes e uma articulação intersetorial mais efetiva. Tais medidas podem contribuir para assegurar a universalidade do atendimento e para a redução das vulnerabilidades sociais presentes nos territórios mais afastados.

A insuficiência de unidades de CRAS compromete diretamente a capacidade de acompanhamento das famílias, o desenvolvimento de ações de prevenção, o fortalecimento de vínculos e a proximidade territorial, que constitui um dos princípios centrais da PAS. Isso demonstra que o município enfrenta desafios significativos para garantir o acesso universal e qualificado aos serviços socioassistenciais.

Segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2017, p 179):

A instalação de Centros de Referências Social (CRAS), como unidades de referência da Proteção Social Básica a cargo da política de assistência social, tem importante significado no contexto de construção do SUAS (...) se constitui como unidade de execução pública estatal, e porta de entrada do sistema que, sob financiamento federal, estende-se por grande parte do território brasileiro.

Assim, a execução dos serviços da PSB nos CRAS depende do cofinanciamento do Governo Federal, a partir de um modelo de gestão compartilhada entre os entes federativos – União, Estados e Municípios. Portanto, para identificar a necessidade de instalação e fortalecimento de serviços socioassistenciais nos territórios vulneráveis, torna-se fundamental reconhecer os riscos e as vulnerabilidades a que estão expostos os grupos que ali vivem, possibilitando a organização de ações voltadas à prevenção de diversas situações de vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, Sposati (2006, p. 112) afirma que:

O dimensionamento dos riscos e das vulnerabilidades, como condições prioritárias na assistência social, não retira a preocupação com o desenvolvimento da atenção ao quase risco ou com a descoberta de iniciativas inibidoras da presença ou do agravamento da vulnerabilidade. Só assim a assistência social, como política pública, alcançará sua efetividade.

A implantação dos CRAS no Brasil está intrinsecamente relacionada ao processo de consolidação do SUAS, instituído em 2005 e operacionalizado, a partir de 2004, no contexto da PNAS. A proposta de territorialização das ações da PAS foi amplamente debatida e formalizada durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003.

Nesse cenário, os CRAS foram concebidos com a finalidade de estruturar, articular e coordenar a PSB, conferindo centralidade à família como unidade de referência e adotando a

territorialidade como princípio orientador da gestão da política. Tal concepção encontra respaldo nos fundamentos e diretrizes estabelecidos pela LOAS, promulgada em 1993.

Assim, o CRAS configura-se como um equipamento público municipal reconhecido de forma constitucional, responsável por garantir a promoção dos direitos sociais e por atuar como porta de entrada para o acesso aos serviços socioassistenciais a PSB nos territórios socialmente vulneráveis onde está instalado.

O movimento de implementação dos CRAS desencadeia debates e indagações de profissionais e pesquisadores sobre as formas de implementá-lo, suas possibilidades e desafios. (...) uma das preocupações se refere aos paradigmas postos pela PNAS (2004) para a instalação dessas unidades ocorra consoante o significado que lhes foi atribuído, com qualidade na prestação dos serviços de proteção social da assistência social e impactos na qualidade de vida e no campo dos direitos sociais, o que requer intervenções qualificadas do ponto de vista teórico-político e técnico-operativo (...)o CRAS é unidade público-estatal de referência do SUAS que, pela oferta de serviços, benefícios e atividades socioassistenciais, materializa direitos a proteção social de assistência social, como dever do Estado (Couto; Yazbek; Raichelis, 2017, p. 180).

Para assegurar que os serviços, benefícios, programas e ações no CRAS sejam ofertados no território de forma organizada e planejada, foram estabelecidas as diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, com o objetivo de ampliar a proteção social e promover a superação das situações de vulnerabilidade e risco social. Essa organização ocorre a partir de três eixos fundamentais que orientam a estruturação e a execução dos serviços socioassistenciais ofertados através do CRAS, possibilitando maior alcance das famílias e indivíduos atendidos, quais sejam: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); c) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas (PSBD) (Brasil, 2009).

Assim, as Orientações Técnicas dos serviços socioassistenciais (2009) preveem que o PAIF constitui o principal serviço ofertado no âmbito da PSB, uma vez que garante o direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento. Isso significa que o PAIF considera todas as relações e dinâmicas familiares no planejamento e na execução das ações socioassistenciais, tratando a família como unidade central de referência. Dessa forma, o serviço atua como instrumento estratégico para o fortalecimento de vínculos familiares, a prevenção de situações de vulnerabilidade e promoção da proteção social integral.

Nesse sentido, o trabalho social desenvolvido com as famílias no âmbito do PAIF define-se, conforme Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2012, p. 12), como um:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência.

O segundo eixo, representado pelo SCFV, opera como trabalho social complementar às ações desenvolvidas com as famílias, com foco na prevenção da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social. Esse serviço é executado por meio de atividades coletivas organizadas em grupos, buscando garantir aquisições sociais e desenvolver potencialidades dos usuários de acordo com seus ciclos de vida.

O trabalho social desenvolvido com as famílias nos CRAS não se restringe à oferta de serviços ou benefícios eventuais, mas se materializa no cotidiano da vida concreta das pessoas, no “chão” dos territórios onde as vulnerabilidades se expressam de forma direta. Envolve a construção de condições reais para o enfrentamento das necessidades sociais, por meio de ações planejadas, fundamentadas em princípios éticos, conhecimentos técnicos e metodológicos e no uso qualificado dos recursos institucionais.

O terceiro serviço denominado Proteção Social Básica em Domicílio para pessoas com deficiência e idosas (PSBD), tem como finalidade:

A prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento (MDS, 2009, p. 16).

Essa referência estabelecida pelo MDS (2009) insere, no contexto das políticas de proteção social voltadas às populações em situação de vulnerabilidade, as pessoas com deficiência e as pessoas idosas, ressaltando a importância de ações preventivas que evitem a ruptura de vínculos familiares e sociais, fundamentais para o bem-estar e a qualidade de vida desses grupos. Tal perspectiva busca garantir direitos, promover inclusão e prevenir situações de risco, exclusão e isolamento, valorizando as potencialidades individuais e sociais dos

usuários e reconhecendo-os como participantes ativos na construção de sua própria cidadania e integração social.

O trabalho desenvolvido através do CRAS é norteado pela dimensão territorial, buscando identificar as demandas de cada região. Nesse sentido, o território constitui elemento fundamental para a efetividade das ações realizadas por esses equipamentos, tendo em vista o caráter preventivo, protetivo e proativo da PSB, voltada especialmente ao público prioritário dos serviços, como:

(...) famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial:

- Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
- Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social (MDS, 2009, p. 7).

Logo, o CRAS, na perspectiva territorial, organiza suas ações e serviços a partir da territorialização, considerando a realidade local e as relações sociais estabelecidas pelas famílias e indivíduos expostos às vulnerabilidades. Portanto, o CRAS deve promover acolhimento, convivência e socialização frente às demandas apresentadas cotidianamente à PSB, considerando as múltiplas situações vivenciadas nos territórios.

O CRAS realiza concomitantemente as funções de proteção às famílias, defesa de direitos e vigilância das exclusões e violações sociais podendo, dessa forma, captar necessidades de proteção social e agir preventivamente antecipando-se à ocorrência de riscos e agravos a vida. Nessa direção, poderá organizar informações sobre o território e sua dinâmica e utilizá-las de forma estratégicas (Couto; Yazbek; Raichelis, 2017, p. 181).

Couto, Yazbek e Raichelis (2017) contextualizam o papel central do CRAS dentro do território, destacando esse equipamento como uma unidade de proteção às famílias em situação de vulnerabilidade de social e de defesa de direitos. Além disso, ressalta sua função de organizar informações sobre o território e suas particularidades, utilizando esses dados de forma estratégica para planejar e implementar ações socioassistenciais mais efetivas, garantindo que as intervenções estejam alinhadas às reais demandas das comunidades atendidas.

Ainda segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2017, p.182):

A capilaridade territorial do CRAS deve aproximar as intervenções da política de assistência social à realidade de vida de indivíduos e famílias e suas necessidades sociais. No horizonte, se coloca sua articulação em rede socioassistencial, com as políticas públicas de seguridade social e outras políticas, como possibilidade de garantir direitos de segurança humana e social.

Portanto, a capilaridade territorial do CRAS permite aproximar as ações da assistência social da realidade e das necessidades de indivíduos e famílias. Atuando de forma articulada em redes socioassistenciais e com outras políticas públicas, o CRAS contribui para a garantia de direitos e para a promoção da segurança social e humana.

Nessa lógica, o território, como base de organização do sistema de serviços, deve buscar a proximidade com o cidadão e localizar-se em áreas de incidência de vulnerabilidades e riscos sociais para a população (Brasil, 2005).

Por meio do CRAS no território, a população também pode ter acesso aos seguintes benefícios: o Benefício de Prestação Continuada (BPC), os Benefícios Eventuais, os Benefícios de Transferência de Renda, além de realizar inscrições em programas sociais do Governo Federal como o Cadastro Único.

Destaca-se que a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS), em seu Capítulo IV, dispõe sobre os benefícios, serviços, programas e projetos da assistência social. Nesse âmbito, os benefícios assistenciais dividem-se em duas modalidades direcionadas a públicos específicos: os Benefícios Eventuais e o BPC. Os benefícios eventuais estão previstos no art. 22 da LOAS e integram a Proteção Social Básica no âmbito do SUAS.

Portanto, segundo dados do Sistema de Gestão e Avaliação da Informação (SAGI) do MDS, atualizados em junho de 2025, os CRAS estão distribuídos em todo território nacional, instalados nos 5.570 (cinco mil e quinhentos e setenta) municípios da seguinte forma:

Tabela 3. Demonstrativo populacional e CRAS a nível do território nacional brasileiro

| REGIÃO       | Nº POPULACIONAL | Nº DE CRAS |
|--------------|-----------------|------------|
| Brasil       | 212.583.750     | 8.834      |
| Norte        | 18.669.345      | 663        |
| Nordeste     | 57.112.096      | 2.786      |
| Sudeste      | 88.617.693      | 3.131      |
| Centro-Oeste | 17.071.595      | 653        |
| Sul          | 31.113.021      | 1.601      |

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do SAGI, (2025).

Esses indicadores apontam que o número populacional e suas demandas é superior à quantidade de CRAS existentes no país, o que revela que a proteção social ainda não se configura como prioridade para determinadas instâncias do poder público. Tal cenário contribui

para a invisibilização de segmentos populacionais que necessitam ser alcançados pelas ações da PAS e que vivem em condições precárias de sobrevivência, entre aqueles que dependem dos serviços ofertados pelos CRAS.

Dessa forma, as ações desenvolvidas pelos CRAS nos territórios visam o enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas populações que buscam esse serviço, contribuindo para a efetividade da proteção social. Para tanto, busca-se conhecer as particularidades de cada área, atuando em articulação com a rede socioassistencial e com outras políticas públicas, por meio de ações intersetoriais que ampliem a cobertura dos serviços sociais.

Esse modelo de gestão territorial articulado com as demais políticas públicas possibilita fortalecer a atuação da proteção social, considerando a complexidade das desigualdades sociais presentes no cenário brasileiro. Contudo, a consolidação da proteção social no território ainda representa um grande desafio.

Conforme aponta Yazbek (2019, p. 93):

(...) as transformações em andamento ocorrem, não apenas em relação à ordem econômica, mas constituem um conjunto de mudanças e processos assimétricos e desiguais que atingem múltiplas dimensões da vida social. São processos que interferem na esfera da cultura, da sociabilidade e da comunicação, homogeneizando comportamentos, hábitos de consumo, preferências, valores. Por outro lado, esses processos geram brutais desequilíbrios de poder. Essa nova sociabilidade e a nova política, vêm provocando metamorfoses no campo da subjetividade, expressas no individualismo competitivo exacerbado, pressionado pelo consumo e que vive com um grau de incerteza e ansiedade sem precedentes.

A configuração do território, na perspectiva da proteção social, deve estar baseada no reconhecimento dos espaços de vida e vivência das famílias e indivíduos, que se relacionam entre si e constroem sua identidade de vida nesses ambientes.

O MDS (2009, p. 13) destaca que:

Território não se restringe à delimitação espacial. Constitui um espaço humano, habitado. Ou seja, o território não é somente uma porção específica de terra, mas uma localidade marcada pelas pessoas que ali vivem. É nos espaços coletivos que se expressam a solidariedade, a extensão das relações familiares para além da consanguinidade, o fortalecimento da cumplicidade de vizinhança e o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade, abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade. Nessa direção a características de determinadas localidades são intrinsecamente ligadas às formas de relacionamentos social predominantes, que por sua vez são diretamente influenciados pelo contexto social, cultural e econômico do território.

Desse modo, a perspectiva territorial incorporada pelo SUAS, a partir de 2005, representa uma mudança significativa na compreensão do território, passando a ser concebido como elemento orientador da PSB no âmbito dos CRAS. Tal perspectiva visa à universalização da cobertura dos serviços socioassistenciais e à superação das desigualdades sociais, promovendo o acesso da população aos bens e serviços das políticas públicas.

Ao adotar o princípio da territorialização, a instalação dos Cras deve ocorrer em sintonia com a realidade onde o cidadão vive, no seu espaço de luta pela vida e no qual se expressam necessidades sociais e conflitos, mas também se exercitam solidariedades, o que exige o conhecimento da dinâmica socioterritorial, das relações sociais, das condições concretas de vida das famílias e dos recursos com os quais contam (Couto; Yazbek; Raichelis, 2017, p. 208).

Nesta concepção, a gestão do CRAS a partir do território busca promover uma atuação preventiva, consolidando-se a principal unidade pública de proteção básica e referência para a população local, bem como para os serviços das políticas intersetoriais. “Contudo, o desafio está em intensificar o papel emancipatório que os profissionais têm e são responsáveis, para com a política e seus usuários” (Couto; Yazbek; Raichelis, 2017, p. 258).

É importante destacar que, nessa relação entre CRAS e território, situam-se também os profissionais do SUAS, que desempenham papel fundamental na execução da proteção social nos territórios. Conforme reforçam Couto; Yazbek e Raichelis (2017, p. 259), a “definição dos papéis e finalidades tanto dos profissionais como da política também passa a ser considerado um avanço para a Assistência Social”. Entretanto, nota-se que o quadro mínimo de recursos humanos nesses equipamentos muitas vezes permanece incompleto, o que gera lacunas na execução dos serviços destinados à população.

Dessa forma, torna-se imprescindível que o PMAS dos municípios estabeleça, de forma clara e organizada, o planejamento das ações da PAS, bem como os recursos necessários para sua execução, garantindo a oferta adequada de bens, serviços e benefícios socioassistenciais à população.

Quando se volta o olhar para a Amazônia, considera-se que:

A realidade territorial da Amazônia desafia as políticas públicas de chegar às localidades mais longínquas, sendo dispendioso o deslocamento para acessá-las em determinadas áreas que disponibilizem os serviços públicos. Desse modo, torna-se necessário um olhar diferenciado para as desigualdades regionais, com abordagens, intervenções e políticas públicas de acordo com a realidade local e as especificidades regionais (Rolim, 2024, p. 3).

Para a autora, os investimentos em metodologias inovadoras são necessários na realidade amazônica, uma vez que mapear as vulnerabilidades e os riscos sociais nesse território constitui um grande desafio devido às condições geográficas, edáficas e à própria diversidade regional. Porém, enfrentar tais desafios e possibilitar a criação de estratégias que ampliem a inclusão social e o acesso da população às políticas públicas é uma demanda urgente.

Rolim (2024, p. 3) ainda considera que:

(...) a instalação de modelos de CRAS e demais ações itinerantes é cada vez mais necessário no ambiente amazônico frente às necessidades e demandas sociais apresentadas, principalmente onde a proteção social não chega. Nesse sentido, dirigir o olhar às vulnerabilidades e necessidades dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros povos que vivem na floresta, requer investimentos em pesquisas para a construção de uma vigilância socioassistencial efetiva, para assim desenhar a oferta de serviços adequados e atendimento de suas demandas.

Nesse contexto, torna-se urgente a construção de instrumentos de gestão regional de um SUAS amazônico, capazes de qualificar diagnósticos locais e regionais e subsidiar metodologias de intervenção social mais adequadas às especificidades da região, especialmente no atendimento a povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais populações tradicionais. Nesse sentido, destacam-se as contribuições de Ribeiro, uma referência nos estudos sobre a PAS voltada aos povos tradicionais na Amazônia.

A tese de Ribeiro (2023), intitulada *“Eu vou arriscando o último palito de fósforo: Movimento Indígena e Quilombola e a Política de Assistência Social no Ambiente Rural da Amazônia”*, analisa a relação entre povos indígenas, quilombolas e a PAS, destacando os desafios de sua implementação em territórios rurais amazônicos. O autor evidencia que essas populações enfrentam vulnerabilidades intensificadas pela exclusão histórica, pela precarização das condições de vida, pela infraestrutura limitada e pela insuficiência da presença estatal, fatores que dificultam o acesso à PSB.

Para o autor, a PAS perde efetividade na Amazônia quando é aplicada de forma padronizada, sem considerar a diversidade étnica, cultural e territorial da região. Por isso, defende que o SUAS adote estratégias intersetoriais e alinhadas às realidades locais, garantindo atendimento equitativo, respeito às especificidades das comunidades tradicionais e fortalecimento de sua autonomia.

Ribeiro (2023) destaca que indígenas e quilombolas devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos coletivos, com serviços que respeitem suas identidades e modos de vida, articulados aos seus territórios. Para o autor, o território é elemento central na reprodução social dessas populações, e as desigualdades produzidas pela sociedade capitalista dificultam a

universalização da proteção social e ampliam as disparidades regionais. Portanto, a PAS na Amazônia deve reconhecer a diversidade de povos – incluindo ribeirinhos – e ser territorializada, a fim de oferecer uma proteção social justa e adequada à realidade local.

No que tange à regionalidade e à diversidade, passou-se a compreender que o país é heterogêneo quanto a questões culturais, territoriais, geográficas e ambientais. Somente agindo nas capilaridades em confronto com o real é que a Política poderá atender a diversidade de povos e comunidades tradicionais das diversas regiões. (Ribeiro, 2023, p. 141).

Para o autor, só será possível atender de forma efetiva a diversidade de povos e comunidades tradicionais se as políticas forem territorializadas, ou seja, adaptadas às realidades específicas de cada região, em vez de modelos generalizados.

Nesse sentido, Ribeiro (2023) aponta uma distância entre os direitos assegurados na legislação e o acesso efetivo dos povos originários e tradicionais à PAS na Amazônia. Embora reconhecidos como público prioritário do SUAS, esses grupos ainda enfrentam invisibilidade, oferta limitada de serviços e ausência de equipes preparadas para atender suas especificidades socioculturais. Essa realidade é agravada pela precarização dos territórios, exigindo investimentos adequados, infraestrutura compatível com o contexto amazônico e estratégias capazes de enfrentar desigualdades regionais e desafios logísticos.

O autor amplia sua discussão, afirmando que:

(...) a realidade territorial, geográfica e cultural da Amazônia, com destaque para os municípios do Estado do Amazonas, pois a mobilidade dos povos da região ocorre, em sua maioria, por via fluvial e, considerando os ecossistemas e o movimento das águas, é sobremaneira atingida pela avalanche neoliberal e conservadora que tem fomentado os cortes orçamentários para as políticas sociais sob a justificativa de ajustes fiscais. Tal fato desafia o trabalho desenvolvido no âmbito do SUAS (Ribeiro, 2023, p.144)

Nesse sentido, o autor evidencia que os desafios ao acesso às políticas sociais não decorrem apenas das condições geográficas da região, mas também de decisões políticas e econômicas que reduzem investimentos públicos, agravando desigualdades já existentes e impondo maiores limites à atuação do SUAS.

Partindo dessa análise, Ribeiro (2023) reforça que a efetividade da PAS depende do diálogo com as realidades locais, do respeito à territorialidade e da construção de práticas que promovam dignidade, autonomia e direitos dessas populações. Para o autor, a proteção social na Amazônia só será eficaz se for territorializada, contar com recursos adequados e reconhecer

as especificidades culturais, ambientais e logísticas da região, evitando soluções padronizadas que não atendam às necessidades reais das comunidades.

A partir dessa compreensão, Ribeiro (2023, p. 148) aprofunda suas reflexões ao afirmar que:

O avanço neste âmbito, possivelmente, ocorrerá quando a participação de representantes de povos e comunidades tradicionais for mais ampla e com participantes vindos do território de origem, da realidade concreta, do chão onde delineiam-se suas necessidades sociais. Já é hora de desconstruir os (pré) conceitos sobre os segmentos de usuários da PAS e construir caminhos que considerem a questão étnico-racial como elemento de totalidade na gestão da Política.

Ainda nessa perspectiva, o autor prossegue seu discurso, afirmando a necessidade de:

Apontar possibilidades de uma Política de Assistência Social que, para além da retórica já construída, possa se efetivar considerando, concretamente, a realidade regional do Brasil, em especial do mundo rural amazônico, a saber, a diversidade de povos, etnias, culturas, diferenças, geografias, além das questões ambientais e territoriais (Ribeiro, 2023, p. 160).

Conclui-se, a partir dos estudos do autor, que a PAS precisa ser implementada com maior efetividade na Amazônia rural, considerando sua diversidade sociocultural e territorial e reconhecendo a pluralidade de povos e modos de vida presentes na região. Nesse contexto, o PMAS torna-se instrumento essencial para orientar a execução da PAS nos municípios, permitindo que os serviços sejam planejados e ofertados de acordo com as particularidades de cada território.

### **2.3 Plano Municipal da Assistência Social do município de Careiro Castanho/AM: expressões da proteção social local**

O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)<sup>10</sup>, no âmbito do SUAS, representa um documento de grande importância para o planejamento das ações dos municípios de cada região do país, com vigência de quatro anos, sendo também denominado Plano Quadrienal. Esse instrumento permite aos gestores e às equipes de referências das unidades de assistência social

---

<sup>10</sup> No nível municipal, o planejamento deve considerar as competências próprias, como a execução dos serviços, dos programas e dos projetos de enfrentamento à pobreza; a concessão dos benefícios; a inserção em mecanismos de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional; (...) dentre outros (Cartilha Plano Municipal de Assistência Social: passo a passo para o planejamento local, 2025).

de cada município definirem prioridades, metas e estratégias para a execução da proteção social no território, buscando assegurar os direitos socioassistenciais da população.

O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS/2004 na perspectiva do SUAS. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo (PNAS, 2004, p. 9).

Dessa maneira, o PMAS não se configura apenas como um documento burocrático, mas como um instrumento estratégico que orienta a implementação da PNAS deve ser colocada em prática dentro do SUAS. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da PAS em cada esfera de governo, devendo posteriormente ser submetida à apreciação e aprovação do Conselho de Assistência Social.

Esse processo assegura que a construção e a execução do plano não se constituam em decisões isoladas do poder público, mas em uma prática pautada nos princípios da participação social e da gestão democrática. Nesse sentido, a sociedade civil, por meio dos conselhos, possui voz e poder deliberativo, configurando o PMAS como uma ferramenta que direciona as ações da assistência social, devendo ser elaborado de forma planejada, participativa e transparente.

Diante da necessidade de se estabelecer procedimentos sistemáticos de planejamento da gestão pública, o PMAS é elaborado com base nas diretrizes legais da LOAS (Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993), e reafirmadas pelo SUAS.

Nesse contexto, a LOAS estabelece a obrigatoriedade de elaboração do PMAS, assegurando que as ações sejam planejadas com base em diagnósticos da realidade social e submetidas a processos contínuos de monitoramento e avaliação. Essa abordagem garante maior transparência, eficiência e efetividade na gestão da política pública, possibilitando ajustes constantes e fortalecendo os direitos socioassistenciais.

O artigo 30, inciso III, da LOAS determina que:

Municípios, Estados e o Distrito Federal instituem o PMAS como condição para receber recursos de responsabilidade da União. Além disso, é essencial que o plano esteja articulado com o Plano Plurianual (PPA), o Plano de Ação do SUAS e os relatórios de gestão e pactuações desenvolvidos no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), garantindo integração, planejamento e eficiência na execução das políticas de assistência social.

Assim, a partir da LOAS, a elaboração de planos de assistência social passou a ser uma exigência legal, juntamente com a criação de conselhos e fundos de assistência social, como condição para que Municípios, Estados e o Distrito Federal pudessem receber repasses de

recursos federais. Esses planos deveriam ser apresentados e aprovados pelos conselhos de Assistência Social, garantindo participação da sociedade. Apesar de representar um avanço ao incorporar o planejamento na PAS, esse processo enfrentou dificuldades políticas e técnicas e uma compreensão ainda limitada sobre sua importância.

Com a LOAS a exigência de elaboração de planos foi condição, junto com a criação de conselhos e fundos, para que municípios, estados e o Distrito Federal pudessem receber repasses de recursos federais. Esses planos foram elaborados anualmente e apresentados e aprovados nos conselhos de assistência social. Inaugurou-se assim a incorporação do planejamento na política de assistência social, apesar das dificuldades políticas e técnicas para sua elaboração e de uma compreensão restrita de sua importância e significados (Brasil, 2008, p. 15).

Nesse sentido, o primeiro passo para a elaboração do PMAS baseia-se na estrutura organizacional definida pelas resoluções do CNAS e pela NOB/SUAS 2012, iniciando-se pela construção do Diagnóstico Socioterritorial<sup>11</sup>. Esse diagnóstico tem como finalidade identificar vulnerabilidades, demandas e potencialidades presentes nos territórios, orientando o planejamento e a execução das ações da assistência social.

A partir das informações obtidas nesse diagnóstico e dos dados gerais do município, o PMAS estrutura-se contemplando a caracterização da rede de assistência social, a definição de objetivos gerais e específicos, as diretrizes e prioridades deliberadas, bem como as ações estratégicas necessárias para sua implementação. Além disso, o plano estabelece metas, identifica os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários, define os mecanismos e fontes de financiamento, delimita a cobertura da rede prestadora de serviços, prevê os processos de monitoramento e avaliação e determina o período de execução das ações.

Dessa forma, torna-se primordial que os objetivos, metas e ações propostas no PMAS estejam claramente definidos, possibilitando o recebimento dos recursos federais e estaduais e garantindo condições para a oferta e continuidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Nesse sentido, o planejamento técnico e financeiro torna-se elemento essencial para assegurar o acesso da população aos direitos socioassistenciais, considerando as necessidades locais e as especificidades territoriais.

Nesse sentido, Yazbek (2008, p. 95) afirma que:

---

<sup>11</sup> É um instrumental de grande relevância para subsidiar e fundamentar ações estratégicas na política de assistência social, de forma preventiva e proativa, em cada esfera de governo e demais processos de planejamento e avaliação. A implantação de serviços socioassistenciais na perspectiva regional deve partir do conhecimento da realidade local, das necessidades do território, sendo fundamentada em diagnóstico socioterritorial conforme orienta a NOB/SUAS (2012).

Sem dúvida, uma mudança substantiva na concepção da assistência social, um avanço que permite sua passagem do assistencialismo e de sua tradição de não política para o campo da política pública. Para a implementação dessa mudança fundamental, a Assistência Social não pode ser pensada isoladamente, mas na relação com outras políticas sociais e em conformidade com seu marco legal no qual está garantida a descentralização com a primazia do Estado, o comando único em cada esfera governamental e a gestão compartilhada com a sociedade civil pelos Conselhos, Conferências e Fóruns, em seu planejamento e controle.

Desse modo, a partir desses marcos legais, a assistência social passou a ser compreendida como uma política pública estruturada, articulada com outras áreas sociais, descentralizada e conduzida sob a responsabilidade do Estado, com gestão compartilhada com a sociedade civil. Esse processo contribuiu para fortalecer o planejamento, o controle social, a transparência e a efetividade das ações voltadas à proteção social. Portanto, o PMAS representa um avanço na efetivação dos direitos socioassistenciais, ao possibilitar o planejamento estratégico das ações da política de assistência social nos territórios.

Nessa perspectiva, apoiado nos marcos legais que estruturam a PAS a partir da Constituição Federal de 1988, este estudo apresenta o PMAS do município de Careiro Castanho, referente ao período de 2022 a 2025, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), localizada no Estado do Amazonas, região Norte do Brasil. A execução das ações previstas no plano ocorre, principalmente, por meio do CRAS, uma das principais unidades responsáveis pela implementação do PMAS no território, especialmente no âmbito da PSB, voltada ao atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

O PMAS 2022 a 2025 de Careiro Castanho tem a tarefa de assimilar e traduzir os avanços e entraves ocorridos nos últimos 4 anos no cenário nacional, estadual e municipal da Política de Assistência Social, ordenando e projetando o município à processos e resultados mais eficientes, eficazes e efetivos para o próximo quadriênio (Careiro Castanho, PMAS, 2022/2025, p. 4).

O referido documento traça como objetivo:

Assimilar e traduzir os avanços e entraves ocorridos nos últimos 4 anos no cenário nacional, estadual e municipal da Política de Assistência Social, ordenando e projetando o município à processos e resultados mais eficientes, eficazes e efetivos para o próximo quadriênio (Careiro Castanho, PMAS, 2022-2025, p. 4).

Dessa maneira, o PMAS (2022-2025) fornece as diretrizes e o planejamento que orientam a atuação do CRAS a nível municipal, garantindo que suas ações estejam alinhadas às necessidades da população e às prioridades estabelecidas pelo município. Para isso, o plano

deve ser construído de forma coletiva e qualificada, fundamentado no diagnóstico socioterritorial, na pactuação institucional e na escuta da rede socioassistencial presente no território onde a unidade está inserida.

Portanto, o município de Careiro Castanho:

É uma das cidades no Estado do Amazonas que entrou no processo de adequação aos princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS na implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Atualmente o município conseguiu atingir no seu território a cobertura pelo SUAS. Para além das questões históricas destaca a possibilidade de ter sobre a Política de Assistência Social do Careiro um “novo olhar” para além da zona urbana do município a partir da implantação de um CRAS rural (Careiro Castanho, PMAS 2022-2025, p. 13).

Nessa conjuntura, o PMAS (2022-2025) do município de Careiro Castanho foi elaborado dentro de um processo amplo e contínuo de planejamento governamental, estruturando suas ações, objetivos, metas e prioridades a partir dos parâmetros estabelecidos pela PNAS e das orientações do CNAS. Porém, o documento aponta que “é notório que o SUAS trouxe nova direção para a Assistência Social, mas ainda não foi capaz de modificar por completo a cultura política do município, que ainda apresenta fortes traços assistencialistas e conservadores” (Careiro Castanho, PMAS, 2022-2025, p. 13).

Essa contradição revela que embora haja avanços institucionais importantes, como a consolidação do SUAS no município, ainda se observam traços de uma cultura política local marcada por práticas assistencialistas e conservadoras, que podem comprometer a efetividade da PAS. Assim, mesmo diante da existência de planos, diagnósticos e diretrizes, práticas políticas historicamente enraizadas podem dificultar a consolidação de uma perspectiva baseada na garantia de direitos sociais.

Nesse contexto, alinhado às normas previstas para o planejamento do PMAS, a Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Careiro Castanho elaborou seu PMAS com base no diagnóstico socioterritorial da região, buscando considerar as especificidades da realidade local.

De acordo com o documento:

A Assistência Social no Careiro na atualidade ganhou um novo formato após a implementação do SUAS, ainda que num processo lento. Inegavelmente, se constituiu como um avanço no que tange a Política de Assistência Social, porém sua efetivação depende de condições econômicas e políticas ideais não propiciados pela maioria dos municípios e no Careiro não é diferente (Careiro Castanho, PMAS, 2022-2025, p.13).

Dentre as estratégias previstas para o alcance das metas e objetivos estabelecidos, o plano prevê a ampliação e qualificação dos CRAS, a realização de atividades socioeducativas e o apoio direto às famílias em situação de vulnerabilidade social, além da articulação com outras políticas públicas, como saúde, educação e habitação, reconhecendo a importância da integração intersetorial.

Nesse contexto, os dados do PMAS indicam uma expressiva presença de moradores na zona rural do município, o que influencia diretamente a dinâmica territorial, especialmente no acesso a serviços públicos, na infraestrutura e nas atividades econômicas, contribuindo para orientar o planejamento, o monitoramento e a revisão das ações propostas.

A partir desse cenário, o PMAS destaca que:

No município ainda é perceptível a falta de infraestrutura, equipagem adequada, regulação da política a nível municipal e sobretudo, o reconhecimento do gestor maior como uma política pública que merece a mesma atenção da saúde, educação e obras (Careiro Castanho, PMAS, 2022-2025, p. 14).

Esse diagnóstico evidencia fragilidades estruturais que comprometem a efetividade da PAS no município, demonstrando que, apesar dos avanços institucionais garantidos pelo SUAS, a política ainda ocupa um espaço secundário quando comparada a outras áreas como saúde, educação e obras.

O PMAS (2022–2025) prevê a ampliação da cobertura e qualificação dos atendimentos, o fortalecimento da intersetorialidade e a expansão das equipes volantes do CRAS junto a povos e comunidades ribeirinhas, além do reforço das unidades socioassistenciais com equipes técnicas de referência. Entretanto, embora essas equipes tenham como finalidade atuar em territórios extensos, isolados e de difícil acesso (Resolução CIT nº 6/2011), o documento indica que o atendimento ocorre majoritariamente na área urbana, em razão de limitações orçamentárias, o que compromete o alcance das comunidades ribeirinhas ao longo dos rios.

Essas equipes fazem o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza, que residam em comunidades ribeirinhas e pantaneiras, cujo acesso se dá exclusivamente por meio de embarcações. Além dos atendimentos, as lanchas contribuem para a realização da estratégia de busca ativa para localizar pessoas extremamente pobres ainda não inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Atualmente, a lancha da Assistência Social do município encontra-se sem funcionalidade tendo em vista faltar manutenção, ou seja, repasse de recurso para prover consertos necessários (Careiro Castanho, PMAS 2022-2025, p. 19).

Destaca-se que o PMAS de Careiro Castanho (2022–2025) estabelece diretrizes para a PSB, orientando ações voltadas à promoção social e à melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade no município. O documento reforça a garantia de acesso universal e contínuo a serviços, programas e benefícios socioassistenciais, consolidando a PSB como prioridade estratégica.

Nesse âmbito, estão previstos serviços como o PAIF, o SCFV, o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, o Centro de Convivência do Idoso, além de ações como Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Programa Criança Feliz, Segurança Alimentar e Nutricional, atendimento do BPC para idosos e pessoas com deficiência e benefícios eventuais.

Outro ponto destacado no plano refere-se à participação social e ao controle social, com os seguintes objetivos:

- 1) Democratizar a gestão;
- 2) Conscientizar os usuários, quanto a importância da participação no Conselho Municipal de Assistência Social;
- 3) Esclarecer acerca da competência dos conselheiros na intervenção da Política de Assistência Social no município;
- 4) Garantir junto aos usuários a divulgação dos direitos socioassistenciais das formas institucionalizadas de exercício do controle social, assegurando maior transparência e ampliação da divulgação de todos os serviços nas unidades governamentais e não governamentais (Público, privado e filantrópico)
- 5) Monitorar, avaliar e fiscalizar o controle e a avaliação da qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pelo SUAS (Careiro Castanho, PMAS, 2022-2025, p. 33).

Apesar do plano buscar aproximar a PAS de seu público prioritário, ampliando a cobertura por meio do fortalecimento dos serviços do CRAS. Contudo, sua efetivação depende da superação de entraves estruturais, como limitações de infraestrutura e de recursos. Nesse cenário, na realidade ribeirinha de Careiro Castanho, esses desafios se intensificam, uma vez que fatores territoriais, logísticos e socioambientais dificultam o acesso à PSB, evidenciando o risco de que o planejamento permaneça restrito ao nível formal, com impactos limitados na consolidação da proteção social no território.

Diante disso, o próximo capítulo aprofunda essa discussão ao analisar o acesso à PSB da Assistência Social na realidade ribeirinha do município de Careiro Castanho/AM, evidenciando como tais condicionantes se materializam no cotidiano das famílias e na efetivação dos serviços socioassistenciais.

### **CAPÍTULO III – O ACESSO À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REALIDADE RIBEIRINHA DO MUNICÍPIO DE CAREIRO CASTANHO/AM**

*Compreender as especificidades territoriais é fundamental para efetivar políticas sociais que alcancem verdadeiramente as populações tradicionais da Amazônia (Scherer, 2024).*

Este capítulo analisa os resultados da pesquisa de campo sobre o acesso de famílias ribeirinhas da Comunidade Maria de Nazaré à proteção social básica da Assistência Social no município de Careiro Castanho/AM. A análise considera as especificidades territoriais, geográficas e institucionais da região, bem como os desafios relacionados ao acesso aos serviços socioassistenciais, os percursos realizados pelas famílias até o CRAS, as dificuldades de deslocamento, a sazonalidade<sup>12</sup> dos rios e os impactos das mudanças climáticas, bem como as estratégias adotadas para enfrentar essas limitações e garantir o acesso da população ribeirinha à proteção social.

Assim, compreender as condições de acesso dos povos ribeirinhos à PSB no município de Careiro Castanho torna-se fundamental para o aprimoramento da gestão e da oferta dos serviços socioassistenciais, contribuindo para a formulação de estratégias mais consistentes, territorializadas e efetivas de proteção social, capazes de responder às particularidades regionais e fortalecer a garantia de direitos sociais.

Dessa forma, este capítulo está estruturado da seguinte forma: 3.1 Conhecendo o CRAS do município de Careiro Castanho: a realidade institucional na oferta dos serviços às comunidades ribeirinhas e as demandas dos usuários da comunidade Maria de Nazaré; 3.2 As peculiaridades que se apresentam no caminho, formas e condições de acesso das famílias ribeirinhas da comunidade Maria de Nazaré aos serviços do CRAS Careiro Castanho; 3.3 A percepção da equipe técnica e coordenadora do CRAS sobre os desafios das mudanças climáticas na região para a execução da Política de Assistência Social; e 3.4 Os impactos das mudanças climáticas na região sob o olhar das famílias da comunidade Maria de Nazaré.

---

<sup>12</sup> O regime sazonal dos rios amazônicos condiciona mobilidade, atividades produtivas e organização social das populações ribeirinhas (Benchimol, 1999).

### **3.1 Conhecendo o CRAS do município de Careiro Castanho: a realidade institucional na oferta dos serviços às comunidades ribeirinhas e as demandas dos usuários da comunidade Maria de Nazaré**

Esta seção apresenta o CRAS do município de Careiro Castanho, destacando sua organização e funcionamento diante das particularidades do território amazônico, tais como a dispersão populacional, as vulnerabilidades sociais, os meios de transporte disponíveis e a sazonalidade dos rios, fatores que impactam diretamente a cobertura e a regularidade dos serviços da PSB. Nesse contexto, a PAS em territórios ribeirinhos exige considerar tanto a estrutura institucional quanto as demandas das populações atendidas.

No presente estudo, essa discussão é situada na realidade amazônica, sobretudo no contexto rural, em que o fator amazônico se apresenta como elemento central para o fortalecimento da Assistência Social enquanto estratégia fundamental de efetivação da proteção social. Para Teixeira (2013, p. 190), “o fator amazônico<sup>13</sup> evidencia os desafios específicos da assistência social na região, relacionados a territórios extensos, populações ribeirinhas e sazonalidade dos rios, tornando a operacionalização do SUAS mais complexa”. Desse modo, as políticas públicas elaboradas para a região precisam considerar esse fator, principalmente no que se refere à definição de recursos orçamentários adequados.

Nessa perspectiva, Yazbek (2012) ressalta que a PAS enfrenta limites estruturais em territórios marcados por profundas desigualdades, como os amazônicos, onde a precariedade de infraestrutura, as especificidades geográficas e os elevados custos logísticos comprometem a presença contínua do CRAS e a cobertura dos serviços da PSB.

Assim, compreende-se que a consideração dos custos relacionados ao fator amazônico no planejamento orçamentário das políticas públicas, bem como das desigualdades estruturais produzidas pelo avanço do capital na região, constitui um dos caminhos para o fortalecimento do SUAS amazônico e para a ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.

Ao abordar a oferta de serviços e o atendimento às demandas da população, torna-se necessário refletir também sobre as condições de trabalho no SUAS. A precarização das relações de trabalho, marcada por contratos temporários, terceirizações e baixos salários,

---

<sup>13</sup> Para Campos (2013, p. 206), o fator amazônico apresenta como objetivo central explicitar demandas que são próprias da região e, ao mesmo tempo, explicitar-se enquanto uma complexidade socioeconômica e política com singularidades que não podem mais ser desdenhadas, sob pena de que as diferenças regionais aprofundem as desigualdades históricas que penalizam esta região.

compromete a estabilidade profissional e limita a capacidade das equipes de atuarem de forma proativa e territorializada na oferta dos serviços da PSB (Raichelis, 2011).

Inicialmente, apresenta-se uma síntese da equipe técnica do CRAS de Careiro Castanho, destacando o perfil formativo e o vínculo institucional dos profissionais, em conformidade com as normas do SUAS. Com o objetivo de preservar o anonimato dos participantes da pesquisa, estes são identificados apenas como responsável técnica (coordenadora) e técnicas 1 e 2 e técnico 3, por função e formação, conforme o quadro a seguir:

Quadro 4. Perfil profissional da Equipe Técnica do CRAS Careiro Castanho

| REFERÊNCIA          | CARGO / FUNÇÃO    | FORMAÇÃO ACADÊMICA         | VÍNCULO INSTITUCIONAL |
|---------------------|-------------------|----------------------------|-----------------------|
| Responsável Técnica | Coordenadora      | Superior em Serviço Social | Tempo determinado     |
| Técnica 1           | Assistente Social | Superior em Serviço Social | Tempo determinado     |
| Técnica 2           | Assistente Social | Superior em Serviço Social | Tempo determinado     |
| Técnico 3           | Psicólogo         | Superior em Psicologia     | Tempo determinado     |

Fonte: Elaborado pela autora com base na composição da equipe técnica da PSB no município de Careiro Castanho/Am.

O quadro 4 apresenta a composição mínima da equipe de referência técnica do CRAS, responsável pela execução da PSB, pela organização dos serviços e pelo acompanhamento das famílias. Essa equipe tem como finalidade assegurar o acompanhamento sistemático das famílias, ofertar serviços socioassistenciais qualificados e desenvolver ações de orientação, proteção e fortalecimento de vínculos, em consonância com as diretrizes do SUAS.

De acordo com a NOB-RH/SUAS (2006), a composição da equipe deve ser proporcional ao número de famílias atendidas, de modo a garantir capacidade operacional e qualidade na prestação dos serviços. Contudo, o que inicialmente se observa é que essa equipe mínima já não se mostra suficiente diante da grande demanda existente no município.

Nessa perspectiva, ao tratar sobre as equipes de referência, as Orientações Técnicas do CRAS determinam que:

Toda a equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos. A baixa rotatividade é fundamental para que se garanta a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertados no CRAS, bem como para potencializar o processo de formação permanente dos profissionais. Para municípios (ou DF) que estão estabelecendo vínculos de trabalho precários, como contratos particulares, terceirização, pregão, dentre outros, recomenda-se a adequação da contratação dos profissionais da equipe de referência dos CRAS ao disposto na NOB/RH. A seleção desses profissionais, se ainda não efetuada por meio de concurso público, deverá ser realizada mediante de processo seletivo regido pelos critérios da transparência, impessoalidade e capacidade técnica para o desenvolvimento das atribuições, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal (Brasil, Orientações Técnicas do CRAS, 2009, p. 61).

Na realidade do CRAS Careiro Castanho, os profissionais que atuam como técnicos de referência não possuem vínculo efetivo, sendo seus contratos com a Prefeitura Municipal de caráter temporário, conforme apontado no quadro anterior. Essa situação evidencia a precarização dos vínculos profissionais, dificultando a formação de equipes estáveis e comprometendo a capacidade de oferecer um atendimento contínuo, territorializado e de qualidade, conforme o que estabelece a normativa do SUAS.

Ao completar 20 anos em 2025 o SUAS precisa considerar:

(...) novas formas de regulação e gestão do trabalho e, certamente, a ampliação do número de trabalhadores com estabilidade funcional é condição essencial, ao lado de processos continuados de formação e qualificação a partir do ingresso via concurso público, definição de carreiras e de processos de avaliação e progressão, caracterização de perfis das equipes e dos serviços, além da remuneração compatível e segurança do trabalho (Couto; Yazbek; Raichelis, 2017, p. 87).

Seguindo a perspectiva das autoras supracitadas, a consolidação do SUAS também está condicionada à valorização do trabalho, por meio de vínculos estáveis, qualificação profissional e condições dignas de atuação, de modo a garantir atendimento qualificado aos usuários e garantir seus direitos com qualidade e compromisso ético-político. Compreende-se que a persistência da precarização do trabalho fragiliza a efetividade da política, ainda que as normativas reconheçam os trabalhadores como elemento central para a garantia dos direitos socioassistenciais (Brasil, Orientações Técnicas do CRAS, 2009).

Neste sentido, compreender a realidade do CRAS Careiro Castanho exige considerar tanto a atuação da equipe quanto os aspectos institucionais da unidade, que impactam diretamente a execução da PSB e a qualidade dos atendimentos ofertados. Assim, para a análise da realidade institucional na oferta dos serviços socioassistenciais no contexto ribeirinho e de suas demandas na PSB, foram utilizadas dimensões analíticas organizadas sob o olhar da equipe técnica e da coordenadora.

No que se refere à equipe técnica, buscou-se desvelar aspectos relacionados à infraestrutura e aos recursos financeiros, à oferta de serviços e à atuação profissional, às estratégias de inclusão territorial, ao planejamento institucional e à realização de ações itinerantes. Sob o olhar da coordenadora, buscou-se compreender sobre a gestão do trabalho, a cobertura territorial, os serviços ofertados, a estrutura e a organização institucional, os processos de territorialização e as estratégias de alcance das famílias, bem como as dificuldades na oferta dos serviços, o apoio técnico, a vigilância socioassistencial e a disponibilidade de recursos financeiros.

#### a) Infraestrutura e recursos financeiros

No que se refere à infraestrutura institucional do CRAS, é importante destacar que as instalações físicas, os equipamentos e os demais recursos necessários ao atendimento e à oferta dos serviços são fundamentais para garantir a qualidade das respostas aos usuários da PSB. Para o pleno funcionamento das atividades previstas no Plano Municipal de Assistência Social, todas as ações necessitam de investimento financeiro, ou seja, um orçamento compatível com a realidade local.

Durante a pesquisa de campo, observaram-se limitações no espaço físico da unidade, situação também enfatizada pela equipe técnica, conforme demonstram as falas a seguir:

O CRAS funciona em um prédio compartilhado, o que limita nossas ações. Há a necessidade de unidade própria(...). Os recursos são insuficientes. Não tem equipe volante específica, nós que executamos as ações quando necessária (Técnica 1, Pesquisa de Campo, 2025).

A estrutura física é satisfatória (nota 9), mas seria melhor com um espaço próprio, desvinculado da secretaria. Os materiais atendem às necessidades. Somos três técnicos de referência, embora um se divida com o Centro de Convivência do Idoso, ainda assim conseguimos atender às demandas (Técnica 2, Pesquisa de Campo 2025).

O CRAS funciona em estrutura compartilhada e limitada, não temos sala de escuta qualificada, e estamos aquém dos padrões ideais da PAS (...) embora haja previsão de uma nova unidade, ainda não data definida (Técnico 3, Pesquisa de Campo, 2025).

As falas da equipe técnica indicam limitações estruturais e operacionais do CRAS Careiro Castanho, que funciona em espaço compartilhado, sem salas específicas para atendimento e aquém dos padrões preconizados pela PAS. Apesar de os recursos materiais atenderem parcialmente às necessidades da unidade, a sobrecarga de trabalho da equipe e a ausência de equipe volante comprometem a qualidade e autonomia do serviço. Há consenso entre os profissionais quanto à necessidade de uma unidade própria, que possibilite ampliar e qualificar os atendimentos, evidenciando o descompasso entre normativas previstas e a realidade local.

O Caderno de Orientações Técnicas do CRAS (2009) estabelece um ideal normativo de funcionamento, no qual o espaço físico deve garantir condições adequadas de atendimento, privacidade, autonomia institucional e qualidade na oferta dos serviços socioassistenciais. Entretanto, no real concreto do CRAS de Careiro Castanho, observa-se que a unidade funciona em prédio da Prefeitura, compartilhado com setores administrativos, o que se distancia desse ideal. Essa configuração interfere na autonomia do serviço, compromete o sigilo profissional e impõe limites à qualidade do atendimento. Essa relação entre ideal e real evidencia a distância

entre as diretrizes do SUAS e as condições efetivas de implementação no território, especialmente em contextos ribeirinhos, onde as restrições estruturais e de recursos exigem constantes adaptações na execução da política.

Na imagem a seguir, visualiza-se o prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social onde funciona o CRAS Careiro Castanho.

Imagem 3. Secretaria Municipal de Assistência Social Careiro Castanho



Fonte: Registro fotográfico/arquivo próprio, (2025).

Constatou-se que o CRAS apresenta ausência de identificação externa visível, limitando-se a exibir apenas o nome da Secretaria Municipal de Assistência Social, o que compromete a visibilidade institucional e dificulta o acesso das famílias ao serviço, além de estar em desacordo com as diretrizes do SUAS. Verificou-se também a inexistência de sala de escuta qualificada e a realização dos atendimentos em mesas compartilhadas, práticas que comprometem a confidencialidade, a privacidade e a qualidade do atendimento individualizado.

Adicionalmente, a utilização de recepção coletiva para diferentes serviços contraria as Orientações Técnicas do CRAS (2009), impactando negativamente o acolhimento, a orientação individualizada e a efetividade das ações da Proteção Social Básica.

De acordo com Yazbek et al. (2013, p. 178):

Contando com espaços adequados, as equipes buscam direções metodológicas para o desenvolvimento do trabalho, enquanto espaços precários e improvisados tendem a acomodar a metodologia à ambiência limitada de trabalho, resultando, em muitas situações, na restrição do alcance quantitativo e qualitativo pretendido junto ao usuário.

Outra questão evidenciada nas falas da equipe técnica refere-se à insuficiência de recursos financeiros diante do aumento das demandas, sobretudo das famílias ribeirinhas, cujas vulnerabilidades são intensificadas pelas variações sazonais dos rios. Pereira et al. (2025) salientam que a sazonalidade fluvial e os eventos climáticos extremos limitam a mobilidade dessas comunidades, ampliando o isolamento social e dificultando o acesso aos serviços públicos, o que evidencia a interação entre fatores ambientais e desigualdades históricas na produção das vulnerabilidades.

Nesse contexto, destaca-se a fala do técnico 3, que expressa a insatisfação em relação ao orçamento disponível:

Em relação aos recursos financeiros para a execução dos serviços socioassistenciais, a gente percebe que ainda são insuficientes. A demanda das famílias é maior do que a oferta, principalmente nas áreas ribeirinhas, onde o acesso é mais difícil. Nem sempre temos disponíveis benefícios eventuais, como cestas básicas, kit natalidade e kits de higiene, e muitas vezes esse atendimento acaba sendo feito pela Defesa Civil. Por isso, entendo que são necessários mais investimentos para garantir melhores condições de atendimento e ampliar o alcance das ações do CRAS (Técnico 3, pesquisa de campo, 2025).

Cabe à União financiar as ações da PAS em todo o território nacional, contando também com o cofinanciamento estadual, municipal e do Distrito Federal, que compõem o orçamento para a execução das ações no âmbito do SUAS. Os recursos federais e estaduais devem ser transferidos diretamente para os Fundos Municipais de Assistência Social, garantindo a descentralização e a corresponsabilidade entre os entes federativos.

Entretanto, observa-se que, diante dos ditames neoliberais, os recursos destinados à operacionalização da PAS têm passado por constantes e significativas reduções, agravadas desde 2016, com a instituição da PEC/95<sup>14</sup>, e em seguida, dos novos ajustes fiscais voltados à contenção das despesas obrigatórias para cumprir o novo arcabouço fiscal, o que impactou na redução de orçamento para as políticas públicas, sobretudo para a Assistência Social, limitando e comprometendo a execução dos serviços da Proteção Social Básica e Especial dos Estados e Municípios.

Nesse sentido, o orçamento destinado à execução dos serviços da PSB mostra-se crucial, especialmente para acessar áreas de difícil acesso na Amazônia. Porém, os recursos para a Assistência Social frequentemente se revelam insuficientes para atender às especificidades territoriais da região, o que dificulta a continuidade e a ampliação dos serviços. Tal cenário

---

<sup>14</sup> Emenda Constitucional n. 95 de 15 de dezembro de 2016, Art. 106. Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros. Art. 107. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias (Brasil, 2016).

contribui para aprofundar as desigualdades sociais, uma vez que o orçamento disponível não contempla adequadamente as necessidades regionais e as particularidades do contexto amazônico.

#### b) Oferta de serviços e atuação da equipe técnica

Esta dimensão aborda a oferta dos serviços socioassistenciais, considerando a atuação da equipe técnica e a sua percepção quanto à quantidade e qualidade desses serviços, com ênfase no atendimento às famílias ribeirinhas frente às condições geográficas do território. Inclui, ainda, a análise da oferta de serviços particularizados e do acesso e inclusão territorial da PSB nas comunidades da região, conforme evidenciado nas falas da equipe técnica, a seguir:

Realizamos visitas domiciliares, ofertamos o PAIF e o SCFV voltados para crianças e idosos, concedemos benefícios eventuais, como cestas básicas e kit natalidade, orientamos sobre BPC e realizamos encaminhamentos para emissão de documentos civis em articulação com outras secretarias, além de atendimentos por demanda espontânea. Apesar disso, a atuação da equipe é limitada, especialmente nas áreas ribeirinhas, onde a vulnerabilidade é maior e o acesso aos serviços é dificultado por distâncias, transportes e condições precárias dos ramais(...)O atendimento nessas comunidades ocorre principalmente por meio de ações pontuais da equipe, sem diferenciação de atendimentos as famílias ribeirinhas. E como alternativa, realizamos atendimentos remotos a essas famílias através de ligações e mensagens. Contudo, a internet nem sempre colabora (Técnica 1, Pesquisa de Campo 2025).

Executamos o PAIF e o SCFV voltados para crianças e idosos. Os serviços atualmente são suficientes, mas seria importante expandi-los para os distritos e comunidades ribeirinhas. Para aprimorar o atendimento às famílias dessas localidades, seria fundamental implementar pontos de apoio estratégicos nas comunidades ou designar uma pessoa focal, preferencialmente uma liderança local, responsável por identificar e registrar as necessidades das famílias e repassar ao CRAS(...) Ter esses registros permitiria ao CRAS planejar estratégias de atendimento mais eficazes e adequadas à realidade territorial e social das comunidades. Atualmente, no CRAS não existem serviços específicos ou atendimento diferenciado para as famílias ribeirinhas. O que realizamos são ações comunitárias de forma articulada com outras secretarias, mas sem oferta de serviços particularizados (Técnica 2, Pesquisa de Campo, 2025).

Atuo no Centro de Convivência do Idoso, no SCFV, e, quando necessário, realizo atendimentos de escuta no CRAS, de forma agendada. A quantidade e a qualidade dos serviços ainda são insuficientes, havendo necessidade de investimentos para garantir um atendimento mais abrangente e equitativo, sobretudo diante das longas distâncias, das secas e dos ramais precários. A oferta dos serviços socioassistenciais é regular, porém insuficiente para atender plenamente a população ribeirinha, sobretudo devido às dificuldades de acesso e às limitações estruturais. O ideal seria a criação de outra unidade em área rural para melhorar o acesso dessas famílias. Os atendimentos as famílias ribeirinhas ocorrem por demanda espontânea, elas se deslocam até o CRAS para receber atendimento, enquanto a atuação da equipe nas comunidades é rara, devido as dificuldades logísticas e à limitação de recursos. Quando ocorre é junto com outras secretarias (Técnico 3, Pesquisa de Campo, 2025).

A partir das respostas da equipe técnica, observa-se que a unidade realiza de forma sistemática os serviços centrais da PSB, como o PAIF e o SCFV voltados para crianças e idosos, além da concessão de benefícios eventuais, orientações sobre o BPC e encaminhamentos para a emissão de documentos civis. Contudo, a implementação desses serviços apresenta limitações significativas, especialmente no atendimento às famílias ribeirinhas, que enfrentam barreiras geográficas, longas distâncias, transporte fluvial precário e condições inadequadas dos ramais.

Outra limitação identificada diz respeito à não oferta do serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos, uma vez que nenhum dos técnicos fez referência à oferta desse serviço. Tal ausência evidencia lacunas na implementação da PSB e comprometendo a integralidade, a abrangência e a efetividade das ações socioassistenciais, mesmo diante das diretrizes estabelecidas pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), que prevê a prevenção de agravos e a garantia de acesso desses usuários aos serviços de convivência e à rede de proteção social.

A equipe técnica, de forma unânime, sinaliza que o atendimento às comunidades ribeirinhas ocorre de forma fragmentada, sem que haja serviços diferenciados ou particularizados voltados a essas famílias. As alternativas remotas, como atendimentos por ligações telefônicas ou por mensagens de WhatsApp, são utilizadas como estratégia para ampliar o acesso, porém sua efetividade é limitada pelas restrições de conectividade. Essa realidade revela que a adaptação das ações à dinâmica territorial ainda é insuficiente, configurando um desafio significativo, especialmente porque, se na área urbana já se enfrentam dificuldades de acesso, essas limitações se intensificam nas áreas rurais.

Esse contexto reforça a necessidade de investimento em tecnologias sociais inovadoras e estratégias inovadoras, alinhadas às dinâmicas territoriais e às limitações estruturais da região, capazes de ampliar a resolutividade das ações e assegurar a continuidade do atendimento mesmo diante de barreiras logísticas e climáticas.

Além disso, observa-se que a cobertura dos serviços se concentra predominantemente na sede do município, deixando lacunas expressivas nos distritos e nas comunidades ribeirinhas. A equipe técnica destaca a necessidade de expansão das ações do CRAS, seja por meio da criação de pontos de apoio estratégicos nas comunidades, da designação de pessoas focais locais ou da instalação de unidades adicionais em áreas rurais, medidas que poderiam fortalecer o planejamento, a organização e a efetividade da PSB.

Portanto, embora o CRAS execute as atividades centrais da PSB, a atuação da equipe é apresenta limitações quanto ao alcance, à frequência das ações e à continuidade do atendimento. Tais restrições evidenciam limites estruturais, logísticos e financeiros, além da insuficiência na

oferta de serviços especializados, o que compromete a integralidade, a equidade e a efetividade das ações socioassistenciais, especialmente para as famílias em contextos de maior vulnerabilidade territorial.

Acredita-se que na Amazônia os serviços precisam se particularizar conforme a vivência e demanda local. Deste modo, destaca-se os questionamentos de Teixeira (2013, p. 193) aos gestores: “Já existem os CRAS itinerantes e braços volantes dos CREAS em âmbito regional?”.

A autora complementa:

Os CRAS e os CREAS não podem se instituir como mônadas (unidades isoladas) nos espaços regionais, do contrário não darão conta das questões sociais estruturais. Pouco poderão fazer se não se constituírem como um conjunto de unidades que se apoiam mutuamente na região. Cabe à esfera estadual promover essa articulação em cada unidade da região (Teixeira, 2013, p. 193).

A crítica de Teixeira à atuação isolada dos CRAS e CREAS mostra-se especialmente pertinente, uma vez que estruturas fragmentadas tendem a ser insuficientes diante das demandas complexas das comunidades rurais e ribeirinhas. A ausência de uma rede socioassistencial efetivamente articulada, coordenada pelo Estado e sensível às especificidades territoriais limita a resposta às expressões particulares da questão social na região.

Nesse cenário, a ampliação do acesso contínuo e integrado aos serviços torna-se fundamental para evitar que a própria PAS contribua, ainda que de forma indireta, para a reprodução das desigualdades estruturais. Ademais, nota-se que a centralidade do atendimento às famílias ribeirinhas tem se concentrado no Cadastro Único, o que pode deslocar o foco das funções do CRAS e comprometer a integralidade das ações socioassistenciais da PSB, sendo necessário repensar estratégias de inclusão da PAS no território amazônico.

### c) Estratégias de inclusão territorial

Evidencia-se que as estratégias de inclusão territorial na Amazônia apresentam limites operacionais e institucionais, relacionados tanto às dificuldades logísticas quanto à insuficiência orçamentária diante das particularidades do território, conforme exposto na fala a seguir:

O que temos realizado enquanto estratégias tem se concentrado na realização de atendimentos itinerantes nas comunidades ribeirinhas mais próximas, de forma intersetorial e em parceria com outras secretarias, especialmente em situações emergenciais, como os períodos de seca. Nessas ocasiões, levamos cestas básicas, kit de higiene e água potável, considerando que muitas famílias passam a enfrentar insegurança alimentar. Contudo, essas ações ainda são pontuais, inclusive, neste ano participamos apenas de uma ação, devido às dificuldades relacionadas à distância e ao deslocamento às comunidades mais distantes (Técnica 1, Pesquisa de Campo, 2025).

Outra estratégia destacada refere-se à criação de pontos de apoio comunitários ou à atuação de uma pessoa focal, preferencialmente uma liderança local, responsável pela identificação e registro das demandas, conforme relatado pela técnica 2:

Buscamos a articulação intersetorial, com outras secretarias, geralmente com saúde, e a Defesa Civil para levar os serviços as comunidades mais distantes, geralmente em ações comunitárias, principalmente em período de calamidade (Técnica 2, Pesquisa de Campo, 2025).

O CRAS chega através das ações sociais com diversos serviços para as famílias junto com outras secretarias (Técnico 3, Pesquisa de Campo, 2025).

Dessa forma, embora existam alguns atendimentos itinerantes e articulações intersetoriais, a distância entre as comunidades, as limitações logísticas e a insuficiência de recursos reduzem a continuidade das ações e restringem o acesso das populações ribeirinhas à proteção social na Amazônia. Assim, a efetividade do CRAS depende do planejamento territorial, da adoção de estratégias adaptadas à realidade local e de financiamento adequado para garantir cobertura e acompanhamento contínuo.

Portanto, o atendimento às famílias ribeirinhas enfrenta desafios estruturais, territoriais e de planejamento. Destaca-se a necessidade de conhecer a realidade local, identificar demandas específicas e garantir acompanhamento contínuo, inclusive por meio de atendimentos remotos quando o deslocamento físico é dificultado pelas barreiras geográficas. A ausência de serviços descentralizados e instrumentos de registro limita a capacidade do CRAS de planejar ações adequadas e ampliar a efetividade do atendimento.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da Vigilância Socioassistencial, um dos pilares da gestão do SUAS, responsável pela produção de informações sobre vulnerabilidades, riscos, padrões de serviços, demandas, ofertas socioassistenciais e demais situações da realidade local.

Além disso, as restrições na execução de determinadas atividades refletem também a insuficiência de investimentos em políticas públicas, que impede a implementação plena das ações da PSB em áreas remotas. Dessa forma, a efetividade do CRAS junto às famílias ribeirinhas depende da articulação entre planejamento territorial, estratégias adaptadas e financiamento adequado, sem os quais a cobertura, o acompanhamento contínuo e a integralidade dos serviços permanecem comprometidos.

#### d) Planejamento institucional e ações itinerantes

Nessa dimensão, as falas da equipe técnica revelam diferentes concepções sobre o planejamento institucional e das ações itinerantes voltadas à ampliação da cobertura da PSB para as comunidades ribeirinhas.

Não tenho conhecimento de que o CRAS tenha ações previstas para estas localidades ano que vem, porque esse ano só conseguimos realizar uma chamada Prefeitura em ação, na comunidade de Tilheiros, com a secretaria de saúde e Defesa Civil (Técnica 1, Pesquisa de Campo, 2025).

O Plano de Ação do CRAS contempla novas ações voltadas aos distritos e comunidades ano que vem, com o objetivo de atender as demandas, e ampliar o acesso das famílias aos serviços socioassistenciais (Técnica 2, Pesquisa de Campo, 2025).

Sim, no plano do CRAS está previsto ações direcionadas às comunidades ribeirinhas (Técnico 3, Pesquisa de Campo, 2025).

As falas demonstram divergências quanto ao planejamento e à previsão de ações do CRAS para os distritos e comunidades ribeirinhas, evidenciando diferentes níveis de conhecimento e percepção sobre a operacionalização do plano de ação. Enquanto a Técnica 1 afirma não ter conhecimento de ações futuras nessas localidades, indicando possíveis deficiências na comunicação interna ou na integração da equipe, a Técnica 2 e o Técnico 3 confirmam que o plano de ação contempla ações direcionadas às comunidades ribeirinhas com o objetivo de identificar demandas e ampliar o acesso das famílias aos serviços socioassistenciais.

Essa divergência sugere que, embora existam instrumentos formais de planejamento, sua implementação e disseminação entre os membros da equipe ainda apresentam lacunas, o que pode comprometer a efetividade das ações itinerantes e a cobertura territorial do CRAS.

Portanto, a pesquisa evidencia que a existência de um plano formal não garante execução efetiva, sendo necessária maior articulação interna, comunicação e monitoramento das ações para assegurar que as estratégias previstas alcancem as comunidades ribeirinhas de forma contínua e planejada. Verifica-se também que a execução do previsto no Plano Municipal de Assistência Social encontra limitações relacionadas ao orçamento, ainda insuficiente diante das demandas da realidade amazônica.

Dessa forma, situar o SUAS na Amazônia implica reconhecer os desafios estruturais da PAS e as complexidades territoriais do município de Careiro Castanho, evidenciando a necessidade de investimentos, estratégias territorializadas e planejamento adequado para garantir maior efetividade das ações da PSB no território.

Nessa perspectiva, Rolim (2020, p. 77) expõe que:

(...) a partir da leitura do território, torna-se crucial adotar abordagens, intervenções e políticas públicas de acordo com parâmetros adaptados à realidade local. A política padrão, como é posta para todo o Brasil, precisa ser particularizada diante das diversas realidades no cenário local.

A reflexão de Rolim destaca a importância de estratégias territorializadas que articulem diretrizes nacionais às especificidades locais, garantindo maior adequação das políticas às demandas reais. Na assistência social, isso implica compreender o território como dimensão social, cultural e política que orienta a organização da proteção social e a construção de respostas mais efetivas às situações de vulnerabilidade.

Nessa perspectiva, a autora também aponta os limites de modelos padronizados que desconsideram as particularidades socioterritoriais, comprometendo a efetividade das intervenções. Tal questão torna-se ainda mais evidente no contexto amazônico, marcado por distâncias geográficas, dinâmicas socioambientais próprias e desigualdades históricas que afetam o acesso aos serviços e a efetivação das políticas sociais, exigindo estratégias diferenciadas para atender adequadamente os povos amazônicos.

Após a análise das percepções da equipe técnica e ampliando o debate sobre a realidade institucional do CRAS Careiro Castanho, o estudo buscou compreender a percepção da Coordenadora acerca dos aspectos estruturais da unidade e da execução dos serviços da Proteção Social Básica.

No que se refere à gestão do trabalho no âmbito do SUAS, a coordenadora indica que “a equipe atua nos serviços da PSB, e atende as famílias urbanas e rurais, garantindo a execução dos serviços socioassistenciais” (Coordenadora, Pesquisa de Campo, 2025). No entanto, tal avaliação desconsidera que o SUAS estabelece que a composição das equipes deve considerar a extensão territorial, as especificidades socioterritoriais e a complexidade das demandas sociais (Brasil, 2004), além da necessidade de ampliação da equipe técnica, que ainda se encontra em condição de equipe mínima.

Quanto à cobertura territorial, a coordenadora afirma que:

O CRAS ainda não dispõe de dados específicos sobre o número de famílias e comunidades ribeirinhas atendidas. Trabalhamos apenas com os indicadores do Registro Mensal de Atendimentos (RMA), nos quais constam 91 famílias acompanhadas pelo PAIF e 107 idosos vinculados ao SCFV (Coordenadora, Pesquisa de Campo, 2025).

A coordenadora evidencia limitações na produção e na territorialização das informações no âmbito da PSB, sobretudo quanto à identificação da população ribeirinha atendida. A ausência de dados específicos dificulta a leitura mais precisa das demandas territoriais, podendo

comprometer o planejamento, o monitoramento e a efetividade das ações socioassistenciais, além de indicar a necessidade de aprimorar instrumentos de acompanhamento, a fim de assegurar maior equidade na oferta dos serviços.

Em relação aos serviços ofertados, a coordenadora do CRAS destaca que: “executamos o PAIF, SCFV e o SPSBD” (Coordenadora, Pesquisa de Campo, 2025). Entretanto, verifica-se divergência em relação às informações apresentadas pela equipe técnica, que mencionou apenas a oferta do PAIF e do SCFV, o que sugere inconsistências quanto à execução e ao reconhecimento institucional dos serviços socioassistenciais desenvolvidos na unidade.

Dentre outras ações, a coordenadora informou que “a equipe participa de ações intersetoriais e do projeto ‘Prefeitura em Ação’, que alcança comunidades ribeirinhas como a do Tilheiros” (Coordenadora, Pesquisa de Campo, 2025). Todavia, a cobertura territorial ainda é restrita e o atendimento apresenta fragilidades na sistematização. Embora a iniciativa seja positiva, trata-se de uma ação pontual, que não garante a continuidade nem a integralidade dos serviços na realidade ribeirinha.

No que se refere à estrutura e organização, a coordenadora do CRAS reconhece limitações importantes, conforme relata: “Ainda não alcançamos os padrões preconizados, principalmente em função de limitações de infraestrutura e da necessidade de compartilhar o espaço com outros serviços” (Coordenadora, Pesquisa de Campo, 2025). Essa condição evidencia fragilidades estruturais e operacionais que tendem a impactar a qualidade dos serviços socioassistenciais, dificultar o acompanhamento familiar e limitar a integralidade do atendimento, sobretudo em contextos ribeirinhos marcados por maiores desafios territoriais e logísticos.

Sobre a territorialização e as estratégias de alcance, a coordenadora destaca a ausência de equipe exclusiva para o atendimento às comunidades ribeirinhas como a equipe volante, afirmando que “as ações nessas localidades são realizadas pela equipe de referência do CRAS, de forma esporádica, geralmente por meio de articulações com outras secretarias municipais” (Coordenadora, Pesquisa de Campo, 2025). Essa informação evidencia limites na organização territorial dos serviços, com repercussões na regularidade das ações e no acompanhamento contínuo das famílias ribeirinhas.

À luz da análise de Couto, Yazbek e Raichelis (2017), a ausência de equipes volantes, aliada à necessidade do transporte fluvial, compromete a continuidade e a regularidade do atendimento, revelando fragilidades estruturais e a inexistência de um planejamento territorial sistematizado. Essa dinâmica reforça vulnerabilidades históricas vivenciadas pelas populações

ribeirinhas e contraria os princípios de territorialização, universalidade e equidade que orientam o SUAS.

No que se refere as dificuldades na oferta dos serviços e ao apoio técnico, a coordenadora ressalta que “os principais entraves estão relacionados à distância e às limitações de transporte, sobretudo no período de seca dos rios”. Quanto ao apoio técnico, ocorre por meio da Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS) predominantemente de forma remota. As visitas técnicas presenciais ocorrem através de um calendário previamente definido, ou quando vamos em Manaus (Coordenadora, Pesquisa de Campo, 2025).

Nesse sentido, a pesquisa evidencia que a atuação do CRAS é profundamente condicionada por desafios logísticos e geográficos, especialmente pela predominância do transporte fluvial e pela distância em relação às comunidades ribeirinhas. A predominância do suporte técnico remoto expõe dificuldades estruturais e institucionais, indicando que as estratégias atualmente adotadas são insuficientes para assegurar a continuidade, a integralidade e a efetividade dos serviços socioassistenciais nos territórios amazônicos.

Em relação à Vigilância Socioassistencial<sup>15</sup>, a coordenadora destaca que “atualmente não temos, mas o serviço está em fase de estruturação, buscando integrar-se aos demais da PSB para monitorar e acompanhar famílias em vulnerabilidade” (Coordenadora, Pesquisa de Campo, 2025). A fala evidencia que a Vigilância Socioassistencial ainda enfrenta limitações na sistematização das informações e na efetividade do acompanhamento socioassistencial.

Nessa direção, é importante destacar que a Vigilância Socioassistencial consiste em:

Detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios (Brasil, Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, 2012, p. 9).

No contexto ribeirinho, a Vigilância Socioassistencial identifica e analisa as vulnerabilidades específicas das famílias, considerando desafios como isolamento territorial, dificuldade de acesso a serviços e limitações logísticas. Ao combinar dados estatísticos com o conhecimento das equipes que atuam diretamente nessas comunidades, busca orientar ações

---

<sup>15</sup> Refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (PNAS, 2004).

socioassistenciais contextualizadas e efetivas, capazes de atender às particularidades da vida ribeirinha.

Ao comentar sobre disponibilidade de recursos financeiros, a coordenadora destacou:

Os recursos são insuficientes, o que dificulta o atendimento mais amplo às comunidades ribeirinhas, principalmente em situações de calamidade, quando a demanda aumenta e não há cestas básicas nem kits de higiene suficientes para atender às necessidades do território. (Coordenadora, Pesquisa de Campo, 2025).

Do ponto de vista crítico, isso aponta para falhas na articulação entre planejamento, financiamento e gestão territorial, uma vez que a demanda das comunidades ribeirinhas é conhecida e recorrente, especialmente em períodos de seca ou cheia, que aumentam a vulnerabilidade social. A ausência de insumos e recursos logísticos não apenas limita a resposta emergencial, mas também mostra a necessidade de estratégias de contingência, planejamento prévio e priorização de investimentos públicos para garantir que a PSB cumpra efetivamente seu papel de proteção social em contextos de alta vulnerabilidade.

Em consonância com essa análise, Couto, Yazbek e Raichelis (2017) advertem que a efetividade da Política de Assistência Social na Amazônia somente ocorrerá quando houver um financiamento adequado e planejamento estratégico capaz de enfrentar e reduzir as profundas desigualdades territoriais. A ausência de planejamento territorializado e de estratégias adaptadas mantém desigualdades históricas, evidenciando a necessidade de fortalecer ações que considerem as condições concretas do território para garantir maior efetividade à proteção social.

Ao analisar as demandas das famílias participantes da pesquisa em relação à assistência social, destacam-se às relacionadas ao acesso e à permanência em programas sociais, especialmente o Bolsa Família, do qual muitas famílias dependem para garantir a segurança alimentar. Observa-se também a necessidade de orientações e apoio para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a pessoas idosas e com deficiência, bem como para a emissão da Carteira da Pessoa Idosa, ampliação do atendimento psicológico e orientação para a expedição de documentos civis.

Os relatos das famílias também indicaram a necessidade de maior proximidade da rede socioassistencial, sendo recorrente a sugestão de implementação de um CRAS próximo às comunidades ou, ao menos, a presença de equipes da assistência social em sua comunidade. As expressões dessas demandas dialogam com as discussões desenvolvidas ao longo dos capítulos acerca das particularidades amazônicas e da necessidade de implementação de estratégias como

o CRAS itinerante ou o CRAS rural e ribeirinho, que possibilitem ampliar o acesso aos serviços, benefícios e ações socioassistenciais.

Outra necessidade recorrente, que demanda atenção do poder público, mas não constitui competência direta da assistência social, refere-se ao acesso à água potável, questão que impacta diretamente a saúde e a qualidade de vida das famílias e devido a esta necessidade surgem a demanda às questões relacionada a área da saúde.

Ademais, surgiram demandas por ações preventivas e educativas relacionadas às queimadas, considerando episódios recentes de focos de incêndio enfrentados pela própria comunidade, muitas vezes controlados apenas com apoio solidário entre vizinhos, evidenciando vulnerabilidades ambientais e institucionais.

Sabe-se que tais demandas não fazem parte do rol de atendimento da assistência social, contudo, podem ser realizados encaminhamentos para os setores competentes, de modo a promover a intersetorialidade entre as políticas públicas.

Quando comparadas as ofertas dos serviços do CRAS com as demandas apresentadas pelas famílias da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré, observa-se que, embora o equipamento desempenhe papel fundamental na execução da PSB por meio do PAIF, SCVF, encaminhamentos, benefícios eventuais e orientação socioassistencial, persistem lacunas entre os serviços ofertados e as necessidades concretas das famílias ribeirinhas. Essas lacunas relacionam-se, sobretudo, à continuidade das ações, à articulação intersetorial com outras políticas públicas e à adequação das estratégias às particularidades territoriais ribeirinhas.

A efetividade das políticas sociais exige a intersetorialidade como princípio organizador das ações públicas, possibilitando respostas mais integrais às múltiplas dimensões da vulnerabilidade social (Sposati, 2006). A realidade observada na comunidade Maria de Nazaré confirma essa premissa, indicando a necessidade de estratégias mais territorializadas, contínuas e articuladas entre assistência social, saúde e demais políticas públicas, a fim de aproximar o plano institucional do cotidiano vivido pelas famílias.

Nesta relação entre a oferta e demanda, evidencia-se que a efetividade da proteção social depende não apenas da existência formal dos serviços, mas também da capacidade institucional de operacionalizá-los de forma territorializada, contínua e integrada a outras políticas públicas, considerando as especificidades geográficas, sociais e ambientais que marcam o contexto amazônico.

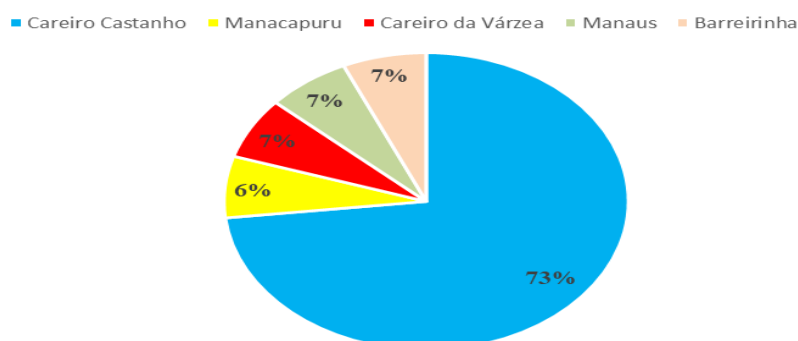
### 3.2 As peculiaridades que se apresentam no caminho, formas e condições de acesso das famílias ribeirinhas da comunidade Maria de Nazaré aos serviços do CRAS Careiro Castanho

Este item analisa o acesso das famílias ribeirinhas da comunidade Maria de Nazaré à assistência social em Careiro Castanho, considerando as questões geográficas, logísticas e socioeconômicas. Na realidade amazônica, longas distâncias, rios de difícil navegação e estradas precárias limitam o acesso a direitos e comprometem a efetividade da assistência social. Essas dificuldades evidenciam limites da PSB em territórios marcados por desigualdades socioterritoriais, bem como o distanciamento entre o que está previsto na PNAS (2004) e sua efetivação nos territórios amazônicos.

Dessa forma, as entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa permitiram compreender como as famílias ribeirinhas vivenciam os desafios próprios do contexto amazônico e das dinâmicas socioeconômicas contemporâneas. Nessa perspectiva, Chaves et al. (2023, p. 12) destacam que “as políticas públicas na Amazônia frequentemente desconsideram as especificidades socioculturais e territoriais das comunidades tradicionais, tornando-se, assim, distantes da realidade local”, o que evidencia a necessidade de incorporar tais particularidades na formulação e implementação das políticas sociais.

A partir da pesquisa de campo realizada com 15 famílias, buscou-se, inicialmente, identificar a naturalidade dos moradores da comunidade Maria de Nazaré, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 1. Distribuição percentual da naturalidade dos participantes



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A distribuição percentual demonstra que 73,3% dos participantes são naturais de Careiro Castanho, enquanto os demais municípios Manacapuru, Careiro da Várzea, Manaus e

Barreirinha representam 6,7% cada da amostra. Esse resultado indica forte predominância de sujeitos vinculados ao próprio território pesquisado.

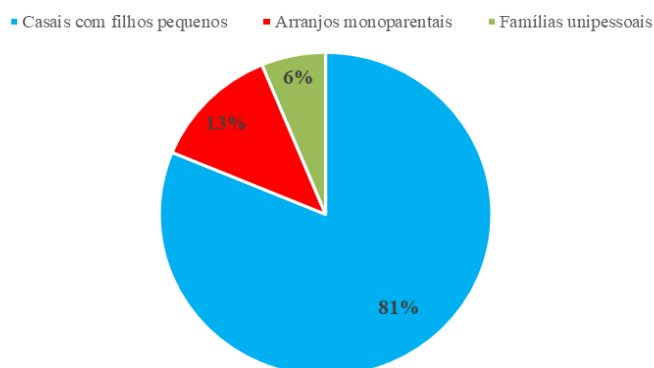
Observa-se, ainda, uma predominância feminina (86%) entre os participantes da pesquisa, refletindo a realidade do público atendido pelos serviços da PSB, nos quais as mulheres frequentemente assumem papel central no cuidado familiar e na interlocução com o CRAS, participando mais ativamente de atendimentos e programas socioassistenciais.

A predominância de mulheres expressa uma tendência estrutural da PAS, marcada pela centralidade feminina no acesso aos serviços socioassistenciais. Conforme analisa Yazbek (2018), são as mulheres, especialmente aquelas responsáveis pelo núcleo familiar, que historicamente assumem a mediação entre o Estado e a família, concentrando a busca por benefícios e serviços da assistência social.

As reflexões de Yazbek dialogam com a análise de Sposati (2004) ao evidenciar a centralidade das mulheres, especialmente aquelas responsáveis pelo núcleo familiar, na mediação entre Estado e família, especialmente no acesso a benefícios e serviços socioassistenciais. Nesse sentido, a autora destaca que “as famílias monoparentais femininas figuram entre os grupos mais expostos à pobreza e à exclusão social, o que reforça a necessidade de políticas públicas sensíveis às especificidades dessas configurações familiares” (Sposati, 2004, p. 52), reconhecendo tanto sua condição de maior vulnerabilidade quanto seu protagonismo na busca por proteção social.

No que tange à composição familiar das famílias ribeirinhas da comunidade Maria de Nazaré, o estudo revela o seguinte:

**Gráfico 2.** Composição familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

O gráfico 2 revelou que a maioria das famílias entrevistadas é composta por casais com filhos pequenos (81%), enquanto arranjos monoparentais (13%) e famílias unipessoais (6%)

aparecem de forma residual. Essa diversidade evidencia desigualdades sociais e diferentes desafios familiares, especialmente em contextos amazônicos, nos quais barreiras territoriais, socioeconômicas e de acesso a serviços aumentam a vulnerabilidade. Os dados reforçam a necessidade de políticas de assistência social que reconheçam a pluralidade das famílias, oferecendo apoio diferenciado conforme a configuração e as necessidades de cada arranjo familiar.

Essa configuração demonstra a pluralidade dos arranjos familiares e a necessidade de que as políticas de assistência social, especialmente as vinculadas ao CRAS e à PSB, considerem formas de organização familiar que nem sempre se encontram formalizadas juridicamente. Ignorar esses arranjos pode comprometer a cobertura da política, sobretudo em contextos amazônicos, nos quais barreiras geográficas, culturais e sociais moldam práticas familiares diversificadas. Assim, o reconhecimento dessas formas de convivência torna-se fundamental para garantir um atendimento adequado, equitativo e sensível à realidade das famílias estudadas.

Em síntese, a estrutura familiar encontrada na pesquisa evidencia tanto a continuidade dos padrões tradicionais quanto a presença de arranjos menos frequentes, mas socialmente relevantes, cuja identificação contribui para qualificar o diagnóstico socioterritorial e orientar respostas mais integradas, efetivas e contextualizadas às realidades locais.

A tabela abaixo apresenta a ocupação profissional e/ou atividade econômica dos sujeitos da pesquisa, fornecendo informações que permitem compreender melhor sua realidade de vida.

Tabela 4. Distribuição das famílias segundo ocupação profissional / atividade econômica

| <b>OCUPAÇÃO / ATIVIDADE ECONÔMICA</b>             | <b>Nº DE FAMÍLIAS</b> | <b>PERCENTUAL</b> |
|---------------------------------------------------|-----------------------|-------------------|
| Agricultura e pesca (setor primário)              | 13                    | 86,7%             |
| Trabalho formal (professora de Educação Infantil) | 2                     | 13,3%             |
| Total                                             | 15                    | 100%              |

Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A tabela demonstra que a grande maioria dos participantes (86,7%) declarou ter como principal fonte de sustento a agricultura e pesca, seja para a subsistência da família, seja para contribuir com as despesas familiares, caracterizando um perfil socioeconômico centrado no setor primário e altamente vulnerável a fatores ambientais e sazonais. Essa condição reforça a fragilidade econômica das famílias ribeirinhas, marcada por limitações no acesso a rendimentos estáveis e a direitos sociais vinculados ao trabalho formal.

A presença isolada de trabalho formal (13,3%), representada por duas professoras de Educação Infantil, evidencia a baixa diversificação ocupacional e a limitada formalização do trabalho na região, apontando para desigualdades estruturais e desafios à inclusão social. Esses dados indicam que políticas públicas precisam ir além da transferência de renda, promovendo apoio à formalização, à diversificação de atividades produtivas e à implementação de estratégias de proteção social adaptadas ao contexto amazônico, a fim de reduzir vulnerabilidades e fortalecer a resiliência das famílias.

Tabela 5. Distribuição das famílias ribeirinhas segundo a fonte de renda

| <b>FONTE DE RENDA / ATIVIDADE ECONÔMICA</b>                 | <b>Nº DE FAMÍLIAS</b> | <b>PERCENTUAL</b> |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------|
| Bolsa Família / Atividades informais de pesca e agricultura | 10                    | 73,3%             |
| BPC por idade                                               | 1                     | 6,7%              |
| Aposentadoria rural                                         | 2                     | 13,3%             |
| Trabalho formal como professora                             | 2                     | 6,7%              |
| Total                                                       | 15                    | 100%              |

Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Ao analisar a Tabela 5, verifica-se que 73,3% das famílias têm como principal fonte de renda uma combinação entre o Programa Bolsa Família e atividades informais de agricultura e pesca. Esse dado indica que, embora muitas famílias se identifiquem como agricultores ou pescadores, nem todas conseguem transformar essa ocupação em renda suficiente, sendo necessário complementar os rendimentos por meio de transferências sociais.

Outro indicador aponta que apenas 6,7% das famílias têm o trabalho formal como principal fonte de renda, o que sugere que, mesmo quando há ocupação formal, ela pode não constituir a base financeira central da família, sendo frequentemente complementada por outras fontes, como benefícios sociais.

Além disso, a tabela revela a importância da proteção social: 20% das famílias dependem de aposentadorias ou do BPC, recursos que não aparecem como ocupação na Tabela 5. Esse dado mostra que a renda familiar não depende exclusivamente da ocupação principal, sobretudo no caso de idosos ou de famílias que desenvolvem atividades de subsistência, reforçando a condição de vulnerabilidade e a instabilidade econômica da comunidade.

Nesse sentido, a análise comparativa das Tabelas 5 e 6 evidencia uma correspondência parcial entre ocupação e fonte de renda: embora a maioria das famílias exerça atividades vinculadas ao setor primário, nem sempre essas ocupações geram renda suficiente para sustentar o núcleo familiar. Nesse contexto, as transferências sociais e as aposentadorias desempenham um papel essencial na complementação da renda. Ao mesmo tempo, observa-se

que a formalização do trabalho é escassa e limitada, reforçando a vulnerabilidade econômica da comunidade. Esse contraste ressalta a necessidade de políticas públicas que incentivem a diversificação econômica, ampliem as oportunidades de trabalho formal e fortaleçam a proteção social, contribuindo para reduzir vulnerabilidades e garantir maior sustentabilidade financeira às famílias ribeirinhas.

Segundo Andrade (2007, p. 407):

(...) a subsistência para quem vive no interior da Amazônia significa enfrentar o calor, a umidade, o isolamento, plantar e colher, pescar e caçar para sobreviver. O acesso a esses recursos indispensável para aqueles cujos meios de vida provêm, inteiramente ou parcialmente, das atividades baseadas em recursos naturais torna-se indispensável.

Conforme o autor, a subsistência na Amazônia envolve enfrentar condições ambientais adversas, como o calor, a umidade e o isolamento geográfico, estando diretamente relacionada a atividades como plantar, colher, pescar e caçar. O acesso a esses recursos não depende apenas do ambiente natural, mas também de fatores culturais e religiosos, mostrando que a sobrevivência nesse contexto resulta da combinação entre conhecimentos tradicionais, adaptação às condições naturais e práticas sociais. Essa perspectiva evidencia a vulnerabilidade das famílias que dependem de recursos naturais, ao mesmo tempo em que ressalta a complexidade de suas estratégias de subsistência.

Nessa mesma linha, Chaves, Almeida e Chaves (2024) destacam que a vida ribeirinha está enraizada em práticas socioculturais e no uso específico dos recursos naturais, coexistindo com desafios de acesso a serviços e inclusão social. Os autores convergem ao afirmar que tais desafios exigem políticas públicas sensíveis às especificidades territoriais e culturais, integrando dimensões ambientais, sociais e culturais na compreensão da realidade amazônica.

Outro indicador refere-se à infraestrutura das moradias das famílias que residem na comunidade Maria de Nazaré, conforme segue:

Tabela 6. Infraestrutura das moradias na comunidade Maria de Nazaré

| INFRAESTRUTURA BÁSICA                    | Nº DE DOMICÍLIOS | PERCENTUAL |
|------------------------------------------|------------------|------------|
| Energia elétrica (fornecimento instável) | 15               | 100%       |
| Água encanada                            | 0                | 0%         |
| Rede de esgoto                           | 0                | 0%         |
| Poço artesiano                           | 2                | 13,3%      |
| Abastecimento por rios e igarapés        | 13               | 86,7%      |
| Total                                    | 15               | 100%       |

Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A partir desses dados, analisa-se que as famílias da comunidade Maria de Nazaré vivenciam vulnerabilidades estruturais persistentes, expressas pela ausência de saneamento básico, pela instabilidade no fornecimento de energia elétrica e pelo acesso limitado à água potável. Tal realidade afronta o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito social ao saneamento, assegurados pela Constituição Federal de 1988. A ausência desses serviços contribui para ampliar a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias desse território.

Esses dados evidenciam a precariedade habitacional e a insuficiência de investimentos públicos, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à melhoria da infraestrutura básica e à proteção social em comunidades ribeirinhas amazônicas.

A existência de cidades destituídas de infraestrutura urbana compatível com as demandas das populações residentes, é fato corriqueiro no Brasil. Na Amazônia, soma-se a esse traço ordinário, lugar comum em nossa experiência “urbanizadora”, a vastidão territorial, a precária existência de meios de locomoção e a escassez de recursos locais. A conjugação de tais fatores impõe custos exorbitantes à gestão pública, além da dificuldade adicional para mobilizar recursos existentes em outras regiões (Campos, 2013, p. 210).

Para o autor, na Amazônia, a precariedade de infraestrutura, aliada à vasta extensão territorial, às dificuldades de locomoção e à escassez de recursos, compromete a efetividade da gestão pública e das políticas sociais. Para as comunidades rurais e ribeirinhas, essas limitações reforçam desigualdades históricas e fragilizam o acesso aos serviços da PAS, evidenciando que os desafios territoriais e logísticos constituem barreiras estruturais à garantia de direitos.

Nessa perspectiva, Rolim (2021, p. 3) destaca que “as precariedades de infraestrutura na área rural, especialmente de energia elétrica e água encanada, privam as famílias rurais de uma série de facilidades já acessíveis aos meios urbanos”. Para a autora, nas comunidades rurais amazônicas, a falta de infraestrutura básica representa um fator de vulnerabilidade social e exclusão, que compromete direitos fundamentais e limita a qualidade de vida das famílias.

Diante da diversidade e da complexidade da região, torna-se urgente implementar políticas públicas integradas que articulem infraestrutura, proteção social e inclusão territorial, garantindo respostas efetivas às vulnerabilidades históricas das populações rurais e ribeirinhas.

A seguir, apresentam-se trechos das falas das famílias participantes da pesquisa, com ênfase nos relatos considerados mais significativos, organizados segundo as dimensões analíticas relacionadas aos caminhos percorridos pelas famílias da comunidade Maria de Nazaré para acessar os serviços do CRAS.

Esta dimensão analisa os deslocamentos das famílias até a sede do município ou outros locais para acessar serviços públicos, os meios de transporte utilizados e as dificuldades

enfrentadas ao longo do trajeto, especialmente nos períodos de cheia e seca. Esses deslocamentos refletem a realidade de muitas comunidades ribeirinhas na região amazônica, onde as condições geográficas e estruturais tornam o acesso a direitos básicos um desafio cotidiano. A seguir, apresentam-se alguns relatos sobre os caminhos percorridos pelos sujeitos da pesquisa:

O deslocamento pelo rio é difícil, principalmente no período da seca, porque precisamos caminhar longas horas. Muitas vezes precisamos sair ainda de madrugada para conseguir chegar no ramal do 14, ponto onde pegamos a Kombi para irmos para o nosso destino, o que torna o percurso muito cansativo. Além disso, o caminho é perigoso, por causa da lama escorregadia e da presença de animais peçonhentos, o que gera medo e insegurança, principalmente para quem vai com crianças ou idosos (Família 1, Pesquisa de Campo, 2025).

Aqui o acesso aqui é extremamente difícil, muito sofrimento, tanto na seca quanto na cheia, porque enfrentamos desafios em qualquer período. Na seca, precisamos puxar o bote até onde der para navegar para seguir para o Castanho, Manaus ou até o Araçá, principalmente na seca. O percurso exige sair de madrugada, caminhar longas distâncias, carregar água para não passar sede e lidar com fome, chegando exaustos ao destino. No período das chuvas, durante o inverno, o ramal se torna praticamente intransitável, tornando a passagem muito difícil, e em algumas ocasiões ficamos isolados quando a kombi não consegue chegar, obrigando-nos a retornar pelo mesmo caminho, enfrentando novamente todas as dificuldades do trajeto (Família 2, Pesquisa de Campo, 2025).

Na seca o caminho fica ainda mais demorado. Precisamos arrastar o bote por longos caminhos e enfrentamos riscos e muito cansaço. Saímos muito cedo, por volta das 4h30 ou 5h da manhã, depende do tempo (Família 3, Pesquisa de Campo, 2025).

Para pegarmos o transporte na época da cheia, os ramais ficam em péssimas condições, com muita lama, por conta das chuvas. Muitas vezes a kombi não consegue chegar para nos levar ao Castanho ou para o Careiro da Várzea, seja para atendimento médico, para o Bolsa Família no CRAS ou para pedir uma cesta básica, mas nunca recebi (Família 4, Pesquisa de Campo, 2025).

Para sair da comunidade, temos duas opções: pelo Araçá, que leva 2h a 2h30min dependendo do motor do bote, ou pelo ramal do 14, saindo cedo para pegar a kombi até o Careiro da Várzea e depois a lancha para Manaus. Para o Castanho, é preciso descer na BR, trocar de transporte e pegar o micro-ônibus, chegando por volta das 9h, com pouco tempo para resolver nossas coisas, porque 12h o carro já retorna. No período das chuvas, o ramal dificulta ainda mais o deslocamento(...)se adoecemos e não tiver a ambulância do posto do Ramal 17, podemos até morrer, sem socorro (Família 5, Pesquisa de Campo, 2025).

Para sairmos da comunidade é muito difícil, especialmente na seca. Não conseguimos ir de rabeta e precisamos arrastar a canoa até onde tem água suficiente para seguir. No período da chuva, quando o rio está enchendo, nossa maior dificuldade é o acesso ao ramal, porque em alguns trechos a kombi não passa, e precisamos trocar de carro nos pontos mais críticos, sair do veículo, atravessar a lama a pé e trocar de transporte até chegar ao Careiro da Várzea ou ao Castanho. A gente sofre de todo jeito (Família 6, Pesquisa de Campo, 2025).

As falas das famílias entrevistadas corroboram como as mudanças ambientais, especialmente o período de seca, impactam diretamente a mobilidade e o cotidiano das famílias ribeirinhas. O deslocamento, antes realizado majoritariamente pelo rio, passa a ocorrer por longas caminhadas, o que implica maior desgaste físico, aumento do tempo de percurso e exposição a riscos. A presença de lama e de animais peçonhentos explicita a condição de insegurança vivenciada, demonstrando que as dificuldades de acesso não são apenas logísticas, mas também ameaçam a integridade física das famílias.

Tal cenário contribui para o isolamento territorial, limitando o acesso a serviços públicos, políticas sociais e redes de proteção, e aprofundando situações de vulnerabilidade social. Essa realidade evidencia a complexidade do território ribeirinho e os obstáculos que as famílias enfrentam para acessar a sede do CRAS. A dificuldade de locomoção não apenas aumenta o tempo e o esforço necessários para alcançar os serviços socioassistenciais, mas também representa um risco à integridade física dos moradores, tornando o acesso ainda mais desigual e seletivo.

Quadro 5. Panorama do deslocamento das famílias ribeirinhas em período da seca dos rios

| ETAPA                       | HORÁRIO    | TRANSPORTE              | DINÂMICA DO DESLOCAMENTO                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------|------------|-------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Saída de casa               | 4h30m / 5h | Rabeta (bote arrastado) | Deslocamento comprometido pela baixa do rio no período de seca, exigindo arrastar a embarcação e caminhar longos trechos, com intenso esforço físico.                                                                                                   |
| Saída do 1º transporte      | 6h         | Kombi                   | Embarque realizado no final do Ramal do 14.                                                                                                                                                                                                             |
| Saída do 2º transporte      | 7h         | Micro-ônibus            | Troca de transporte na estrada principal com destino ao Careiro Castanho. Custo elevado do deslocamento (R\$ 70,00 por pessoa, ida e volta). Muitas pessoas saem de casa sem se alimentar e passam o dia sem comida devido às dificuldades financeiras. |
| Chegada ao Careiro Castanho | 9h         | Micro-ônibus            | Chegada ao local de encontro e embarque, na praça central do município. De lá, cada um vai resolver suas situações particulares.                                                                                                                        |
| Retorno do Careiro Castanho | 12H        | Micro-ônibus            | Retorno, com tempo reduzido para resolver demandas e compromissos.                                                                                                                                                                                      |
| Chegada ao final do Ramal   | 15h        | Micro-ônibus            | Desembarque no último ponto do percurso, no final do Ramal do 14.                                                                                                                                                                                       |
| Chegada em casa             | 15h        | Rabeta                  | Conclusão do trajeto até a residência, enfrentando novamente as dificuldades impostas pela seca.                                                                                                                                                        |

Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

O quadro evidencia que o deslocamento das famílias ribeirinhas, especialmente no período de seca, é longo, cansativo e socialmente excludente, revelando vulnerabilidades relacionadas à mobilidade e ao acesso a direitos. Ao chegar na estrada o trajeto combina diferentes meios de transporte rabeta, kombi e micro-ônibus, exige intenso esforço físico e gera

altos custos, em torno de R\$ 70,00 por pessoa, comprometendo o orçamento familiar. Além disso, muitos moradores saem de casa sem se alimentar, demonstrando que as dificuldades de deslocamento também impactam a segurança alimentar das famílias.

Observa-se ainda que o deslocamento das famílias ribeirinhas, que se estende das 5h da manhã até 15h30, mostra que acessar serviços básicos consome praticamente um dia inteiro. Essa realidade reduz o tempo disponível para a resolução de demandas essenciais, como atendimento em saúde, acesso aos serviços de assistência social ou questões administrativas. Essa dinâmica reforça o isolamento territorial e, em muitos casos, leva ao adiamento ou à desistência da busca por direitos. Além disso, evidencia que a mobilidade dessas famílias reflete vulnerabilidades sociais agravadas pelas mudanças climáticas, pela falta de infraestrutura e pela insuficiência de políticas públicas adaptadas às especificidades do território.

Figura 4. Ilustração do trajeto que as famílias percorrem para chegar até a sede do município Careiro Castanho



Fonte: Pesquisa da Campo, 2025.

A imagem representa a materialização das desigualdades socioespaciais vivenciadas pelas comunidades ribeirinhas, nas quais o direito à mobilidade e ao acesso às políticas públicas é condicionado por fatores ambientais, territoriais e econômicos. O percurso apresentado revela que acessar um serviço básico não é uma ação simples ou garantida, mas um processo que exige tempo, esforço físico, recursos financeiros e resistência emocional.

Essa realidade de predominância do transporte fluvial, combinada à precariedade dos modais terrestres, revela a falta de infraestrutura adequada para atender populações ribeirinhas. A seca, agravada pelas mudanças climáticas, transforma o rio antes principal via de circulação em um obstáculo que impõe longas caminhadas e riscos, especialmente para idosos e grupos em situação de maior vulnerabilidade.

Segundo Scherer (2004, p. 13), “seringueiros, ribeirinhos e indígenas, percorrem longas distâncias em barcos, canoas ou rabetas para acessar atendimentos nas sedes municipais”. Esses deslocamentos tornam o acesso aos serviços públicos difícil e desigual, reforçando situações de vulnerabilidade e exclusão social nessas comunidades.

Além disso, essas barreiras geográficas limitam a participação das famílias em programas e atividades oferecidas pelo CRAS, como grupos de convivência, oficinas socioeducativas e acompanhamento social, reduzindo significativamente o alcance das políticas de proteção social. A falta de visitas domiciliares ou de ações de busca ativa agrava ainda mais esse cenário de exclusão, já que o CRAS não se faz presente nas comunidades para conhecer a realidade local e atender às demandas específicas de cada família.

Dessa forma, o contexto territorial ribeirinho marcado pela sazonalidade dos rios, pela presença de animais peçonhentos e pela dificuldade de transporte evidencia a necessidade de estratégias adaptadas do SUAS, tais como rotas fluviais seguras, conhecimento da realidade das comunidades, visitas programadas, destaque financeiro específico para a realidade local e maior integração com outras políticas públicas locais. Essas estratégias são fundamentais para garantir que os serviços socioassistenciais cheguem efetivamente às famílias, contribuindo para a reconstrução da autonomia, o fortalecimento de vínculos e a garantia de direitos.

Nesse contexto, destaca-se que a pesquisa de campo realizada no período da seca, evidenciou que as famílias enfrentam trajetos muito difíceis, perigosos e cansativos, que comprometem o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e assistência social. Os deslocamentos exigem esforço físico intenso, planejamento antecipado e múltiplas trocas de transporte, tanto nos ramais e dentro da comunidade quanto na BR-319, principal via terrestre da região, que apresenta buracos e desvios perigosos, tornando a viagem até o CRAS arriscada e lenta para moradores e pesquisadores.

Além disso, as situações observadas pela pesquisadora demonstram os desafios existentes internos da própria comunidade, como a necessidade de enfrentar longos barrancos para chegar às casas, especialmente durante o período de seca, quando os terrenos se tornam mais íngremes. Essas condições precárias reforçam a vulnerabilidade das famílias ribeirinhas e evidenciam que o acesso a direitos básicos depende não apenas de políticas de assistência

social, mas também de intervenções estruturais adaptadas à realidade amazônica, capazes de reduzir desigualdades territoriais e socioeconômicas.

Esse quadro da realidade amazônica interfere nas formas e condições de acesso aos serviços socioassistenciais, de acordo com a Tipificação do SUAS, que estabelece diferentes formas de acesso, como procura espontânea, busca ativa e encaminhamento pela rede socioassistencial ou por outras políticas públicas (Brasil, 2009). Entretanto, diante das particularidades amazônicas, tanto o deslocamento das famílias até a sede do município – onde se concentram os serviços quanto o deslocamento das equipes até as comunidades torna-se comprometido.

Uma das estratégias de acesso seria o funcionamento da busca ativa, mas até mesmo essa estratégia enfrenta limitações, uma vez que as equipes precisam atuar em condições seguras e, muitas vezes, não dispõem dos investimentos e recursos logísticos necessários para realizar deslocamentos até territórios de difícil acesso.

Quando questionados se já tiveram a presença de alguma equipe da assistência social na comunidade, os sujeitos da pesquisa relataram que ainda não receberam nenhuma visita, conforme destaca a fala a seguir:

Que eu me lembre, nunca veio ninguém do CRAS até nossa comunidade. Sempre somos nós que precisamos nos deslocar até lá, especialmente quando é hora de atualizar o Bolsa Família. Isso torna tudo mais difícil, porque o caminho é longo e cansativo, e muitas vezes enfrentamos problemas de transporte, chuva ou lama. Sentimos que o CRAS está distante da nossa comunidade, e que o atendimento deveria ser mais próximo como, por exemplo, alguém vir nos visitar, porque sempre somos nós que vamos até lá (Família 13, Pesquisa de Campo, 2025).

As famílias ribeirinhas relatam que o acesso ao CRAS ocorre principalmente por procura espontânea, sem a realização de visitas domiciliares ou de ações sistemáticas de busca ativa, como previsto na Tipificação do SUAS (Brasil, 2009). Na prática, nota-se que o CRAS não cumpre plenamente sua função de acompanhamento territorial e preventivo, limitando a efetividade da PAS e dificultando a inclusão de famílias que vivem em áreas de difícil acesso.

Assim, na ausência de visitas domiciliares, as famílias passam a depender da ida espontânea ao CRAS para acessar benefícios como PBF e BPC, enfrentando obstáculos relacionados à distância, à navegação fluvial e às limitações de transporte. Isso compromete processos fundamentais da política socioassistencial, como a orientação social, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a prevenção de vulnerabilidades e a promoção da autonomia das famílias.

Nesta dimensão, que trata das razões e contextos em que as famílias buscam o CRAS, incluindo as condições sociais e de vulnerabilidades que as colocam como territorialmente referenciadas ao serviço socioassistencial, destacam-se os seguintes relatos:

Precisei ir ao CRAS para atualizar meu Bolsa Família para que o meu benefício não fosse bloqueado, pois ele é fundamental para a sobrevivência da minha família. Sem esse recurso, teríamos ainda mais dificuldades para garantir alimentação e outras necessidades básicas. No entanto, o deslocamento até o CRAS é difícil e cansativo, principalmente em determinados períodos do ano, o que torna o acesso ao serviço mais complicado. Mesmo assim, preciso enfrentar essas barreiras, porque a atualização do meu benefício é a única forma de assegurar uma renda mínima e o sustento da minha família (Família 8, Pesquisa de Campo, 2025).

Sempre que vou ao CRAS é para atualizar o meu Bolsa Família, geralmente a cada dois anos, porque esse deslocamento é muito difícil para nós. Ir até o Castanho exige tempo, dinheiro e esforço físico, principalmente no período da seca, quando o acesso pelo rio fica ainda mais complicado. Nessas condições, precisamos escolher com cuidado quando ir deixando outras necessidades em segundo plano, já que a prioridade é garantir que o Bolsa Família não seja bloqueado (Família 9, Pesquisa de Campo, 2025).

Vou ao CRAS mais por obrigação, para não perder meu Bolsa Família[...]primeiro porque é longe e tenho que ter dinheiro para as passagens, as vezes só pago o “Camelo” ou o “Sassá”, quando eu volto do Castanho, quando recebo meu Bolsa, é cruel a situação aqui (Família 10, Pesquisa de Campo, 2025).

Eu fui ao CRAS para tirar minha Carteira do Idoso, porque preciso desse documento para não pagar o transporte, isso ajuda muito a economizar quando preciso ir para o Castanho ou para Manaus, mais nem sempre querem aceitar nas lanchas ou na Kombi (Família 11, Pesquisa de Campo, 2025).

Que eu me lembre, eu só fui ao CRAS quando estava grávida, para pedir um kit bebê, mas não tinha disponível. Fiquei triste, porque estava precisando de ajuda, e por isso acabei não voltando mais, só quando preciso atualizar meu Bolsa Famílias mesmo (Família 12, Pesquisa de Campo, 2025).

Na verdade, só vamos ao CRAS quando precisamos atualizar o Bolsa Família, porque é muito difícil sair da comunidade, devido ao transporte, temos um custo. Mas temos que ir né? Porque pior é perder nosso benefício. Os anos que moro aqui, ninguém do CRAS veio até aqui para nos visitar ou conhecer nossa realidade, porque todos passam pelo mesmo problema para chegar ao CRAS. Ninguém do CRAS vem até a comunidade para ver nossa realidade ou ajudar. A gente precisa ir até lá, mas nunca recebemos ajuda, como cesta básica. Isso é errado, porque o CRAS deveria estar mais perto da gente (Família 15, Pesquisa de Campo, 2025).

As falas evidenciam que, embora o CRAS desempenhe um papel central na mediação de direitos socioassistenciais, as famílias buscam o serviço principalmente para garantir a manutenção do Bolsa Família, e não como um espaço de acompanhamento contínuo ou de acesso a outros serviços socioassistenciais que poderiam fortalecer a autonomia das famílias.

Observa-se que a função preventiva e de busca ativa, prevista na Tipificação Nacional do SUAS (Brasil, 2009), ainda não é plenamente exercida, especialmente em territórios rurais

e ribeirinhos, onde o acesso permanece marcado por dificuldades logísticas e pelo atendimento pontual.

Esse cenário evidencia que as dificuldades de deslocamento, associadas à sazonalidade dos rios e à limitada oferta de serviços, revelam lacunas na efetivação de direitos, reforçando desigualdades territoriais e comprometendo o fortalecimento de vínculos, a reconstrução da autonomia e a prevenção de vulnerabilidades (Campos, 2013). Nesse contexto, torna-se necessária a adoção de estratégias adaptadas do SUAS, como visitas domiciliares, equipes itinerantes e maior integração com outras políticas públicas locais, garantindo maior efetividade, equidade e inclusão social das famílias mais vulneráveis.

Nesse sentido, compartilha-se da reflexão de Scherer (2004, p. 13), que afirma:

O tempo passou e pouco mudou na vida cotidiana ribeirinha. Esquecidos no ideário e nos projetos de desenvolvimento e ocupação do território na Amazônia e vistos genericamente como população rural nos planos governamentais, seu modo de vida, suas particularidades são desconsideradas nos projetos oficiais.

As populações amazônidas que vivem em meio à floresta são frequentemente esquecidas ou tratadas de forma genérica nos projetos de desenvolvimento e nas políticas públicas, sendo classificadas apenas como população rural. Como consequência, seu modo de vida, suas necessidades e especificidades culturais e territoriais não são devidamente consideradas na elaboração de planos oficiais, o que limita a eficácia das ações governamentais destinadas a essas comunidades.

A pesquisa mostra falta a instalação de CRAS rurais e de modelos de implementação do SUAS que considere as especificidades da Amazônia. Torna-se necessário ampliar investimentos que garantam melhores condições de trabalho para as equipes, segurança nos deslocamentos e maior qualidade e abrangência no atendimento às populações da floresta.

Se a política pública não se adaptar à realidade local, continuará reproduzindo desigualdades, concentrando serviços na área urbana e obrigando famílias já vulneráveis a se deslocarem de seus territórios, custeando altos valores, para acessar direitos sociais. Nesse sentido, é fundamental aproximar o Estado das comunidades, escutar suas demandas e integrar diferentes políticas públicas, com o objetivo de enfrentar desigualdades históricas e responder aos impactos cada vez mais intensos das mudanças climáticas na região amazônica.

### **3.3 A percepção da equipe técnica e coordenadora do CRAS sobre os desafios das mudanças climáticas na região para a execução da Política de Assistência Social**

Esta seção aborda como a intensificação de eventos extremos evidencia os limites das políticas públicas, incluindo a PAS, frente às populações vulneráveis, como as comunidades ribeirinhas, destacando a urgência de políticas adaptadas ao contexto socioambiental da região. Nesse sentido, compreender as percepções da equipe técnica de referência e da coordenadora do CRAS, torna-se essencial para analisar os desafios que as mudanças climáticas impõem à execução da PAS, revelando impactos na oferta de serviços, desigualdades estruturais e a necessidade de estratégias territoriais com base na realidade local.

Conforme Castro (2017), as transformações territoriais na região, combinadas aos impactos socioambientais, tensionam as políticas públicas e ampliam desigualdades, exigindo uma atuação estatal integrada e territorialmente sensível.

Portanto, com base nas principais dimensões investigadas na pesquisa de campo, apresentam-se a seguir as percepções dos sujeitos da pesquisa sobre as mudanças climáticas e seus impactos na oferta dos serviços do CRAS:

As mudanças climáticas dificultam a prestação dos serviços do CRAS, especialmente para as comunidades mais distantes, que não podem ser visitadas e muitas vezes não conseguem se deslocar até a unidade. Por questões logísticas e falta de recursos, os atendimentos acabam se restringindo às famílias da área urbana. Os mais afetados são as famílias ribeirinhas em maior vulnerabilidade social (...). Durante as secas, a escassez de água potável, a redução da pesca e a dificuldade para trabalhar a terra comprometem a alimentação e a renda familiar. Nas cheias, a navegação e os ramais ficam inacessíveis, dificultando o acesso a saúde, educação e ao próprio CRAS, limitando atendimentos técnicos e benefícios sociais (Técnica 1, Pesquisa de Campo, 2025).

A Técnica 1 aponta que, embora as mudanças climáticas agravem as dificuldades de acesso, o principal obstáculo ao atendimento das famílias ribeirinhas é a falta de infraestrutura e de transporte adequados. As estiagens e cheias dos rios apenas intensificam problemas estruturais já existentes, conforme afirma também a técnica 2:

Percebo que as mudanças climáticas, como estiagens prolongadas e cheias dos rios, dificultam a vinda das famílias ribeirinhas ao CRAS e aumentam a demanda de atendimentos, especialmente durante a seca extrema, quando há maior procura por cestas básicas (...) mas sem dúvida essas condições tornam ainda mais difícil a realização dos nossos serviços. (...) Nos atendimentos, observa-se que as famílias ribeirinhas enfrentam perda de renda, especialmente aquelas que dependem da agricultura e da pesca, além de grandes dificuldades de locomoção para acessar o CRAS (Técnica 2, Pesquisa de Campo, 2025).

A fala da técnica 2 evidencia que as mudanças climáticas dificultam os serviços do CRAS, mas o problema central está na necessidade de investimentos estruturais para garantir atendimento efetivo às famílias ribeirinhas. Já o técnico 3 e a coordenadora afirmam que:

As condições climáticas como secas extremas e cheias dos rios, agravam as dificuldades de acesso (...), mas o principal obstáculo continua sendo estrutural. A falta de transporte, equipes volantes e recursos adequados faz com que o atendimento se restrinja à unidade urbana, limitando o acesso das famílias que não conseguem se deslocar até o CRAS (...). Os eventos climáticos afetam as famílias ribeirinhas, especialmente as mais isoladas. As secas reduzem a produção agrícola e a pesca, diminuindo a renda e aumentando a insegurança alimentar. Cheias dificultam o deslocamento até escolas, unidades de saúde e CRAS, limitando o acesso aos serviços, além falta de água potável, trazendo também doenças hídricas (Técnico 3, Pesquisa de Campo, 2025).

As mudanças climáticas impactam diretamente o trabalho do CRAS, exigindo ações emergenciais da equipe técnica, em articulação com outras secretarias, como a concessão de benefícios eventuais, por exemplo, cestas básicas. Além disso, essas alterações afetam profundamente a vida das famílias ribeirinhas, aumentando sua vulnerabilidade a fatores como insegurança alimentar, doenças, alteração do calendário escolar, isolamento social e dificuldades de acesso a serviços essenciais (Coordenadora, Pesquisa de Campo, 2025).

As falas evidenciam que os sujeitos da pesquisa percebem os efeitos das mudanças climáticas tanto no trabalho realizado pelo CRAS quanto na vida das famílias ribeirinhas. Embora as cheias e estiagens aumentem a vulnerabilidade dessas famílias e a demanda por auxílios emergenciais, os principais limites do CRAS são estruturais, incluindo a falta de equipes volantes, transporte e infraestrutura, o que restringe o atendimento à unidade urbana. Nesse sentido, as mudanças climáticas atuam como multiplicadoras de riscos sociais, mas não substituem a necessidade de investimentos e estratégias adaptadas. A integração intersetorial a outras políticas públicas é fundamental para garantir respostas mais efetivas e a continuidade dos serviços socioassistenciais.

Percebe-se também pelas falas dos sujeitos da pesquisa que as secas e as cheias impactam fortemente a vida das famílias ribeirinhas, comprometendo renda, produção agrícola, pesca, segurança alimentar, acesso à água potável, saúde, educação e serviços do CRAS. As famílias mais isoladas e vulneráveis são as mais afetadas, confirmando que os eventos climáticos ampliam desigualdades territoriais e sociais.

Conforme Marques (2019), as mudanças climáticas na Amazônia devem ser compreendidas como expressão de um modelo de desenvolvimento excludente, que combina degradação ambiental e aprofundamento das desigualdades sociais. Nesse contexto, os impactos climáticos recaem de forma mais intensa sobre populações ribeirinhas e rurais, ampliando demandas sociais que chegam à PAS.

Em relação à oferta de serviços e às estratégias adotadas pelo CRAS durante eventos extremos, como as últimas secas prolongadas, a equipe técnica e a coordenadora destacam:

Não há serviços diferenciados específicos para situações de eventos extremos; os atendimentos continuam sendo os mesmos já ofertados pelo CRAS. Em situações emergenciais, como secas extremas, a prioridade é fornecer cestas básicas, kits de higiene e água potável às famílias mais afetadas. Embora não exista uma estratégia específica para esses casos, a equipe busca minimizar os efeitos das mudanças climáticas, oferecendo atendimento por meio de ações comunitárias em parceria com outras secretarias e também por telefone, considerando que o deslocamento até a unidade é longo, perigoso e muitas vezes inviável (Técnica 1, Pesquisa de Campo, 2025).

Nos períodos críticos, nossa atuação é limitada (...). Oferecemos benefícios eventuais, como cestas básicas e kits de higiene, e orientações sobre programas sociais. Não há atendimento diferenciado, os serviços são os mesmos do dia a dia, mas o deslocamento e a falta de recursos impedem alcançar todas as comunidades. Durante a seca extrema, uma das estratégias é o atendimento por telefone, fornecendo às famílias orientações sobre os serviços disponíveis e os procedimentos a serem seguidos. (Técnica 2, Pesquisa de Campo, 2025).

Durante o período de eventos extremos, o CRAS realiza atendimento emergencial em articulação com outras secretarias, priorizando famílias mais vulneráveis. São fornecidas cestas básicas, kits de higiene e orientações socioassistenciais (...) Não realizamos serviços especializados ou diferenciados as famílias ribeirinhas, e não conseguimos atender a todas pela dificuldade logística. Para alcançar as comunidades mais próxima a equipe utiliza lanchas durante a cheia dos rios e veículos nos ramais durante a seca, planejando os deslocamentos conforme o nível das águas. Ainda assim, enfrentam-se grandes dificuldades, pois muitas comunidades são distantes e, durante as cheias, os ramais tornam-se quase intransitáveis, dificultando o acesso aos atendimentos (Técnico 3, Pesquisa de Campo, 2025).

Não há serviços particularizados para famílias ribeirinhas em situações de eventos extremos. O que a equipe técnica realiza em parceria com outras secretarias são ações comunitárias, principalmente a entrega de benefícios eventuais, como cestas básicas, kits de higiene e água potável. No entanto, o atendimento atualmente alcança apenas as comunidades mais próximas. Estão previstas ações futuras para ampliar os atendimentos, mas ainda não tem data definida. (Coordenadora, Pesquisa de Campo, 2025).

Os sujeitos da pesquisa evidenciam que, durante eventos extremos, o CRAS atua de forma emergencial e limitada, oferecendo principalmente cestas básicas, kits de higiene, água potável e orientações socioassistenciais. Não há serviços diferenciados para situações críticas, e o atendimento é restrito às comunidades mais próximas, devido às dificuldades logísticas, como rios em cheia e ramais quase intransitáveis.

Observa-se que, em momentos críticos como as recentes secas prolongadas acompanhadas de intenso calor na Amazônia as comunidades ribeirinhas ficam isoladas e sem apoio do poder público. Nesse contexto, tais populações voltam a ser marginalizadas nos planos de desenvolvimento regional, tendo suas necessidades básicas, como o acesso à água potável,

negligenciadas. Isso ocorre porque as equipes das políticas públicas conseguem chegar apenas às comunidades localizadas mais próximas da área urbana dos municípios.

Ainda que a equipe promova ações comunitárias, articule-se com outras secretarias e realize, de maneira limitada, atendimentos telefônicos como alternativa emergencial, tais estratégias não garantem a continuidade sistemática do acompanhamento socioassistencial. Mesmo em períodos considerados regulares, o acesso às comunidades mais distantes já se apresenta como um desafio; em contextos críticos, essas limitações tornam-se ainda mais acentuadas. Nota-se que o modelo vigente é predominantemente paliativo, mostrando-se insuficiente para enfrentar, de modo estruturante, as desigualdades históricas que incidem sobre os povos amazônicos.

O Portal do Ministério da Cidadania (2019) menciona que “nas regiões de difícil acesso como no caso das comunidades ribeirinhas, indígenas, rurais e quilombolas, os CRAS devem ter as chamadas ‘Equipes Volantes’, que realizem a busca ativa”, utilizando veículos ou lanchas da assistência social para atender famílias isoladas. No entanto, no município de Careiro Castanho, a unidade não dispõe dessa equipe específica, evidenciando a fragilidade do atendimento territorial, as limitações da PAS e a exclusão de famílias que vivem em áreas de difícil acesso.

Quanto às sugestões para o aprimoramento do SUAS no contexto amazônico, a equipe técnica e coordenação apresentam algumas proposições voltadas ao fortalecimento das estratégias de atendimento e à ampliação do acesso das comunidades ribeirinhas aos serviços socioassistenciais.

Criar um CRAS itinerante ou rural próximo às comunidades mais distantes poderia facilitar o acesso das famílias ribeirinhas aos serviços do CRAS. No Distrito do Aracá, por exemplo, isso melhoraria o atendimento dessas famílias, especialmente se houvesse uma equipe volante com recursos adequados à realidade amazônica (Técnica 1, Pesquisa de Campo, 2025).

Acredito que investir em tecnologias de comunicação remota, como telefone, mensagens de texto e chamadas de vídeo, poderia facilitar o contato com as famílias, especialmente em períodos críticos, como as secas extremas, garantindo, ao menos, o mínimo nos atendimentos (Técnica 2, Pesquisa de Campo, 2025).

Para um SUAS na Amazônia, é fundamental realizar um planejamento intersetorial integrado, com ações contínuas voltadas ao atendimento das comunidades mais distantes, e não apenas intervenções pontuais em situações emergenciais. Para isso, são necessários recursos financeiros adequados, pois algumas localidades de difícil acesso exigem orçamento específico. Nesse contexto, a composição de um CRAS volante seria uma estratégia ideal (Técnico 3, Pesquisa de Campo, 2025).

Um SUAS compatível com a Amazônia é um sonho, e eu penso que para concretizá-lo seria essencial fortalecer a integração entre as políticas públicas, com o objetivo de

garantir atendimento contínuo às famílias (...), a criação de um CRAS fluvial, localizado próximo às famílias que residem em áreas mais distantes da sede municipal, como na comunidade do Araçá, poderia melhorar significativamente o acesso, reduzir barreiras territoriais e qualificar a oferta dos serviços socioassistenciais (Coordenadora, pesquisa de campo, 2025).

A equipe técnica e a coordenadora acreditam que a criação de um CRAS itinerante ou rural para atender comunidades mais distantes representaria um avanço significativo na redução das barreiras de acesso e na qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais. Essa medida permitiria aproximar o atendimento das famílias mais isoladas, superando limitações impostas pela distância e pelas condições de transporte, especialmente quando associada à composição de equipes volantes com recursos adaptados à realidade amazônica.

As sugestões apresentadas reforçam que o SUAS precisa ser repensado para enfrentar as limitações estruturais da assistência social na Amazônia. A ampliação do número de CRAS em áreas rurais e sua adaptação às particularidades regionais, a capacitação das equipes para atuação em situações de risco, o investimento em tecnologias de comunicação remota e a integração intersetorial com políticas de saúde, educação e segurança alimentar evidenciam a urgência de políticas públicas territorialmente sensíveis, capazes de garantir a continuidade, equidade e efetividade na oferta de serviços socioassistenciais, superando a lógica reativa e fragmentada que ainda prevalece na região (Brasil, 2009).

De forma mais ampla, observa-se que a consolidação de um SUAS amazônico depende de planejamento intersetorial integrado, com ações contínuas e não apenas pontuais, articulando políticas públicas e infraestrutura de forma a atender de modo equitativo as comunidades mais distantes. Essa abordagem demanda recursos financeiros específicos para viabilizar deslocamentos, manutenção de equipes volantes e implementação de tecnologias adequadas à realidade local.

A ênfase na integração intersetorial demonstra que o enfrentamento das desigualdades amazônicas exige políticas públicas articuladas, nas quais a assistência social dialogue efetivamente com as áreas de saúde, educação e segurança alimentar, em consonância com os princípios de sustentabilidade e da justiça social.

Portanto, as percepções dos sujeitos da pesquisa evidenciam esforços e propostas convergentes para tornar o SUAS amazônico mais acessível, contínuo e adaptado à realidade regional, apontando para a necessidade de integração entre políticas, investimentos em infraestrutura e inovação tecnológica como elementos centrais para reduzir desigualdades no acesso aos serviços socioassistenciais. Silva (2012) ressalta que a proteção social deve considerar as condições concretas de vida das famílias rurais e tradicionais, especialmente

aquelas que vivem em áreas isoladas, a fim de reduzir vulnerabilidades e ampliar acesso a direitos.

A concepção de SUAS Amazônico refere-se à materialização do SUAS, considerando as especificidades territoriais, sociais e ambientais da Amazônia, em consonância com a PNAS (2004) e a NOB/SUAS (2012). Baseia-se nos princípios da territorialização e da equidade, reconhecendo fatores como a dispersão populacional, a mobilidade fluvial, os ciclos de cheia e vazante e a diversidade de povos tradicionais. Nesse sentido, exige estratégias diferenciadas de implementação, como busca ativa e equipes volantes. Assim, o SUAS amazônico expressa a efetivação da política de forma territorializada, adequada às realidades locais e orientada pela garantia de direitos.

A investigação também aponta um descompasso entre o SUAS e a realidade concreta das comunidades amazônicas. Embora o sistema preveja instrumentos como acompanhamento domiciliar, visitas técnicas e ações de busca ativa para garantir o acesso de famílias em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2009), a realidade geográfica e climática das áreas ribeirinhas impõe barreiras estruturais que limitam a universalidade e a continuidade dos serviços. Para Campos (2013), em territórios amazônicos a combinação de isolamento territorial, dificuldades de transporte e sazonalidade dos rios contribuiu para ampliar a exclusão social, dificultando a efetividade das políticas da PSB.

Sendo assim, as ações do CRAS devem buscar mitigar as consequências das mudanças climáticas, garantindo que as famílias ribeirinhas recebam atendimento contínuo e adequado, mesmo em situações de seca ou cheia. Isso envolve integrar políticas públicas, planejar estratégias territoriais adaptadas e fortalecer a presença intersetorial, de modo a reduzir os impactos sociais e ambientais sobre as comunidades mais vulneráveis.

Conforme Gonçalves (2006, p. 65), “a crise ambiental não pode ser dissociada da crise social”, pois ambas são produzidas pelo mesmo modelo de desenvolvimento que explora de forma desigual os territórios e as populações. Nesse sentido, as mudanças climáticas aprofundam vulnerabilidades sociais já existentes, atingindo de maneira mais intensa povos ribeirinhos, indígenas e populações rurais da Amazônia, que dependem diretamente dos recursos naturais para sua reprodução social.

Dessa forma, os impactos ambientais transformam-se em demandas sociais, aumentando a pressão sobre a PAS e exigindo que o CRAS desenvolva estratégias capazes de integrar a dimensão socioambiental às ações da PSB. Nesse sentido, como destacam Ribeiro e Rodrigues (2017), é fundamental refletir sobre a operacionalização dos serviços

socioassistenciais, que devem contar com todos os recursos necessários à efetividade das ações, incluindo estrutura física adequada, profissionais qualificados, materiais e recursos financeiros.

Assim, as mudanças climáticas vão muito além de um desafio logístico para o CRAS. Elas aprofundam múltiplas vulnerabilidades sociais, abrangendo dimensões econômicas, alimentares e de acesso a direitos fundamentais, além de evidenciar as políticas públicas, sobretudo a PAS, ainda não estão plenamente preparadas para lidar com os efeitos das mudanças climáticas. A pesquisa mostra que, na ausência de políticas sociais articuladas com estratégias territoriais e ambientais, a assistência social torna-se insuficiente para atender às necessidades das comunidades mais vulneráveis, contribuindo para a reprodução de processos de exclusão e injustiça socioambiental.

### **3.4 Os impactos das mudanças climáticas na região sob o olhar das famílias da comunidade Maria de Nazaré**

Esse debate sobre os impactos das mudanças climáticas na Amazônia ganha contornos ainda mais críticos quando observado a partir das vivências cotidianas das famílias da comunidade Maria de Nazaré. Os povos ribeirinhos da Amazônia percebem as mudanças no clima e no comportamento dos rios a partir de suas experiências diárias, acumuladas ao longo do tempo. Essa percepção lhes permite identificar sinais de alerta importantes para a vida na comunidade, considerando não apenas os níveis e o comportamento da água, mas também a ecologia de espécies animais e vegetais, os ciclos da agricultura, a criação de animais e outras atividades essenciais para sua subsistência e para a manutenção de seus modos de vida tradicionais.

Scherer (2004) analisa como ribeirinhos e comunidades tradicionais percebem e se adaptam às mudanças climáticas na Amazônia, destacando impactos diretos sobre atividades de pesca e agricultura, bem como estratégias locais de enfrentamento de eventos climáticos extremos. Assim, compreender esses impactos a partir das narrativas familiares permite evidenciar como as mudanças climáticas se articulam à precariedade das políticas sociais, afetando de modo desigual comunidades já marcadas pela exclusão social e pela limitada presença do Estado.

Nesse cenário, as mudanças climáticas têm se configurado como um dos maiores desafios contemporâneos, afetando de maneira direta e intensa a vida de populações em diferentes regiões do mundo. No contexto amazônico, essas transformações climáticas se refletem em alterações nos ciclos de chuva, no aumento da frequência de eventos extremos, na

elevação do nível dos rios e em impactos sobre a biodiversidade, influenciando significativamente a rotina das comunidades locais.

Os estudos realizados por Marengo e Souza Jr. (2018, p. 2), apontam que:

A mudança climática já está acontecendo e já está produzindo impactos, e quanto maior for o aquecimento, maiores serão os impactos futuros e riscos que a humanidade vai enfrentar, incluindo a possibilidade de danos irreversíveis em ecossistemas, na biodiversidade, na produção agrícola e na economia e sociedade em geral. A inclusão efetiva de adaptação às mudanças de clima pode ajudar a construir uma sociedade mais resiliente no médio prazo.

As famílias entrevistadas revelam que a seca provoca impactos profundos e múltiplos em seu cotidiano. No que se refere à alimentação e ao sustento, os relatos indicam que a redução dos níveis dos rios afeta diretamente a pesca, principal fonte de alimento e renda da comunidade. Segundo os depoimentos apresentados:

Quando o rio seca e o peixe some, fica difícil garantir a alimentação da família, pois dependemos também da pesca. Sem o peixe, precisamos nesse período extremo esperar a ajuda da Defesa Civil, com a doação de cestas básicas para conseguir comer. Isso nos deixa em uma situação de muita dificuldade (Família 1, Pesquisa de Campo, 2025).

Para nós, a seca muda tudo no nosso dia a dia. Quando o rio baixa, fica difícil pescar, se deslocar e garantir a comida da família. A seca também afeta a agricultura, porque a terra fica seca e dura, as plantações dão pragas, as plantas não vingam e acabam morrendo. Tudo isso aumenta ainda mais nossas dificuldades e a preocupação com o sustento da nossa família (Família 2, Pesquisa de Campo, 2025).

Pra mim, a seca traz muitas dificuldades. O rio baixo atrapalha a pesca e o transporte, e sem peixe fica difícil garantir a alimentação que somos acostumados. Além disso, a roça não produz como antes, porque a terra fica seca e não produz. Com isso, a gente passa a depender mais de ajuda de outras pessoas para conseguir sobreviver (Família 3, Pesquisa de Campo, 2025).

A sobrevivência da nossa família sempre esteve ligada ao rio, à terra e à floresta. Com a seca, a pesca e a roça ficam prejudicadas, precisamos buscar outras formas de sobreviver, fazemos pequenos trabalhos lá no hotel, mais demora muito pra pagar, e às vezes um ajuda aqui, outro ali, e assim vamos vivendo (Família 4, Pesquisa de Campo, 2025).

As falas em destaque demonstram, de forma contundente, a relação direta entre os ciclos naturais do rio e a segurança alimentar das famílias ribeirinhas. A seca e a elevação das temperaturas não representam apenas uma alteração ambiental, mas configuram um fator estruturante de vulnerabilidade social, pois comprometem as principais fontes de subsistência e alimentação dessas famílias, a pesca e a agricultura. Quando o nível do rio baixa de forma acentuada, ocorre a escassez do pescado, reduzindo drasticamente o acesso a alimentos básicos

e culturalmente adequados, o que afeta tanto a quantidade quanto a qualidade da alimentação cotidiana.

Além disso, os depoimentos revelam a fragilidade das estratégias locais de enfrentamento diante de eventos climáticos extremos. A impossibilidade de manter a pesca regular obriga as famílias a depender de ações emergenciais do poder público, como a concessão de cestas básicas pela Defesa Civil. Essa condição expõe um cenário de insegurança alimentar e evidencia a vulnerabilidade das comunidades frente às mudanças climáticas e à limitada presença do poder público.

Quadro 6- Síntese da percepção dos ribeirinhos sobre as mudanças climáticas

| O QUE OS RIBEIRINHOS PERCEBEM | COMO ISSO AFETA A VIDA NA COMUNIDADE                              |
|-------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| 1. O calor aumenta            | Menos tempo para plantar e colher, árvores morrem.                |
| 2. Rios e lagos mais quentes  | Peixes somem, morrem, pesca fica difícil.                         |
| 3. Chove mais no verão        | Plantio morre, colheita prejudicada.                              |
| 4. Mudança nas frutas         | As frutas aparecem menos, não conseguimos consumir e nem vender.  |
| 5. Rio baixa demais na seca   | Transporte de pessoas e mercadorias fica difícil.                 |
| 6. Tempo imprevisível         | Fica mais difícil organizar plantio, pesca e trabalho.            |
| 7. Menos sementes             | Pássaros e animais que dependem delas também sofrem.              |
| 8. Pequenas enchentes         | Terra recebe menos nutrientes, planta menos.                      |
| 9. Vento fraco                | Fica mais quente, menos conforto para o dia a dia.                |
| 10. Grandes enchentes         | Campos e roçados ficam alagados, planta não cresce.               |
| 11. Eventos extremos          | Torna vida mais arriscada e trabalho mais difícil.                |
| 12. Água potável escassa      | Dificulta higiene, consumo, aumenta risco de doenças.             |
| 13. Transporte interrompido   | Dificulta o acesso aos serviços públicos.                         |
| 14. Perda de renda            | Diminuição da pesca, agricultura e coleta de produtos florestais. |
| 15. Insegurança alimentar     | Falta de alimentos oriundos da natureza e rios.                   |

Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Esse quadro representa os principais impactos percebidos pelos ribeirinhos da comunidade Maria de Nazaré decorrentes de mudanças climáticas, da sazonalidade dos rios e das condições ambientais da região, relacionando o que eles observam no ambiente (como alterações no clima, nos rios, nas espécies e no ecossistema) com os efeitos diretos dessas mudanças sobre a vida cotidiana da comunidade.

Nesse sentido, as falas ultrapassam a dimensão individual e apontam para uma problemática coletiva, na qual as mudanças climáticas intensificam desigualdades históricas e evidenciam a ausência de políticas públicas estruturantes e contínuas. A resposta emergencial, embora necessária, não é suficiente para garantir condições dignas de vida, revelando a urgência de ações que fortaleçam a resiliência das comunidades ribeirinhas, assegurem a soberania e segurança alimentar e promovam estratégias de adaptação compatíveis com a realidade socioambiental amazônica.

Quanto à mobilidade e ao acesso aos serviços, as famílias entrevistadas afirmam que a seca prolongada intensifica o isolamento da comunidade, conforme os depoimentos a seguir:

O deslocamento torna-se penoso e, muitas vezes, inviável, exigindo horas de caminhada, inclusive arrastando botes pelos trechos secos do rio, com pé na lama mesmo (Família 5, Pesquisa de Campo, 2025).

Para nós, quando a seca chega, o acesso aos serviços fica muito mais difícil. Com o rio baixo as embarcações não conseguem passar, o transporte demora ou deixa de acontecer e a comunidade fica isolada. Assim, ir ao posto de saúde, à escola ou buscar atendimento em outros serviços se torna um grande desafio, aumentando ainda mais nossas dificuldades no dia a dia (Família 6, Pesquisa de Campo, 2025).

A seca principalmente atrapalha muito a gente sair de casa. Sem o rio cheio não conseguimos nos deslocar e ficamos sem acesso aos serviços básicos (Família 7, Pesquisa de Campo, 2025).

Essas mudanças que estão acontecendo na natureza afetam muito nosso dia a dia. Quando a seca é forte o rio fica seco demais e o bote não consegue passar. Como dependemos do rio para nos deslocar, acabamos com dificuldade de sair de casa. Quando a cheia é grande é mais fácil o transporte, o ramal esculhamba e é difícil o carro passar, de todo jeito é difícil (Família 8, Pesquisa de Campo, 2025).

Os depoimentos revelam que a mobilidade das famílias ribeirinhas depende diretamente do nível dos rios. Durante a seca, longas caminhadas, esforço físico e baixa navegabilidade dificultam o acesso à saúde, à educação e a outros serviços, ampliando o isolamento territorial dessas comunidades.

Outra dimensão a ser destacada nesta discussão refere-se à vulnerabilidade social. Trata-se de um conceito amplo e multifacetado, que apresenta diferentes definições conforme o contexto de aplicação. Pode ser analisado sob perspectivas sociais, econômicas, ambientais ou políticas, envolvendo tanto a exposição a riscos e ameaças quanto à capacidade de indivíduos, famílias e comunidades de responder e se adaptar a esses desafios.

Observa-se que as mudanças climáticas têm aprofundado as vulnerabilidades sociais das comunidades ribeirinhas, impactando diretamente seu modo de vida, a subsistência, a mobilidade e a segurança alimentar, tornando o cotidiano mais instável e marcado por incertezas e privações, conforme sinalizam as falas a seguir:

Pra nós que vivemos da roça e do rio, as mudanças na natureza estão trazendo muita dificuldade. O peixe tá sumindo, a roça não produz, a terra fica seca ou alagada. Quando o rio seca muito a gente não consegue sair daqui, fica sem transporte e sem acesso ao médico e outros serviços. Muitas vezes falta comida, falta dinheiro, e a gente passa a depender de ajuda dos vizinhos, mas mal tem pra eles. Isso tudo cansa, porque não sabemos como vai ser o amanhã (Família 9, Pesquisa de Campo, 2025).

Hoje em dia o clima mudou muito. A seca vem forte, o rio seca demais, o peixe some e a roça se perde. A gente trabalha, mas não vê resultado e às vezes até adocece, e fica pior a situação (Família 10, Pesquisa de Campo, 2025).

Quando a cheia vem forte, a água invade tudo, provoca doenças e destrói o pouco que temos. Quando é seca, falta água potável, o peixe desaparece e a roça não produz, obrigando-nos a nos endividar para comprar alimentos e passagem (...) daí precisamos de ajuda ou somos forçados a sair da comunidade para tentar conseguir alguma coisa, pelo menos a comida. Tudo isso deixa a gente muito preocupado (...) aqui tudo é difícil (Família 11, Pesquisa de Campo, 2025).

Os relatos das famílias ribeirinhas evidenciam que as mudanças climáticas intensificam vulnerabilidades sociais já existentes, tornando o cotidiano dessas populações ainda mais precário. A instabilidade do regime dos rios compromete os principais meios de subsistência, como a pesca e a agricultura, resultando em insegurança alimentar, perda de renda e maior demanda por benefícios eventuais, sendo um direito garantido na LOAS.

Os relatos ainda indicam que as famílias reconhecem que o clima na região tem se tornado cada vez mais extremo e imprevisível: “vejo a seca cada vez com mais tempo, vejo a diminuição dos rios e irregularidade das chuvas” (Família 12, Pesquisa de Campo, 2025). Outras falas destacam que:

O clima tem mudado sim. Antes a chuva acontecia na época certa e o sol não era tão forte, mas agora chove muito forte de repente e às vezes passa dias sem chover. O tempo que deveria ser de chuva, aparece um sol muito forte; o tempo que deveria ser de sol, vem um temporal. Está ficando difícil plantar, pescar e até sair de casa quando o rio seca demais. (Família 13, Pesquisa de Campo, 2025).

A gente sente que o clima tá diferente. Antes chovia de vez em quando e dava pra plantar tranquilo, mas agora os meses de seca são mais longos e o sol é muito forte. Os peixes até morrem de tão quente que a água fica, fica difícil pescar e até conseguir água pra casa. Tá tudo mais complicado pra trabalhar na roça e cuidar dos animais que vão tudo morrendo (Família 14, Pesquisa de Campo, 2025).

Antes a gente sabia como era o tempo, seis meses de chuva e seis meses de sol. A chuva vinha no tempo certo, e o sol não castigava tanto, dava pra plantar, cuidar da roça e pescar sem preocupação, tinha peixe, agora está escasso os peixes (...) hoje, tá tudo diferente. Chove de repente, e não chuvinha não, é temporal, vai acabando com tudo, quando não, o rio seca demais, o sol é forte demais. E a gente vai adoecendo, os animais morrendo, as plantas morrendo, porque nem água pra beber a gente tem (Família 15, Pesquisa de Campo, 2025).

As famílias ribeirinhas relatam perceber alterações significativas no clima e no ambiente da região, como diminuição do volume dos rios, a irregularidade das chuvas, o aumento da temperatura e a intensificação das secas prolongadas, fatores que interferem diretamente no cultivo agrícola e em outras atividades essenciais para a subsistência. Diante dessas

transformações, os sujeitos da pesquisa buscam desenvolver estratégias para se adaptar a essa nova realidade ambiental.

As narrativas apresentadas dialogam com diferentes dimensões do enfrentamento da estiagem na Amazônia, articulando experiências cotidianas das comunidades ribeirinhas, saberes tradicionais e estudos acadêmicos sobre mudanças climáticas. Elas revelam como a população percebe e lida com a escassez de recursos, os desafios logísticos e a vulnerabilidade socioeconômica, ao mesmo tempo em que apontam para lacunas nas políticas públicas de prevenção e mitigação de desastres naturais, fenômenos recorrentes na região amazônica, como as chamadas “terras caídas”, que em alguns casos podem atingir comunidades inteiras.

Para Marengo e Souza Jr. (2018, p. 5):

(...) impactos oriundos de eventos climáticos extremos, como secas e incêndios florestais, revelam a significativa vulnerabilidade e a exposição de alguns ecossistemas e de muitos sistemas humanos, à variabilidade climática atual. Impactos de tais extremos relacionados ao clima incluem a alteração dos ecossistemas, como é no caso da Amazônia.

Dessa forma, os relatos indicam que, além dos impactos físicos e materiais, ocorrem também sofrimento psicológico e estresse, demonstrando que a seca produz uma vulnerabilidade multifacetada, envolvendo dimensões físicas, sociais e emocionais. Isso revela que os efeitos das mudanças climáticas vão muito além do aspecto ambiental, exigindo atenção integrada das políticas públicas.

As mudanças climáticas, portanto, não podem ser compreendidas apenas como fenômenos naturais, mas também como fenômenos sociais, que afetam direitos básicos e intensificam desigualdades históricas.

Nesse debate, Marengo (2018, p. 28) destaca que:

Temos necessidade urgente de formular políticas públicas baseadas em ciência, em questões como a disponibilidade de água, para garantir a segurança energética, hídrica, alimentar e de saúde, a necessidade premente de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de emissões de gases de efeito estufa.

A ausência de ações do CRAS na comunidade evidencia a ruptura do acesso à PSB em território de difícil alcance, onde as vulnerabilidades são agravadas por eventos climáticos. A limitada presença institucional restringe o acesso a direitos socioassistenciais, reforçando a necessidade de estratégias territoriais mais eficientes, visitas regulares e serviços adaptados à dinâmica dos rios e à sazonalidade amazônica.

Essa discussão é confirmada pelo Plano Tático Estiagem Amazonas (2024, p. 14) que menciona:

Os principais desafios enfrentados pelas comunidades no Amazonas durante a estiagem incluem a escassez de água potável e a dificuldade de navegação, vitais para a sobrevivência e a economia local. A redução drástica dos níveis dos rios afeta não apenas o transporte e a comunicação, mas também a pesca e a agricultura, comprometendo a segurança alimentar da região.

Segundo o Relatório Técnico Operação Estiagem da Defesa Civil (2023, p. 62):

O enfrentamento bem-sucedido da estiagem na Amazônia requer um esforço conjunto e a participação ativa de cada cidadão. Somente com essa união de esforços poderemos superar os desafios impostos pela estiagem e estar preparados para proteger e socorrer a sociedade amazonense quando necessário. A prevenção e a prontidão são as chaves para mitigar os efeitos desse desastre natural e garantir um futuro mais seguro e resiliente para a região.

Nesse sentido, torna-se essencial implementar estratégias integradas entre governos, instituições e comunidades locais, fortalecendo a resiliência e a capacidade de adaptação dos territórios amazônicos. As políticas públicas devem articular conservação ambiental, proteção social, segurança alimentar e gestão sustentável dos recursos naturais a partir da concepção de sociobiodiversidade, entendida como a relação indissociável entre a diversidade biológica e a identidade sociocultural dos povos amazônicos, expressa em seus saberes e modos de vida.

A participação comunitária e o fortalecimento das capacidades locais são centrais no enfrentamento das emergências climáticas, contribuindo para respostas mais justas, equitativas e sustentáveis, enraizadas na realidade e na identidade das populações amazônicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar é um processo desafiador que exige do pesquisador habilidades técnicas, dedicação e capacidade de lidar com incertezas. A investigação envolve a análise de dados, a compreensão de contextos complexos e o diálogo com diferentes atores sociais, articulando teoria e prática. Também requer reflexão crítica e sensibilidade para compreender realidades sociais marcadas por vulnerabilidades, como o acesso à PAS pelas populações ribeirinhas na região Amazônica.

É nesse horizonte que o presente estudo buscou compreender a relação entre a Política de Assistência Social e o acesso à PSB na comunidade ribeirinha Maria de Nazaré, no município de Careiro Castanho/AM. A pesquisa exigiu acompanhamento sistemático e análise cuidadosa, considerando a complexidade da política pública em questão, as especificidades socioterritoriais e as condições concretas de atuação do CRAS no contexto amazônico.

Dessa forma, a pesquisa também buscou visibilizar populações frequentemente invisibilizadas pelo poder público, garantindo a expressão de suas necessidades reais. Essa perspectiva reforçou a importância de que a PAS Amazônia considerasse as especificidades territoriais, sociais e culturais dessas comunidades, de modo a promover respostas mais eficazes e alinhadas à realidade local.

Em um contexto de acentuadas desigualdades territoriais e de intensificação dos impactos das emergências climáticas na Amazônia, destacou-se a relevância do trabalho dos profissionais do SUAS, especialmente da equipe técnica do CRAS de Careiro Castanho, no âmbito da PSB.

A atuação desses profissionais expressou o compromisso ético-político da profissão, pautado na defesa de direitos, na equidade e no fortalecimento da proteção social pública. Mesmo diante de barreiras geográficas, logísticas e climáticas, buscaram assegurar o acompanhamento socioassistencial, fortalecer vínculos e viabilizar o acesso aos direitos socioassistenciais, reafirmando o papel estratégico da PSB na redução das desigualdades e na efetivação da política na região.

Observou-se, ainda, que a execução da PSB no CRAS de Careiro Castanho não se constituiu como realidade isolada, mas refletiu desafios estruturais presentes em diferentes territórios amazônicos. Nesse sentido, os resultados da pesquisa contribuíram para o avanço do conhecimento sobre o funcionamento da PSB na região, ao evidenciar desafios enfrentados pelas famílias ribeirinhas, limitações estruturais do CRAS e estratégias adotadas diante das especificidades locais.

Nesse sentido, a realidade do CRAS de Careiro Castanho revelou uma limitação entre a oferta e a demanda da Proteção Social Básica, uma vez que, embora o equipamento tenha existido formalmente, sua capacidade de atendimento foi limitada por restrições financeiras, de recursos humanos, dificuldades logísticas e barreiras de deslocamento na região. Esse contexto demonstrou que a garantia formal do direito não assegurou sua efetivação na prática, evidenciando a necessidade de estratégias que considerem as especificidades territoriais das comunidades ribeirinhas.

Nesse cenário, o diálogo com os sujeitos da pesquisa indicou que eventos climáticos, como estiagens prolongadas e cheias intensas, ampliam as vulnerabilidades socioeconômicas e dificultam o acesso ao território, comprometendo a mobilidade das famílias e a presença dos serviços socioassistenciais. As falas das técnicas do CRAS revelaram respostas predominantemente emergenciais, evidenciando a necessidade de planejamento preventivo e maior articulação entre a Política de Assistência Social e a gestão de riscos socioambientais.

Nesse sentido, a pesquisa também buscou visibilizar populações frequentemente invisibilizadas pelo poder público, a partir de suas necessidades reais, o que reforça a importância de que a PAS na Amazônia seja orientada por suas particularidades territoriais, de modo a promover respostas mais eficazes e alinhadas à realidade local. Partindo dessa compreensão, pensar um SUAS amazônico significa, sobretudo, ouvir as vozes de seus povos e reconhecer a necessidade de estratégias territorializadas, logística adequada, financiamento compatível com as condições regionais e planejamento preventivo diante dos contextos de vulnerabilidade socioambiental que caracterizam a Amazônia.

Dessa forma, conclui-se que enfrentar os desafios socioambientais presentes na comunidade Maria de Nazaré exige a implementação de políticas públicas integradas, estratégias adaptativas e o fortalecimento das capacidades institucionais e comunitárias de proteção social, considerando as particularidades territoriais e socioculturais dos sujeitos de direitos que vivem na região.

Por fim, ressalta-se que o problema não reside no território amazônico em si, mas nas desigualdades históricas e estruturais que o atravessam. A Amazônia deve ser compreendida em sua potência, riqueza e diversidade, sendo imprescindível reconhecer que os conhecimentos tradicionais de seus povos são fundamentais para a construção de alternativas e soluções frente às crises socioambientais, orientadas pelos princípios da sustentabilidade e do respeito aos modos de vida locais dos povos da floresta.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **Relatório dos Recursos Hídricos Globais**. Portal Gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br>. Acesso em: 12 dez. 2025.

AMAZONAS. **Lei Estadual n. 99**, de 19 de dezembro de 1955. Cria o município de Careiro. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

ANDRADE, Antônio Luiz Menezes de. Indicadores de sustentabilidade na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha, Manacapuru, Amazonas, Brasil. **Acta Amazônica**, v. 37, n. 3, p. 401–412, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0044-59672007000300011>. Acesso em: 21 ago. 2025.

ANDRADE, R.F.C. de; FERNADES, C.B. SANTOS. C.C.B; CAVALCANTE, L.L.(Orgs). **Políticas Públicas e Serviço Social na Amazônia**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2025.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. Manaus: Editora Valer, 2007.

BENCHIMOL, Samuel Isaac. **Amazônia**: formação social e cultural. Manaus: Editora Valer, 2009.

BORMA, Laura de Simone; NOBRE, Carlos Afonso (Org.). **Secas na Amazônia**: causas e consequências. São Paulo: Oficinas de Textos, 2013.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social, seguridade social e trabalho: velhas e novas questões no campo do direito social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Assistência social e direito social**: desafios à política e à gestão do SUAS. Brasília: CFESS/ABEPSS/UNB, 2006.

BOTELHO, Cássia Regina O. Martins (Org.). **Preservação ambiental, um discurso de todos da Eco 92 à Rio + 20**. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BRASIL. CapacitaSuas. **SUAS**: configurando os eixos de mudança. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Relatório da IV Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2003. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=3339>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução n. 269, de 13 de dezembro de 2006**. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Brasília: CNAS, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução n. 33, de 12 de dezembro de 2012.** Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília: CNAS, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal. Planalto. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011.** Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Planalto. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm). Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Planalto. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999.** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Planalto. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9790.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm). Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Equipe Volante. **Portal Gov.br**, 22 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/equipe-volante>. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html). Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016.** Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Plano Municipal de Assistência Social:** passo a passo para o planejamento local. Brasília: MDS, 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cartilha do Programa Bolsa Família.** Brasília: MDS, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/03/o-bolsa-familia-e-um-programa-da-sociedade-brasileira-diz-lula/cartilha\\_bolsa\\_familia.pdf](https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/03/o-bolsa-familia-e-um-programa-da-sociedade-brasileira-diz-lula/cartilha_bolsa_familia.pdf). Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Relatório de Informações do Cadastro Único:** dados do município de Careiro Castanho, referentes a setembro de 2025. Brasília: MDS; SAGI, 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/>. Acesso em 20 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Censo SUAS 2023:** CRAS. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Censo SUAS 2024:** CRAS. Brasília: MDS, 2024. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Observatório do Cadastro Único.** Brasília: Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. 2024. Disponível em: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Comissão Intergestores Tripartite. **Resolução n. 6, de 31 de agosto de 2011.** Pactua critérios e procedimentos das expansões 2011 do cofinanciamento federal do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de serviços de proteção social básica executados por equipes volantes. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas da vigilância socioassistencial.** Brasília: MDS, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial.** Brasília: MDS; SNAS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas sobre o PAIF:** trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais.** Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.** Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Presidência da República. COP30 no Brasil. **Portal Gov.br**, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/cop-30-no-brasil>. Acesso em: 11 out. 2025.

CAMPOS, Edval Bernardino. As sociedades Amazônicas e o SUAS. In: CRUS, José Ferreira da et al. (Org.). **20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/livros/20anosloas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/livros/20anosloas.pdf). Acesso em: 18 ago. 2025.

CAREIRO CASTANHO (AM). **Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Careiro**. Prefeitura Municipal de Careiro Castanho, 2007. Disponível em: <https://www.careirocastanho.am.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CAREIRO CASTANHO (AM). **Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2022-2025**. Secretaria Municipal de Assistência Social, 2022.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA/UFPA, 2017.

CASTRO, Edna. Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 9-16, jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000100001>. Acesso em: 5 ago. 2025.

CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues et al. (Org.). **Sustentabilidade na Amazônia: interações, práticas e aprendizados**. Manaus: EDUA; Alexa Cultural, 2023.

CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues. **Políticas públicas e organização social em comunidades na Amazônia: acesso aos bens e serviços sociais e organização sociocultural em comunidades ribeirinhas no Amazonas**. Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Iporá**. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/204296>. Acesso em: 5 ago. 2025.

CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues; ALMEIDA, Antônia Lúcia Silva de; CHAVES, João Marcelo Rodrigues. Tecnologias sociais para inclusão social em comunidades tradicionais na Amazônia. **Inclusão Social**, Brasília, v. 17, n. 2, p.59-59, 2024. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/98cf/9de7f02f2eec8fb7827016c25033181a9d21.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

CHOMSKY, Noam; POLLIN, Robert. **Crise climática e o Green New Deal global: a economia política para salvar o planeta**. Rio de Janeiro: Roça Nova, 2020.

COLIN, Denise; JACCOUD, Luciana. **Assistência social e construção do SUAS – balanço e perspectiva: o percurso da assistência social como políticas de direitos e trajetória necessária**. In: CRUS, José Ferreira da et al. (Org.). **20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/livros/20anosloas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/livros/20anosloas.pdf). Acesso em: 18 ago. 2025.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2017.

CRUZ, Manuel M. Sítios agroflorestais na várzea do Careiro. **Revista de Geografia da Universidade do Amazonas**, Manaus, v. 1, n.1, p. 105-122, jan./dez.1999.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2021.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. De Utopias e Detopoi: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/Abya Yala). **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 10-58, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/got.2017.v3.32464>. Acesso em: 12 mai. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Subcomando de Ações de Proteção e Defesa Civil. **Relatório Circunstanciado e de Gestão 2021: Operação Enchente**. Manaus: SUBCOMADEC, 2021. Disponível em: <https://www.defesacivil.am.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Defesa Civil do Estado do Amazonas. **Relatório Técnico Operação Estiagem 2023**. Manaus: SEDEC/AM, 2023. Disponível em: [www.defesacivil.am.gov.br](http://www.defesacivil.am.gov.br). Acesso em: 24 nov. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Defesa Civil do Estado do Amazonas. **Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil do Estado do Amazonas – PEPDC**. Amazonas, 2024. Disponível em: <https://www.defesacivil.am.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Defesa Civil do Estado do Amazonas. **Plano Tático de Estiagem Amazonas**. Amazonas, 2024. Disponível em: <https://www.defesacivil.am.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Defesa Civil do Estado do Amazonas. **Plano de Ação da Operação Estiagem**. Amazonas, 2024. Disponível em: <https://www.defesacivil.am.gov.br>. Acesso em: 6 dez. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos**. Plasman, 2012. Disponível em: <https://www.sema.am.gov.br>. Acesso em: 8 jan. 2025.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador e novos extrativismos: as ambivalências do progressismo sul-americano. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; MIGNOLO, Walter (Org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. **População estimada**. IBGE, 2025. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/careiro.html>. Acesso em: 21 jul. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama populacional brasileiro**. IBGE, 2021. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama>. Acesso em: 10 dez. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de pobreza da população brasileira**. IBGE, 2022. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/IBGE>. Acesso em: 3 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 set. 2024.

KLABIN, Israel. **Mudanças climáticas e o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), 2010.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marin de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, v. 17, p. 66-76, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/1518-70122016107>. Acesso em: 22 ago. 2025.

LOCATELLI, Selecina Henrique. **Plano Amazônia Sustentável: uma nova concepção estatal de desenvolvimento para a Amazônia**. Dissertação (Mestrado). Brasília Universidade de Brasília, 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200008>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARENGO, José A. Histórico de secas na Amazônia. In: BORMA, Laura de Simone; NOBRE, Carlos Afonso (Org.). **Secas na Amazônia: causas e consequências**. São Paulo: Oficinas de Textos, 2013.

MARENGO, José A.; SOUZA JR., Carlos. **Mudanças climáticas: impactos e cenários para a Amazônia**. São Paulo, 2018. Disponível em: [https://www.oamanhae hoje.com.br/assets/pdf/Relatorio\\_Mudancas\\_Climaticas-Amazonia.pdf](https://www.oamanhae hoje.com.br/assets/pdf/Relatorio_Mudancas_Climaticas-Amazonia.pdf). Acesso em 10 jul. 2025.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro; O rendimento e suas fonte: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Não há dúvida que esses eventos extremos são associados à mudança do clima, afirma cientista**. Brasília, 6 de maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/05/nao-ha-duvida-que-esses-eventos-extremos-sao-associados-a-mudanca-do-clima-afirma-cientista>. Acesso em: 24 fev. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASI. **ONU confirma que 2023 bate recorde de temperatura global**. Notícias, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/257750-onu-confirma-que-2023-bate-recorde-de-temperatura-global>. Acesso em: 19 dez. 2024.

NETO, Francisco Rente; FURTADO, Lourdes Gonçalves. **A ribeiridade amazônica: algumas reflexões**. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v24i24p158-182>. Acesso em: 25 set. 2018.

OLIVEIRA, Samuel Rocha. **O processo educacional da cultura indígena Ticuna na Região do Alto Solimões**. São Paulo: FAHUD, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano**. ONU, 1972. Disponível em: [https://www.suape.pe.gov.br/images/publicacoes/legislacao/1.\\_1972\\_Declaracao\\_Estocolmo.pdf](https://www.suape.pe.gov.br/images/publicacoes/legislacao/1._1972_Declaracao_Estocolmo.pdf). Acesso em: 25 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A emergência climática**. PNUMA, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>. Acesso em: 25 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **O que são mudanças climáticas?** ONU, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-são-mudanças-climáticas>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). **Gestão dos riscos de eventos extremos e desastres para o avanço da adaptação às mudanças climáticas (SREX)**. Brasília: MCTI, 2024.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). **Mudança do clima 2023: relatório síntese**. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 08 jan. 2025.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). **Mudanças climáticas 2021: a base científica física**. Disponível em <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>. Acesso em: 22 out. 2024.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). **Relatório de mudanças climáticas**: impactos e cenários para a Amazônia. São Paulo, 2018.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). **Relatório do painel intergovernamental sobre alterações climáticas** 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch>. Acesso em: 12 ago. 2024.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). **Relatório do painel intergovernamental sobre alterações climáticas** 2014. **Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade climáticas**. Disponível em: <https://www.ipcc.ch>. Acesso em: 12 ago. 2024.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). **Relatório síntese das mudanças climáticas, 2007**. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PEREIRA, Danielle Ivana et al. Mudanças climáticas e modo de vida ribeirinho: bases para a governança de risco no Amazonas. **Educamazônia**, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2025. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10100584>. Acesso em: 29 jan. 2025.

PORTAL AMAZÔNIA. **Portal Amazônia responde**: o que são os banzeiros? Portal Amazônia, 15 de julho de 2022. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/portalamazonia-responde-o-que-sao-os-banzeiros/>. Acesso em: 5 out. 2025.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Mura, Ticuna e Apurinã**: práticas culturais e organização social. Instituto Socioambiental, 2025. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CAREIRO CASTANHO. **CRAS Careiro**. Disponível em: <https://www.assistenciasocial.org/cras-careiro>. Acesso em: 29 mai. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CAREIRO CASTANHO. **Plano Municipal de Assistência Social - PMAS 2022-2025**. Secretaria Municipal de Assistência Social, SEMAS, 2022.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, 2011.

RIBEIRO, Patrício Azevedo. **“Eu vou arriscando o último palito de fósforo”**: movimento indígena e quilombola e a Política de Assistência Social no meio rural amazônico. Tese (Doutorado). Belém: Universidade Federal do Pará, 2023.

RIBEIRO, Patrício Azevedo; RODRIGUES, Debora Cristina Bandeira Rodrigues. Política Pública de Assistência Social e Sustentabilidade em Municípios do Baixo Amazonas: a Proteção Social Básica em questão. **Revista de Políticas Públicas**. v. 21, n. 1, p. 445-468, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v21n1p445-467>. Acesso em: 15 nov. 2025.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROLIM, Dayana Cury. Demandas dos povos da floresta e a oferta da Política de Assistência Social no contexto amazônico brasileiro. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-

13, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/37160/27313>. Acesso em: 30 nov. 2025.

ROLIM, Dayana Cury. Proteção e vigilância socioassistencial diante das particularidades regionais do estado do Amazonas. **Revista Foco**, Curitiba, v. 17, n. 3, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n3-017>. Acesso em: 30 nov. 2025.

ROLIM, Dayana Cury. **Vulnerabilidades e proteção social de assistência social no município de Parintins/AM**. Alexa Cultural: São Paulo, SP; EDUA: Manaus, AM, 2020.

SCHERER, Elenise. **Mosaico Terra-Água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia – Brasil. Anais do VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/EliseScherer.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SILVA, Maria das Graças. **Capitalismo contemporâneo e questão ambiental: o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço Social**. Tese (Doutorado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9370>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O desmonte das políticas sociais no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Valer Editora, 2012.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e processos de trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 487-506, 2017.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. A Assistência Social no contexto da seguridade social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 90, p. 87-127, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. Contribuição para a construção do Sistema Único de Assistência Social/SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n. 78, p. 171-187, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXVII, n. 87, p. 96-13, 2006.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A Amazônia e a interface com o SUAS. In: CRUS, José Ferreira da et al. (Org.). **20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/livros/20anosloas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/livros/20anosloas.pdf). Acesso em: 18 ago. 2025.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Desenvolvimento sustentável na Amazônia: desafios e perspectivas**. Manaus: EDUA, 2008.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). **History of the Convention**. Disponível em: <https://unfccc.int/process/the-convention/history-of-the-convention>. Acesso em: 23 out. 2025.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade amazônica**: estudos do homem nos trópicos. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1957.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. **State of global water resources 2023**. Genebra: WMO, 2023. Disponível em: <https://wmo.int/publication-series/state-of-global-water-resources-2023>. Acesso em: 28 nov. 2024.

YAZBEK, Carmelita. Estado, Políticas Sociais e implementação do SUAS. In: BRASIL. **SUAS**: configurando os eixos de mudança. Brasília: MDS, 2008,

YAZBEK, Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Assistência social e cidadania: uma relação historicamente tensionada. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 257-266, jan./jun. 2020. ISSN 2238-1856. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10090099.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e seu projeto ético político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas. In: IAMAMOTO, Marilda; YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço social na história**. São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, questão social e políticas sociais em tempos de degradação do trabalho humano. **Serviço Social em Revista**, v. 21, n. 1, p. 183-194, 2018.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DESTINADA À COORDENADORA DO CRAS CAREIRO CASTANHO

**Título da Pesquisa: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENTRE RIOS E FLORESTAS:** as particularidades do acesso à Proteção Social Básica da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré no município de Careiro Castanho/AM.

|                     |                          |
|---------------------|--------------------------|
| 1. Formação:        | 2. Vínculo Empregatício: |
| 3. Tempo na função: | 4. Contato:              |

### Questões da Pesquisa

#### Realidade institucional do CRAS Careiro Castanho na oferta dos serviços da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social

1. Comente sobre a equipe técnica do CRAS, se é suficiente para atender a demanda, caso contrário, qual seria uma equipe ideal para atuar diante da realidade amazônica?
2. Qual o total de famílias referenciadas a esta unidade? E desse quantitativo, quantas são famílias ribeirinhas e quantas comunidades são alcançadas pelo CRAS?
3. Quais serviços ofertados nestes CRAS? existem ações voltadas às comunidades ribeirinhas mais longínquas? Se sim, quais? Se não, por quê?
4. Do ponto de vista da estrutura do CRAS como estão organizados os recursos humanos, materiais e financeiros?
5. Existe o serviço de CRAS volante no município? Caso não, como este CRAS se organiza para chegar às famílias ribeirinhas em suas comunidades? como você analisa a ausência deste atendimento? Comente.
6. Quais as principais dificuldades para a oferta dos serviços diante das particularidades geográficas do município? Este CRAS tem recebido apoio técnico da SEAS?
7. Já houve a implementação da vigilância socioassistencial? Se sim, qual a equipe e quais são as ações realizadas?
8. Qual a sua consideração em relação aos recursos financeiros destinados a este CRAS?

#### Mudanças climáticas e o acesso à Proteção Social Básica da Política de Assistência Social e as estratégias do CRAS

1. Qual sua concepção em relação às mudanças climáticas e a política de assistência social no meio amazônico?
2. Este CRAS já pensa em estratégias para adaptação das mudanças climáticas, para mitigar perdas e danos das famílias atingidas?
3. Como você percebe os impactos dos efeitos climáticos na vida das famílias ribeirinhas para acessar os serviços da Proteção Social Básica no CRAS?
4. No Plano Municipal de Assistência Social é previsto ações de mitigação dos efeitos climáticos aos povos ribeirinhos?
5. Como os períodos de eventos extremos de cheia e seca dos rios têm atingido a oferta dos serviços deste CRAS?
6. Quais sugestões você deixa para a implementação de um suas amazônico?

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA A EQUIPE TÉCNICA DE REFERÊNCIA DO CRAS CAREIRO CASTANHO

**Título da Pesquisa: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENTRE RIOS E FLORESTAS:** as particularidades do acesso à Proteção Social Básica da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré no município de Careiro Castanho/AM.

|                     |                          |
|---------------------|--------------------------|
| 1. Formação:        | 2. Vínculo Empregatício: |
| 3. Tempo na função: | 4. Contato:              |

### Questões da Pesquisa

#### Realidade institucional do CRAS Careiro Castanho na oferta dos serviços da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social.

1. Como você avalia a infraestrutura do CRAS e os recursos destinados aos seus serviços?
2. Quais serviços o CRAS oferta e quais você atua?
3. Qual avaliação você faz sobre os serviços que o CRAS oferta diante das questões geográficas do município?
4. Você considera suficiente as ações ofertadas em quantidade e em qualidade? Se não, o que está faltando?
5. Alguns serviços ofertados do CRAS são particularizados para as famílias de áreas rurais e ribeirinhas que residem em áreas de difícil acesso ou longínquos?
6. De que forma a política de assistência social poderia contribuir com as famílias vulnerabilidade da região amazônica? Para chegar até as famílias ribeirinhas.
7. Vocês já realizaram alguma ação na comunidade Maria de Nazaré? Se sim, quais?
8. O CRAS tem ações previstas para as comunidades?

#### Mudanças climáticas e o acesso à Proteção Social Básica da Política de Assistência Social e as estratégias do CRAS

1. Qual sua concepção sobre as mudanças climáticas e seus impactos no meio amazônico?
2. Como os períodos de eventos extremos de cheia e seca dos rios têm atingido a oferta de serviços do CRAS? Quais as estratégias para continuar os atendimentos?
3. Como você percebe os impactos dos eventos climáticos na vida das famílias ribeirinhas para acessar os serviços da Proteção Social Básica no CRAS?
4. Há estratégias da equipe técnica para acompanhar as famílias ribeirinhas durante as secas e cheias dos rios na viabilização de acesso aos serviços socioassistenciais?
5. Quais sugestões você deixa para a implementação de um SUAS amazônico?

## APÊNDICE C

### FORMULÁRIO SEMIABERTO AS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS DA COMUNIDADE MARIA DE NAZARÉ.

**Título da Pesquisa: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENTRE RIOS E FLORESTAS:** as particularidades do acesso à Proteção Social Básica da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré no município de Careiro Castanho/AM.

|               |  |
|---------------|--|
| Naturalidade: |  |
| Estado Civil: |  |
| Sexo:         |  |
| Idade:        |  |

#### Questões da Pesquisa

|                                                            |
|------------------------------------------------------------|
| Sobre sua composição familiar. Você mora com quem?         |
| ( ) Sozinho                                                |
| ( ) Filhos. Quantos? _____                                 |
| ( ) Cônjuge                                                |
| ( ) Sogra                                                  |
| ( ) Sogro                                                  |
| ( ) Irmã (o)                                               |
| ( ) Outros _____                                           |
| Qual sua profissão?                                        |
| ( ) Agricultor                                             |
| ( ) Pecuário                                               |
| ( ) Extrativista                                           |
| ( ) Pescador                                               |
| ( ) Outro. Qual? _____                                     |
| Você trabalha? Sim ( ) Não ( ). Formal( ) ou ( ) Informal. |
| Qual a atividade? _____                                    |
| Qual sua renda Mensal? _____                               |
| ( ) Menos de 1 salário mínimo                              |
| ( ) 1 salário mínimo                                       |
| ( ) 2 salários mínimos                                     |
| ( ) acima de 2 salários mínimos                            |
| ( ) Outro. _____                                           |
| Seu imóvel possui os serviços como:                        |
| Água encanada? ( ) Sim ( ) Não                             |
| Energia elétrica legalizada? ( ) Sim ( ) Não               |
| Rede de esgoto? ( ) Sim ( ) Não                            |
| Poço artesiano? ( ) Sim ( ) Não                            |

|                                                                                                                           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Mudanças climáticas e o acesso à Proteção Social Básica da Política de Assistência Social e as estratégias do CRAS</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

1. Como a seca dos rios tem afetado a sua vida?
2. Como você tem observado a mudança do clima? O que tem mudado em sua comunidade?
3. Algum profissional lá do CRAS, da área da Assistência Social, já viabilizou alguma ação na sua comunidade no período da seca extrema ou da cheia dos rios? Se sim, quais ações?

4. O que você gostaria que a Política de Assistência Social disponibilizasse para a sua comunidade? Qual ação da Assistência Social vocês gostariam de receber na comunidade?
5. Como a comunidade obtém água potável?
6. Como você enxerga as mudanças do clima na agricultura, na água e no dia a dia da comunidade?
7. A equipe da Assistência Social já veio até a comunidade desenvolver alguma ação?
8. Você já foi ao CRAS? SE SIM, Como você faz para chegar até ao CRAS? comente sobre o seu trajeto e o transporte que você utiliza.
9. No período da seca você já teve que ir ao CRAS ou em busca de alguma outra instituição pública? como foi para você chegar até lá?
10. E no período da cheia como é seu trajeto para chegar até a Assistência Social ou alguma outra política pública?
11. Como você faz para se deslocar da comunidade e chegar até na área urbana?
12. Comente sobre as dificuldades de deslocamento da comunidade.
13. O que você gostaria que o poder público atendesse em sua comunidade?

## APÊNDICE D



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa “A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENTRE RIOS E FLORESTAS: as particularidades do acesso à Proteção Social Básica da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré no Município de Careiro Castanho/AM”, sob a responsabilidade da pesquisadora Adriana da Silva Gomes, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, localizado Avenida General Rodrigo Otávio, 6200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Norte, Bloco 10, Coroadó I, Manaus, Amazonas. O CEP é 69077-000. Telefone (92) 3305-1181, com os ramais 4575 ou 2032, e-mail: [ppgss@ufam.edu.br](mailto:ppgss@ufam.edu.br); [adriana.79@hotmail.com](mailto:adriana.79@hotmail.com).

O objetivo geral do estudo é analisar as particularidades vivenciadas pelas famílias da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré, ao acesso à Proteção Social Básica da Política de Assistência Social, considerando os caminhos percorridos, as mudanças climáticas e a oferta do CRAS no município Careiro Castanho/AM. Quanto aos objetivos específicos apresentam-se o seguinte: Investigar os indicadores sociais e as particularidades geográficas do município Careiro Castanho e da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré; Identificar a realidade institucional do CRAS Careiro Castanho na oferta dos serviços da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social e as particularidades que se apresentam no caminho percorrido pelas famílias ribeirinhas da comunidade Maria de Nazaré ao acesso aos serviços; Avaliar como as mudanças climáticas impactam às famílias da comunidade ribeirinhas Maria de Nazaré, no acesso à Proteção Social Básica da Política de Assistência Social e as estratégias do CRAS diante dos eventos climáticos para o atendimento aos usuários.

O (A) Sr(a). tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso aceite, sua participação consiste em ceder entrevista, na qual a pesquisadora fará perguntas referentes ao tema da pesquisa, com a aplicação dos instrumentais de forma individual e presencial. Aos profissionais que compõem a equipe técnica do CRAS Careiro Castanho, como: Coordenadora, Assistentes Sociais e Psicólogas serão aplicadas entrevistas semiestruturada mediante visita institucional realizada à unidade em espaço reservado que permita a privacidade e a confidencialidade das informações, segurança e o bem-estar dos participantes da pesquisa.

Para as famílias ribeirinhas da Comunidade Maria de Nazaré localizadas no município Careiro Castanho serão aplicados formulários semiabertos mediante visitas domiciliares garantido o acesso seguro e adequado, bem como, o mesmo cuidado será utilizado no tratamento dos dados para assegurar o sigilo de todas as informações, conforme o IV.3.d, da Res. CNS nº. 466 de 2012.e.

Com este documento (o) a Sr. (a) autoriza ( ) “sim, a gravação de áudio da entrevista e a realização de registro fotográfico, ou ( ) não autorizo a gravação de áudio e registro fotográfico”. Os registros atenderá o critério de sigilo e confidencialidade e privacidade, conforme estabelece a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), manuseado apenas pela pesquisadora, adotando os procedimentos de segurança e proteção de imagem e não

Rubrica \_\_\_\_\_(participante)

Página 1 de 3

\_\_\_\_\_ (pesquisadora)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros, acordo com item II.2.i, Res 466/2012/CNS e Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 5º, incisos V, X e XXVIII).

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, contudo, neste estudo, por envolver a análise de pesquisa qualitativa, será tomado todo o cuidado para não se chegar a conclusões que não traduza de fato a realidade dos sujeitos da pesquisa, fato que poderá ocorrer caso os objetivos da pesquisa não forem bem compreendidos pelos entrevistados. Portanto, para que possamos evitar tais riscos, a pesquisadora se compromete a suprimir todas as dúvidas que possam ocorrer no momento da aplicação dos instrumentos aos participantes e será garantido todo suporte aos mesmos durante a coleta de dados, com sua privacidade respeitada. E se necessário, haverá atendimento psicológico, através de encaminhamento para o Centro de Serviços de Psicologia Aplicada – (CSPA/FAPSI/UFAM), localizado Av. General Rodrigo Otávio, 6200 - Bairro Coroado I Campus Universitário, Setor Sul, Bloco X - Telefone: (92) (92) 3305-1181 / Ramal 2583, CEP 69080-900 Manaus/AM – e-mail: cspa.fapsi@ufam.edu.br

Acredita-se que os benefícios serão muitos, dentre esses, esta pesquisa poderá proporcionar uma maior reflexão crítica sobre como a Política de Assistência Social tem chegado aos povos tradicionais, dentre eles, os ribeirinhos, contribuindo com a gestão dos serviços da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social no município de Careiro Castanho/AM, a partir dos dados obtidos e da mensuração dos indicadores sociais da realidade vivenciada pelas famílias ribeirinhas da comunidade Maria de Nazaré nesse território, contribuindo ainda, para o planejamento de estratégias de alcance às comunidades ribeirinhas em períodos de cheias e secas dos rios, em que esses eventos extremos tem ocorrido de forma intensificada nessa região.

A pesquisadora compromete-se em divulgar os resultados da pesquisa de maneira clara e objetiva aos participantes, através da apresentação de relatório parcial e relatório final, e (se for necessário, com apresentação dos resultados de forma expositiva/oral), garantindo a compreensão total por parte dos participantes, com o objetivo de esclarecer dúvidas e promover um diálogo sobre os resultados da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Garantimos que, caso necessário, você (e seu acompanhante, se couber) será ressarcido as despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente, tendo suas despesas cobertas pela pesquisadora conforme exige o item IV.3g, da Resolução CNS n.446 de 2012. Também estão assegurados ao(a) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa. (Resolução CNS nº 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7). Asseguramos o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário, de acordo com a Resolução CNS nº466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7.

Se depois de consentir sua participação, o Sr. (a) desistir de continuar na

Rubrica \_\_\_\_\_(participante)

Página 2 de 3

\_\_\_\_\_(pesquisadora)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



pesquisa, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração para participação desta pesquisa.

Garantimos ao (à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica conforme IV.3.e, da Resolução CNS nº. 466 de 2012.

O (a) Sr. (a) poderá entrar em contato para qualquer outras informações, a qualquer tempo através do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas – CEP/UFAM, ou com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM está localizado no seguinte no endereço: Escola de Enfermagem de Manaus - Sala 07 Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM. Fone: (92) 3305-1181 Ramal 5130, (92) 3305-5130 - (92) 9171-2496 E-mail: cep@ufam.edu.br; [cep.ufam@gmail.com](mailto:cep.ufam@gmail.com). O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida, conforme Res. 468/2012-CNS, IV.I.c.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, e após a consolidação das assinaturas que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a), ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficará uma via com o participante e a outra com a pesquisadora.

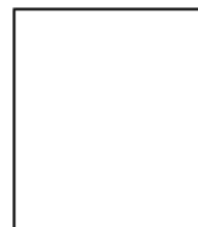
**Consentimento Pós-Informação:**

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, Li e declaro que concordo em participar da pesquisa, ciente de todas as informações contidas nesse Termo.

Data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador Responsável



Rubrica \_\_\_\_\_ (participante)

\_\_\_\_\_ (pesquisadora)

Impressão Dactiloscópica

Página 3 de 3

## **ANEXOS**



### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do Projeto da Pesquisa intitulada **"A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENTRE RIOS E FLORESTAS: as particularidades do acesso à Proteção Social Básica da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré no Município de Careiro Castanho/AM"**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Adriana da Silva Gomes**, cujo objetivo é Analisar as particularidades vivenciadas pelas famílias da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré ao acesso à Proteção Social Básica da Política de Assistência Social, considerando os caminhos percorridos, as mudanças climáticas e a oferta do CRAS no município Careiro Castanho/AM.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou da comunidade.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a apresentará a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Careiro, em 20 / 5 / 2025.

Marenilza Lopes da Silva  
Nome/assinatura e carimbo do responsável onde a pesquisa será realizada



## TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução da Pesquisa intitulada: **"A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENTRE RIOS E FLORESTAS: as particularidades do acesso à Proteção Social Básica da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré no Município de Careiro Castanho/AM"**, sob a responsabilidade da pesquisadora Adriana da Silva Gomes, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade no Amazonas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O objetivo geral da pesquisa é analisar as particularidades vivenciadas pelas famílias da comunidade ribeirinha Maria de Nazaré, ao acesso à Proteção Social Básica da Política de Assistência Social, considerando os caminhos percorridos, as mudanças climáticas e a oferta do CRAS no município Careiro Castanho/AM.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos do Comitê de Ética em Pesquisa, comprometendo-se a utilizar os dados da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo de informações pessoais e identificação dos sujeitos da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou da comunidade.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

*Adriana da Silva Costa*  
Pesquisadora  
Pós-graduação em Serviço Social  
UFAM/AM 2025

Careiro, em 24 / 05 / 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura e **carimbo** do responsável onde a pesquisa será realizada

